

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**DESIGUALDADE DA RENDA NO BRASIL EM PERSPECTIVA
HISTÓRICO-MUNDIAL, 1839-2001**

FÁBIO PÁDUA DOS SANTOS

Florianópolis, 2008

FÁBIO PADUA DOS SANTOS

**DESIGUALDADE DA RENDA NO BRASIL EM PERSPECTIVA
HISTÓRICO-MUNDIAL, 1839-2001**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Pedro A. Vieira

Florianópolis, 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota ao aluno Fábio Padua dos Santos na
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Professor Pedro A. Vieira, Dr.
Orientador

Professor Helton Ricardo Ouriques, Dr.

Professor Roberto Patricio Korzeniewicz, Ph.D.

Florianópolis, 2008

*Com muito carinho dedico este
trabalho àqueles que sempre
privilegiaram minha educação,
meu pai Joel e minha mãe Arlete.*

Agradecimentos

Este trabalho não poderia ser realização sem o apoio de um grupo de pessoas entre os quais estão colegas de trabalho, amigos e familiares. A tarefa de lembrar nomes é ingrata neste momento, pois a falta de um só nome pode provocar nesta pessoa algum sentimento de ingratidão. Se cometi tal erro peço desculpas às pessoas que de alguma forma se sentem colaboradoras deste modesto trabalho. No entanto não posso deixar de mencionar alguns grupos e pessoas em particular que me propiciaram um ambiente aconchegante ao longo da minha jornada.

Em primeiro lugar à minha família, em especial ao meu pai, por me provocar estímulo e curiosidade sobre a realidade social que me cerca e, sobretudo, por me ensinar valores morais que se têm refletido no princípio da minha trajetória acadêmica. Não posso deixar de agradecer à minha mãe que muitas vezes abriu mão do seu próprio descanso pelos meus compromissos. Sempre preocupada em criar o contexto necessário ao meu desenvolvimento pessoal. Agradeço também aos meus irmãos, Jarbas e Vagner que, mesmo distante e próximo, sempre demonstraram um carinho fraternal.

Também não posso esquecer de alguns amigos que compartilharam e compartilham momentos especiais da minha infância e juventude: Thiago de Souza Santos, Felipe Wilson Vidi, Rafael de Souza e Daniel Martins Plucênio. Além destes agradeço aos membros da “Velha Guarda”, incluindo o José Aldoril Junior. Todos vocês são fantásticos!

Agora a dívida intelectual. Aqui cabe menção ao Leonardo Dias Nunes e Lairton Marcelo Comerlato por compartilharmos experiências durante nossa iniciação científica e que colaboram diretamente na realização deste trabalho. Também agradeço ao Fernando Correa Prado, ao Pedro Assumpção Alves, ao Helton Ricardo Ouriques e ao Roque da Costa Caiero por me aconselharem no começo da minha caminhada. Além destes, para abreviar uma lista enorme de nomes, agradeço ao Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo. Dirijo-me aos membros deste grupo com um enorme carinho e admiração, pois foram vocês que criaram um ambiente intelectual e fraternal no qual pude me apoiar, compartilhar idéias e inquietações. Por fim gostaria de fazer um agradecimento especial a uma pessoa sem a qual eu certamente não estaria aqui hoje apresentando este trabalho e tampouco encarando o mesmo como início de uma longa, difícil, porém, prazerosa jornada. Ao professor Pedro A. Vieira que me cedeu e propiciou a oportunidade de ter uma formação intelectual para além das ciências econômicas. Certamente minha dívida intelectual com este homem, cujos princípios e valores me tocaram profundamente, ainda será paga com um trabalho que lhe é merecido.

A duplicidade fundamental da ciência econômica – seu caráter abstrato e histórico – aparece, assim, com toda plenitude na teoria do desenvolvimento econômico.

Celso Furtado

... o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

Joseph A. Schumpeter

Cada aspecto de nossas convicções deve, sempre que possível, ser formulado e articulado a convicções bem fundamentadas, de tal modo que seja possível testá-lo.

Dudley Shapere

Developments in the ideological realm are unreliable indicators of social realities

Giovanni Arrighi

Resumo

O objetivo desta monografia é compreender a alteração do padrão interno de desigualdade da renda no Brasil a partir de uma perspectiva histórico-mundial. Deste ponto de vista, a desigualdade da renda é considerada como aspecto relacional cuja origem é sistêmica. Em outras palavras, que a desigualdade da renda é resultado de uma única divisão mundial do trabalho. O argumento central que se desenvolve sugere a necessidade de revisitarmos o Estado desenvolvimentista como instrumento para transformações sociais que visem uma distribuição mais equitativa da renda. Embora as práticas desenvolvimentistas possam *a priori* ser úteis na perseguição de uma sociedade mais justa, *historicamente* o Estado desenvolvimentista no Brasil reforçou as tendências às diferenciações de renda e de classes que provocam a desigualdade necessária à expansão da economia-mundo capitalista. Assim, proponho o argumento segundo o qual o Estado desenvolvimentista brasileiro ao buscar sobreviver e fortalecer-se dentro do sistema interestatal após a crise da economia cafeeira, internalizou as pressões competitivas mundiais dentro de sua jurisdição. Ao fazer isto reproduziu internamente a constante tendência mundial a desigualdade. Por ser incapaz de externalizar os custos sociais do processo de modernização capitalista, o Estado brasileiro, um transferiu tais custos à sua própria população afetando o equilíbrio interno de desigualdade.

Palavras-Chave: Desigualdade, Brasil, Economia-mundo.

Lista de Figuras

Figura 1 – Evolução Secular do Comando Econômico Relativo e do índice de GINI para o Brasil.	17
Figura 2 – Deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade.	18
Figura 3 – Deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade do Brasil através do tempo.	18
Figura 4 – A Curva- <i>U</i> invertida como “miragem estatística”.	31
Figura 5 – Evolução Secular do Comando Econômico, 1820-2001.	37
Figura 6 – Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto, 1947-2001.....	75
Figura 7 – Fluxos do investimento estrangeiro direto e composição das exportações brasileiras.	75
Figura 8 – Indústria, valor adicionado (% PIB).	78
Figura 9 – Porcentagem da Força de Trabalho na Indústria.....	78
Figura 10 – Evolução do Comando Econômico Relativo, 1947-2001.....	78
Figura 11 – Evolução dos Fluxos de Investimento Estrangeiro Direto <i>per capita</i> e da Renda Líquida enviada ao exterior <i>per capita</i> em milhões de dólares.	79
Figura 12 – Salário Mínimo Real (R\$ de 2008).....	89

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Sedes Transnacionais: distribuição das subsidiárias 1962-1998.....	69
Tabela 2 – Evolução do Diferencial de salários em relação aos salários dos operários não-qualificados	91
Tabela 3 – Relação entre remuneração média do pessoal administrativo e de gerência e o salário médio dos operários na indústria brasileira, 1963-1979.....	91

Sumário

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE TABELAS	9
APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMÁTICA DA DESIGUALDADE DA RENDA EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-MUNDIAL	15
1.2 HIPÓTESE DE PESQUISA	20
1.3 OBJETIVOS	21
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	21
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	21
1.4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	22
1.4.1 <i>Economia Política dos Sistemas-Mundo</i>	24
1.4.2 <i>Economia-mundo capitalista como unidade de análise</i>	27
1.4.3 <i>Uma teoria histórico-mundial acerca da desigualdade</i>	30
1.4.3.1 <i>“Destruição criativa”: constante tendência à desigualdade</i>	32
1.4.3.2 <i>Práticas institucionais e alteração nas pressões competitivas</i>	34
CAPÍTULO 2 – PADRÕES DE DESIGUALDADE NO BRASIL ATRAVÉS DO TEMPO	36
2.1 BRASIL E APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE MUNDIAL, 1820-2001.	36
2.2 EQUILÍBRIO LIMIAR DE BAIXA DESIGUALDADE, 1850-1939	42
2.2.1 <i>O imperialismo de livre comércio britânico</i>	44
2.2.2 <i>O Estado menor brasileiro</i>	46
2.2.3 <i>Agrarismo</i>	49
2.3 EQUILÍBRIO DE ALTA DESIGUALDADE, 1940-2001	53
2.3.1 <i>O Sistema de Livre Iniciativa</i>	54
2.3.2 <i>A ascensão do Estado desenvolvimentista no Brasil</i>	59
CAPÍTULO 3 – ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E O DESLOCAMENTO DO EQUILÍBRIO INTERNO DE DESIGUALDADE	65
3.1 CAUSAS DO DESLOCAMENTO DO EQUILÍBRIO INTERNO DE DESIGUALDADE	66
3.1.1 <i>Intensificação das pressões competitivas e a disputa pelo capital circulante</i>	66
3.1.2 <i>Estado desenvolvimentista e Industrialização semiperiférica</i>	70
Investimento estrangeiro direto como oportunidade para a manutenção da industrialização por substituição de importações:	72
Fluxo de investimento estrangeiro direto e a composição da pauta de exportações:	74
Ilusão desenvolvimentista:	76
3.1.3 <i>Custos sociais intransferíveis do processo de modernização capitalista na semiperiferia</i>	79
3.2 DEFINIÇÃO DO NOVO EQUILÍBRIO INTERNO DE DESIGUALDADE	82
3.2.1 <i>Estado desenvolvimentista e a legitimação frente seus cidadãos</i>	83
3.2.2 <i>Processo de clivagem da população: a política salarial</i>	86
CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE ESTATÍSTICO: OBSERVAÇÕES SOBRE O ÍNDICE DE GINI.	103

Apresentação

“A crítica, correta, à anemia das iniciativas distributivas do governo e a redução dos gastos sociais, e a percepção de que iniciativas voltadas à redução da pobreza podem ser tomadas imediatamente, não podem, por outro lado, levar à ilusão oposta: a de que a redistribuição estatal poderia, como na via social-democrata europeia do pós-guerra, reverter o perfil distributivo da economia brasileira”, afirma Carlos A. Medeiros. E continua, “não há como fugir da seguinte questão: dado o ritmo de crescimento da PEA, a precariedade dos mercados de trabalho e a heterogeneidade da estrutura produtiva, apenas o crescimento econômico é capaz de interromper a degradação ocupacional, gerar mobilidade ocupacional ascendente e expandir os recursos fiscais requeridos para um programa distributivo. *Retomar a trajetória desenvolvimentista é, assim, a primeira condição*” (Medeiros, 2001, p. 194 grifo nosso). Ao esboçar em grandes traços uma história alternativa a respeito da desigualdade da renda no Brasil, pretendo com esta monografia estimular uma reflexão quanto às virtudes do crescimento econômico e quanto ao otimismo confiado ao Estado desenvolvimentista.

O problema da distribuição desigual do excedente não parece estar na heterogeneidade de uma economia do tipo capitalismo tardio. Como procuro demonstrar no Capítulo 3, a heterogeneidade da economia brasileira decorre de relações desiguais de poder que exerceram dominação sobre o Brasil ao longo de todo o capitalismo histórico. Tal como desenvolvo o tema da desigualdade da renda neste trabalho, a diferença entre os países com uma distribuição da renda mais ou menos equitativa está na capacidade e/ou habilidade que o Estado possui (i) em controlar uma parcela do excedente mundial a favor de sua jurisdição e (ii) de distribuir este excedente de maneira mais equitativa entre seus cidadãos. Isto implica considerações históricas a respeito de como as instituições intra, inter e supra-estatais exerceram seu poder sobre espaços específicos através do tempo.

Do ponto de vista da heterogeneidade estrutural a desigualdade da renda é apresentada como um problema técnico, i.e., como consequência da heterogenia da estrutura econômica nacional. O elemento histórico é considerado, pois, no princípio da análise e, deste modo, é admitido como um dado exógeno. Assim, cumpre o papel de ponderar a análise técnica e justificar políticas corretivas. Embora as relações políticas estejam incorporadas à análise estruturalista, a desigualdade não é vista como fruto das relações desiguais de dominação, ou seja, como produto das vantagens não econômicas que alguns têm obtido sobre outros.

O que faço precisamente é levar adiante a análise histórica nas relações de poder. Busquei demonstrar como os arranjos institucionais intra, inter e supra-estatais da economia-mundo capitalista provocam constantemente tendências mundiais à desigualdade. Em específico, tento propor uma explicação da desigualdade da renda no Brasil dentro dos quadros da economia-mundo capitalista. Aqui é preciso fazer duas observações importantes.

Primeiro, o estudo historicamente fundamentado sobre a desigualdade da renda no Brasil desenvolvido nesta monografia não deve ser lido como um texto que busca propor explicações conclusivas sobre o tema. Na verdade, este trabalho expõe uma primeira aproximação da problemática do desenvolvimento econômico e da desigualdade da renda a partir da Economia Política dos Sistemas-Mundo. Sob esta condição, esta monografia precisa ser encarada como o princípio de uma longa jornada de estudos. Enfim, tratá-se de um ensaio muito geral em que temas importantes, como a concentração da terra, não foram desenvolvidos. Isso significa que o leitor encontrará muitas lacunas nos argumentos desenvolvidos ao longo deste trabalho. Quanto a estas falhas, peço desculpas. Precisarei de mais tempo para preenchê-las.

Segundo, aqui também não proponho um confronto direto com outras perspectivas teóricas. Submeto a apreciação uma análise alternativa historicamente fundamentada, pois estou cada vez mais convencido que só a partir daí é possível apreender novos elementos da realidade social que contribua para a compreensão do fenômeno da desigualdade social. Para desenhar uma análise histórica alternativa, não poderia deixar de dizer que me apoio nos trabalhos de Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Roberto Patrício Korzeniewicz, Timothy Patrik Moran e Fernand Braudel. Expostas as minhas intenções com esta monografia e o quadro teórico no qual estou inserido, passo agora a apresentação do argumento central do presente trabalho.

O objetivo deste trabalho é compreender, portanto, a alteração no padrão interno de desigualdade da renda no Brasil observada entre as décadas de 1940 e 1970 à luz da Análise dos Sistemas-Mundo. O argumento central que desenvolvo sugere a necessidade de revisitarmos o Estado desenvolvimentista como instrumento para transformações sociais que visem uma distribuição mais equitativa da renda. Embora as práticas desenvolvimentistas possam *a priori* ser úteis na perseguição de uma sociedade mais justa, *historicamente* o Estado desenvolvimentista no Brasil reforçou as tendências às diferenciações de renda e de classes que provocam a desigualdade necessária à expansão da economia-mundo capitalista. Assim, proponho o argumento segundo o qual o Estado desenvolvimentista brasileiro ao buscar sobreviver e fortalecer-se dentro do sistema interestatal após a crise da economia

cafeeira, internalizou as pressões competitivas mundiais dentro de sua jurisdição. E ao fazer isto reproduziu internamente a constante tendência mundial a desigualdade. Por ser incapaz de externalizar os custos sociais do processo de modernização capitalista, o Estado brasileiro, um Estado semiperiférico, transferiu tais custos à sua própria população, afetando o equilíbrio interno de desigualdade.

A construção deste argumento se dá em duas fases. Primeiro, no capítulo 2, caracterizei os padrões internos de desigualdade da renda no Brasil, demonstrando como as vias de desenvolvimento legitimadas pelos Estados hegemônicos através do tempo e do espaço oferecem ou restringem estratégias de desenvolvimento ao Brasil. Deste modo, a posição do Estado brasileiro na divisão mundial do trabalho, que é contingente no tempo, implica em estruturas internas de poder do Estado, igualmente contingentes, que afetam a composição dos grupos distribucionais da renda.

Durante o regime de acumulação britânico (1780-1930), cuja via de desenvolvimento era o imperialismo do livre comércio, os grupos distribucionais da renda derivadas do período colonial não foram afetados. De fato, o período que vai do início do século XIX até as primeiras décadas do século XX, caracterizou-se por um *equilíbrio limiar de baixa desigualdade*. A principal via de desenvolvimento da economia-mundo capitalista neste período, o industrialismo, foi contida na periferia. A formalização do Estado brasileiro, por sua vez, veio a adequar este espaço aos novos mecanismos de regulação interestatal. Estas transformações não afetaram, de fato, a posição do Brasil na divisão mundial do trabalho, conseqüentemente as estruturas internas de poder também não foram abaladas. Assim, o agrarismo continuou a prevalecer e, portanto, corroborou-se a conciliação das iniciativas dos grupos de cidadãos dos Estados centrais com as classes dominantes do novo membro do sistema interestatal.

O segundo padrão de desigualdade no Brasil é caracterizado por um *equilíbrio de alta desigualdade* da renda. Este equilíbrio foi definido *pari passu* à ascensão dos Estados Unidos como poder hegemônico. A via de desenvolvimento legitimada pela hegemonia norte-americana centrada na corporação transnacional era compatível com o desenvolvimento da indústria nas zonas periféricas e semiperiféricas. Deste modo, as amarras do industrialismo foram soltas. Com isso, o sistema da livre iniciativa implicou a alteração da posição do Brasil na divisão mundial do trabalho e no enfraquecimento do agrarismo na estrutura interna de poder do Estado brasileiro. Com a adoção do modelo de substituição de importações liderado pelo Estado, uma nova estrutura interna de poder foi definida e com isso os grupos distribucionais da renda foram afetados.

Enquanto no Capítulo 2 o esforço está em mostrar como a economia-mundo capitalista apresenta (des)oportunidades ao Estado brasileiro beneficiar-se da divisão mundial do trabalho, no Capítulo 3 o esforço concentra-se em demonstrar a luta do Brasil contra os processos de exploração e exclusão inerentes ao desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Através disto, coloca-se em evidências as causas do deslocamento do equilíbrio interno da desigualdade da renda no Brasil bem como o seu significado.

Como procuro mostrar, a intensificação das pressões competitivas no centro da economia mundial capitalista, com o re-estabelecimento da economia européia e japonesa no pós-guerra, criou oportunidades ao Estado desenvolvimentista brasileiro usufruir do capital mundial circulante direcionando-o a manutenção do processo de substituição de importações. No entanto, o que parecia ser na verdade uma luta contra a exploração (fortalecimento do mercado interno), converteu-se numa luta contra a exclusão (assegurar uma posição na divisão mundial do trabalho). Com isso o ônus do processo de modernização capitalista, dada à condição semiperiférica do Brasil, recaiu sobre sua própria população na medida em que o Estado, para assegurar condições favoráveis à atração do capital circulante, institucionalizou dois padrões de crescimento distintos (descontínuo e contínuo) dentro do seu próprio território. É importante ressaltar no capítulo 3 que os elementos que sustentam o argumento central do capítulo (sobretudo a partir da página 82) estão ainda pouco desenvolvidos. Neste sentido, devem ser encarados como hipóteses ainda a serem desenvolvidas.

Em linhas gerais estes são os argumentos que pretendo desenvolver ao longo desta monografia. Ao final, no Capítulo 4, sintetizo e ligo as questões desenvolvidas nos capítulos anteriores.

Capítulo 1 - Introdução

1.1 *Problemática da desigualdade da renda em perspectiva histórico-mundial*

A distribuição desigual das recompensas é a característica principal do capitalismo histórico e se expressa de várias maneiras: entre classes, regiões, etnias, gêneros, setores da economia, entre empresas e mesmo entre os nódulos de uma cadeia mercantil (Wallerstein, 1990, Arrighi, 1997).

O presente estudo se restringe a duas formas de desigualdade: *inter e intra*-países. A desigualdade inter-países pode ser mensurada a partir do índice de *comando econômico relativo*, desenvolvido por Arrighi (1997). Este conceito compara o controle sobre os recursos naturais e humanos entre dois espaços distintos num determinado período de tempo. Deste modo, o indicador de comando econômico relativo pode ser calculado a partir do quociente dos Produtos Nacionais Bruto *per capita* de uma jurisdição qualquer em relação à outra jurisdição. Os valores podem variar de 0 a 1, expressando uma idéia de distância relativa entre os espaços comparados pelo índice. Assim, quanto mais próximo de um for o índice, mais próximos estão os espaços em termos relativos da apropriação da riqueza mundial. Ao contrário, quanto mais próximo de zero for o índice, mais distantes estão os espaços comparados em termos relativos da apropriação da riqueza mundial.

Ao aplicarmos o índice de comando econômico relativo para o Brasil e Estados Unidos (Figura 1), desde o século XIX até fins do século XX, encontramos, portanto, um indicador de desigualdade entre estas duas jurisdições. Conforme sugerem os dados, entre 1820 e 1918, o Brasil apresenta um forte distanciamento dos Estados Unidos. No princípio o controle médio por habitante brasileiro sobre os recursos naturais e humanos era uma pouco mais da metade em relação ao controle médio por habitante estadunidense sobre os recursos naturais do Brasil. Em 1918 o comando econômico relativo do Brasil era de 14,3% em relação aos Estados Unidos. Isto significa que o controle médio por habitante brasileiro sobre os recursos naturais e humanos estadunidense passou a ser cerca de oito vezes menor que o controle médio por habitante estadunidense sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. Nos quinze anos que se seguem (1919-1933) o Brasil apresentou um fase de recuperação, alcançando em 1933 um índice de 22,5%. No entanto, a tímida tendência de aproximação dos Estados Unidos é invertida em 1934, seguindo uma tendência de distanciamento durante todo

o período da Segunda Guerra Mundial. A pior posição relativa do Brasil em termos de apropriação do excedente mundial nos últimos dois séculos é verificada em 1944. O índice do comando econômico relativo chegou a 11,2%. Em outras palavras, o controle médio dos habitantes brasileiros sobre os recursos naturais e humanos dos Estados Unidos foi quase nove vezes menor que o controle dos habitantes estadunidenses sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. Seguindo a evolução do comando econômico relativo, no pós-guerra o Brasil experimenta uma nova fase de reaproximação em termos relativos da distribuição mundial das recompensas com a, agora, potência hegemônica norte-americana. O esforço desenvolvimentista observado no Brasil elevou a participação relativa dos habitantes desta jurisdição sobre a renda per capita dos estadunidenses de 11,9% para 28% em 1980. Em termos de controle da riqueza mundial, o controle médio por habitante brasileiro sobre os recursos naturais e humanos estadunidense voltou a ser aproximadamente sete vezes menor que controle médio por habitante estadunidense sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. Por fim, a partir da década de 1980, a taxa de crescimento do PNB *per capita* do Brasil desacelerou não se sustentando como nos trinta e cinco anos anteriores. Desta forma, ao PNB *per capita* brasileiro cresceu a uma taxa menor que o PNB *per capita* dos Estados Unidos, conseqüentemente o Brasil experimentou, e experimenta, uma nova tendência de afastamento desde então. Em termos seculares cabe destacar que, desde fins do século XIX até princípios do século XXI, o Brasil manteve-se relativamente no mesmo lugar. Seu movimento na hierarquia mundial da riqueza ao longo do século XX, sobretudo na segunda metade deste século, não foi suficiente para romper positivamente o padrão médio de desigualdade inter-países, reduzindo sua distância em relação aos países mais ricos. Portanto, os dados sugerem que a distância que havia entre Brasil e Estados Unidos se manteve, ou, dito de outra forma, que nestes 130 anos suas quotas relativas da riqueza mundial continuaram sendo as mesmas.

Assim, do ponto de vista da desigualdade inter-países, o Brasil não é nenhum exceção dentro da economia-mundo capitalista. Faz parte de um grupo de países cuja estratégia desenvolvimentista revelou-se insatisfatória para galgar melhores posições na hierarquia mundial da riqueza ao longo do século XX. Nestes termos, o Brasil não se coloca como um objeto de pesquisa relevante à compreensão da desigualdade a partir de uma perspectiva histórico-mundial.

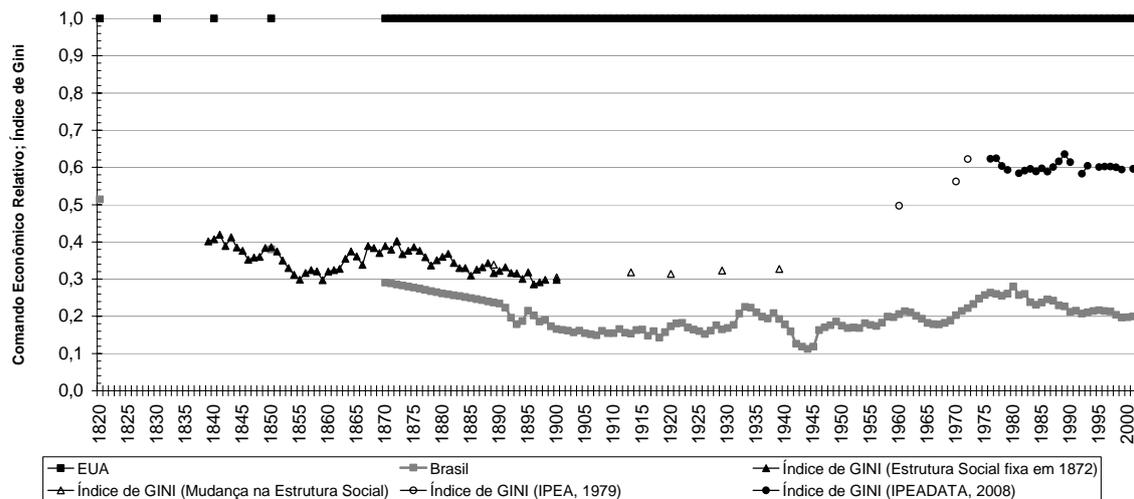


Figura 1– Evolução Secular do Comando Econômico Relativo e do índice de GINI para o Brasil.

Fontes e notas: Para calcular o *Comando Econômico Relativo* foram utilizadas as séries de PNB's *per capita* dos Estados Unidos e Brasil em dólares Geary-Khamis internacional de 1990 contidas em Maddison (2006). Assumiu-se que o PNB *per capita* dos Estados Unidos representa a riqueza do núcleo orgânico para cada período de tal modo que fosse igual a 1. Deste modo, o coeficiente dos PNB's *per capita* do Brasil em relação aos Estados Unidos representa, para cada período, o quão próximo ou longe esta o Brasil da riqueza dos Estados Unidos. Quando ao índice de Gini para o Século XIX e primeira metade do século XX, utilizaram-se as séries estimadas por Bértola, L.; Castelnovo, C.; Reis, E. & Wiellebald, H. *Exploring the distribution of income in Brazil, 1839-1939*. In: *Primer Congreso Latino Americano de Historia Económica* (CLADHE I), Montevideo: dez, 2007. Para o período de 1839-1898, a estimativa considerou a estrutura social do Brasil, de acordo com o censo de 1872, como fixa para todo o período. Para os períodos de 1913, 1920, 1929 e 1939, foram consideradas as alterações nas estruturas sociais. Já o índice de Gini para os períodos de 1960, 1970 e 1972 foram obtido em LAGO, L. A. C. *Retomada do crescimento e as distorções do "milagre": 1967-1973*. In: ABREU, M. P. (org.) *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. A partir de 1976, é possível obter uma série histórica do índice de Gini no site do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEADATA).

O maior país da América Latina torna-se um caso relevante à Análise dos Sistemas-Mundo se associamos o equilíbrio externo de desigualdade (inter-países) com o equilíbrio interno de desigualdade (intra-país), conforme a Figura 2. De acordo com esta figura, o Brasil salta de uma posição de fronteira de um equilíbrio interno de baixa desigualdade para um equilíbrio de alta desigualdade sem, contudo, sofrer alterações significativas na sua quota relativa da distribuição do excedente mundial. Se observarmos esta associação através do tempo (Figura 3), o deslocamento do equilíbrio interno da desigualdade se dá entre os anos 1939 e 1960, atingindo um novo nível de equilíbrio interno de desigualdade a partir da década 1970. A contradição histórica que se coloca é a efetividade da ideologia do Estado desenvolvimentista cuja visão era, através do processo de industrialização, superar as condições do subdesenvolvimento dos países periféricos.

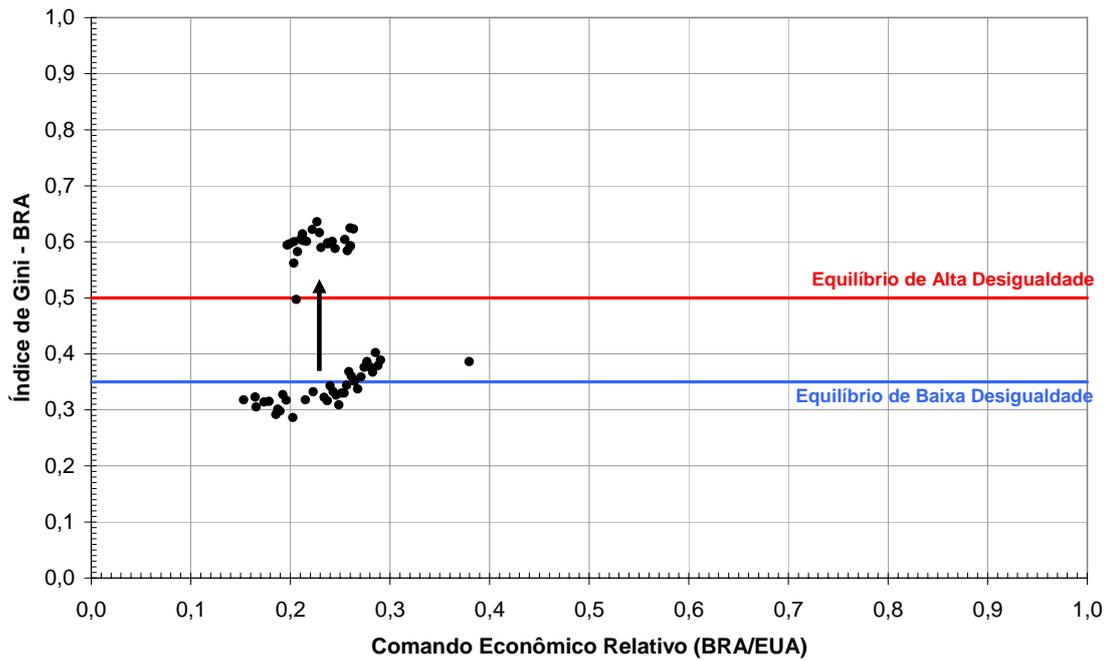


Figura 2 – Deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade.

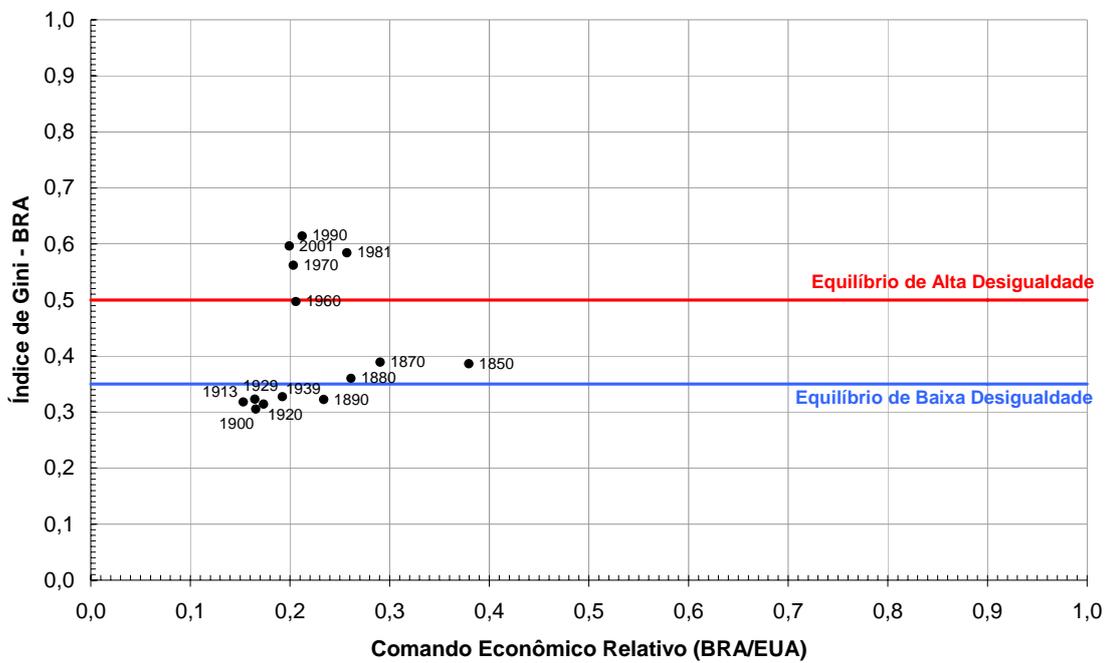


Figura 3 – Deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade do Brasil através do tempo.

Se as observações feitas até agora são pertinentes, então cabe a seguinte pergunta: que mudanças institucionais (políticas, econômicas, sociais) houve entre as décadas de 1940 e 1970 para que, mesmo mantendo a mesma posição relativa na apropriação mundial da riqueza, a desigualdade dentro do Brasil quase dobrasse neste período, estabilizando-se num patamar de alta desigualdade, configurando, portanto, um novo padrão de desigualdade interna?

Observada dessa forma o problema da desigualdade, no presente estudo abandona-se as interpretações como as do Banco Mundial e IPEA, que vêem a desigualdade como um problema individual. Nestas interpretações, a distribuição desigual da renda é uma função da dotação individual de recursos como, por exemplo, o grau de educação dos indivíduos, que indica a habilidade dos trabalhadores. Assim, maiores níveis de renda estão, geralmente, associados a maiores níveis de instrução. Nesta linha de raciocínio, o debate sobre a desigualdade descola-se, seguindo o exemplo da educação, à geração de oportunidades, ou seja, as instituições sociais devem assegurar condições iguais de partida. Portanto, o esforço deve concentrar-se na universalização da educação.¹

O que buscaremos demonstrar neste trabalho é a desigualdade como produto de uma única divisão mundial do trabalho fragmentada por uma multiplicidade de Estados, e portanto, dos arranjos institucionais que subjazem a esta divisão global do trabalho, como propõe a Economia Política dos Sistemas-Mundo. Explicaremos, portanto, a desigualdade da renda no Brasil a partir de uma perspectiva histórico-mundial de modo que a desigualdade seja compreendida como um processo histórico de longa duração. Com isso, pretendemos demonstrar que a distribuição desigual da renda no Brasil não decorre apenas de uma situação individual da qual a dotação individual de recursos é o fator determinante. A própria dinâmica da economia-mundo capitalista faz da desigualdade fator intrínseco em alguns espaços através do tempo.

¹ Para mais detalhes desta perspectiva ver MEDEIROS, C. A. de. *Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza*. In: FIORI, J. L. (org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

1.2 *Hipótese de pesquisa*

Para que o enunciado da hipótese seja preciso, é necessário apresentar a concepção de Estado desenvolvimentista adotada no presente trabalho. Estado desenvolvimentista

is a state that puts economic development as the top priority of governmental policy and is able to design effective instruments to promote such a goal. The instruments would include the forging of new formal institutions, the weaving of formal and informal networks of collaboration among the citizens and officials and the utilization of new opportunities for trade and profitable production. Whether the state governs the market or exploits new opportunities thrown up by the market depends on particular historical conjunctures. One feature of a successful developmental state is its ability to switch gears from market-directed to state-directed growth, or vice-versa depending on geopolitical circumstances, as well as combine both market and state direction in a synergistic manner, when opportunity beckons (Bagchi, 2000, p. 398-99).

Assim definido o Estado desenvolvimentista, enuncia-se a hipótese: ao internalizar as pressões competitivas mundiais na tentativa de fortalecer-se como Estado nacional desenvolvimentista, o Estado brasileiro reproduz dentro de sua jurisdição a constante tendência mundial à desigualdade. Ao concentrar neste espaço os custos sociais deste processo de modernização capitalista por ser incapaz de exteriorizá-lo por causa de sua posição periférica no moderno sistema mundial, o equilíbrio interno de desigualdade é alterado, aprofundando a desigualdade interna da renda no Brasil.

1.3 *Objetivos*

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender a alteração do padrão interno de desigualdade da renda no Brasil entre as décadas de 1940 e 1970 a partir de uma perspectiva histórico-mundial.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar os padrões internos de desigualdade no Brasil.
- Identificar as causas do deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade no Brasil durante no período 1940-1970.
- Demonstrar como o Estado desenvolvimentista participou neste processo de deslocamento.

1.4 Referencial teórico-metodológico

Quais as implicações teórico-metodológicas de compreender a alteração no padrão interno de desigualdade no Brasil a partir de uma perspectiva histórico-mundial? Se ignorarmos por ora os aspectos epistemológicos das ciências sociais, dois esforços são necessários para este objetivo. O primeiro consiste em adotar uma perspectiva de análise histórico-mundial, cujos espaços particulares – no presente caso o Brasil – possam ser compreendidos a partir de uma dinâmica ao mesmo tempo sistêmica e histórica. Este grande esforço tem sido desenvolvido pelos formuladores da perspectiva dos sistemas-mundo. Entre estes se destacam os trabalhos de Immanuel Wallerstein, Fernand Braudel e Giovanni Arrighi . O segundo esforço consiste em explicar os padrões de desigualdade inter e intra-países a partir do primeiro. Trata-se, portanto de teorizar a relação entre desigualdade e crescimento econômico a partir de uma perspectiva histórico-mundial. Neste segundo grupo, destacam-se os trabalhos de Korzeniewicz & Moran (2005, 2006).

No entanto, *somos remetidos ainda a pensar as razões pelas quais a perspectiva histórico-mundial é mais desejável que, entre outras abordagens, a teoria da modernização ou aqueles de viés neoclássico. No caso particular do Brasil, a própria realidade histórica concreta exige repensar as formas através das quais os cientistas sociais se propõem a pensar os problemas sociais da contemporaneidade. A ilusão desenvolvimentista observada na década de 1980, após o grande esforço em nome do “progresso” do Estado brasileiro e de seus cidadãos, ao longo do século XX, é um momento histórico relevante. A esperança depositada tanto pelos cientistas sociais, formuladores de políticas e homens do Estado no processo de industrialização liderado pelo Estado como forma de superar o subdesenvolvimento das sociedades latino-americanas, em especial a do Brasil, revelou-se frustrada com a Crise da Dívida em princípios da década de 1980. Além do processo de modernização capitalista não eliminar a heterogeneidade da estrutura econômica referente à jurisdição brasileira, o custo social do desenvolvimento capitalista elevou-se a padrões históricos nunca antes observados.*

O argumento legitimador do Estado frente seus cidadãos para justificar as consequências do “progresso” pode ser expressado pela frase clássica que é atribuída ao ex-ministro da fazenda e do planejamento do regime militar, Antônio Delfim Netto: “é preciso esperar o bolo crescer para depois repartir”. As décadas de 1980 e, sobretudo, de 1990 demonstraram que o bolo cresceu, contudo, evidenciam também que o bolo não foi repartido. Esta afirmação que justificava toda a política de desenvolvimento econômico sustentada na

concentração da renda durante a maior parte do período militar, estava escorada em grande parte na teoria da modernização que, por sua vez, estava fundamentada no trabalho clássico de Simon Kuznets de 1955, *Economic Growth and Income Inequality*.

Para Kuznets (1955) a desigualdade da renda é um fenômeno transicional entre estágios de desenvolvimento. O fato que surge da contraposição entre a curva-*U* invertida e a distribuição da renda dentro da jurisdição Estado brasileiro ao longo da história é que o crescimento da renda *per capita* do Brasil, ao invés de experimentar o aprofundamento da desigualdade interna seguido de uma melhora na distribuição interna da renda, definiu um novo padrão interno de desigualdade no final do século XX. Este se revelou ainda mais profundo que o padrão observado ao longo do século XIX e princípios do século XX. Este fato é suficiente para exigir de nós uma nova postura frente ao problema de desigualdade. A medida em que a hipótese de Kuznets vem sendo refutada pela realidade contemporânea, novas perspectivas estão sendo desenvolvidas. Korzeniewicz & Moran (2005, 2006) caminhado nesta direção e vêm propondo uma alternativa à interpretação de Kuznets no que diz respeito à relação entre crescimento econômico e desigualdade. Enquanto para Kuznets a desigualdade se apresenta como um fenômeno de transição entre estágios de desenvolvimento, Korzeniewicz & Moran propõem interpretar a desigualdade como um aspecto relacional cuja origem é sistêmica. Eles afirmam que o

crescimento econômico tem um impacto significativo sobre a desigualdade porque crescimento implica importantes efeitos composicionais na distribuição da população; e grupos distributivos são definidos pelo impacto de instituições e forças coletivas nos arranjos de poder. Entretanto, nós argumentamos que estes *insights* podem ser redefinidos dentro de um marco-teórico que adote uma perspectiva mais schumpeterina sobre o processo de crescimento econômico e considere o caráter relacional dos arranjos institucionais (Korzeniewicz & Moran, 2005, p. 305).

E ainda continuam,

deste ponto de vista, o crescimento econômico desdobra-se através de instituições inseridas no tempo e no espaço, produz uma constante levando em direção à desigualdade que resulta numa múltipla e sobreposta matriz de grupos distribucionais, numa distribuição mundial da renda (e.g., dentro e entre países) que é sistêmica e histórica. Daí, a distribuição da renda pode permanecer estável enquanto simultaneamente muda de um momento ao próximo. (Korzeniewicz & Moran, 2005, p. 305-306).

Colocada a diferença básica na observação do fenômeno da desigualdade – transição versus dominação/vantagem – é necessário precisar os conceitos que permitem examinar a desigualdade da renda como uma relação de dominação.

1.4.1 Economia Política dos Sistemas-Mundo

A Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) é, antes de tudo, uma perspectiva de análise. Não possui ainda o status de uma teoria social. Nesse sentido, o que se pode admitir por ora é que a EPSM é útil para pensar a mudança social contemporânea. Dá novo fôlego, ou melhor, abre novos horizontes para pensar os problemas sociais da contemporaneidade.

A EPSM toma como unidade privilegiada de análise os sistemas de estados agrupados por uma única divisão mundial do trabalho e busca (a) generalizações sobre interdependência entre os componentes de um sistema e (b) princípios de variação entre condições sistêmicas em diferentes espaços e tempos (Arrighi, 2003, p. 15). A compreensão das transformações de longo prazo do moderno sistema mundial só pode ser apreendida, no entanto, se as relacionamos com os dois principais processos independentes mas interconectados de nossa era: a criação de um sistema de estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial (Tilly, 1984, p. 147).

Admitir que ambos os processos condicionam as mudanças sociais na contemporaneidade implica necessariamente admitir que os processos históricos de longa duração *a la* Fernand Braudel são elementos que constituem a realidade social. Mais que isto, que esta realidade, concreta e única, é constituída por múltiplas temporalidades histórica, que pode ser decompostas em vários tempos cuja dialética das durações condicionam as trajetórias históricas específicas de cada caso. Portanto, a utilidade ou a vantagem de adotar a EPSM como instrumento de análise esta justamente em conceber o capitalismo como um sistema social histórico.

O capitalismo enquanto sistema social histórico e complexo, o é por ser relativamente autônomo, i.e., por funcionar em termos das conseqüências de seus processos internos e por possuir limites temporais, ou seja, princípio e fim. De igual maneira, possui também limites espaciais, embora estes limites possam ser alterados ao longo do tempo (Wallerstein, 1998, p. 249). O conceito que abarca esta realidade social moderna e contemporânea é o conceito de *economia-mundo*, que pode ser definida como "... uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, econômicos e não econômicos, agrupados por ela; que a economia-mundo representa uma enorme superfície (em princípio, é a mais vasta zona de coerência, em determina época, em uma região determinado do globo); que, habitualmente, ela transcende os limites dos outros grupos maciços da história (Braudel, 1998, p. 14). O capitalismo como sistema social histórico é, portanto, um tipo específico de economia-mundo. Deste modo, pode-se falar de uma economia-mundo capitalista.

Uma única *divisão mundial social e espacial do trabalho* é a responsável pela auto-reprodução da economia-mundo capitalista. A partir dela são produzidos as mercadorias necessárias à reprodução do homem bem como dela se geram os excedentes necessários à acumulação de capital que movem o sistema histórico em direção à acumulação sem fim, ao mesmo tempo em que contribui com os tributos necessários à reprodução dos Estados e permitem a manutenção da lógica de acumulação de poder. A divisão mundial do trabalho materializa-se em *cadeias mercantis* que descrevem e demonstram as conexões entre as distintas atividades necessárias à reprodução do sistema social localizadas em diferentes espaços. Cada atividade é representada por um *elo* ou *nódulo* da cadeia mercantil. Cada nódulo é responsável por uma etapa particular do processo de produção envolvendo formas específicas de controle de trabalho em cada elo. Consequentemente, diferentes atividades adicionam diferentes valores e, portanto, proporcionam diferentes excedentes. Como cada nódulo de uma cadeia mercantil pode se localizar em diferentes espaços, isto implica numa assimetria espacial em termos da apropriação do excedente gerado pelas cadeias mercantis. Além disso, como as diferentes atividades estão submetidas a diferentes jurisdições estatais, a distribuição espacial da renda pode ser afetada positiva ou negativamente pelas instituições as quais estão sujeitas. Nesse sentido, a divisão mundial do trabalho envolve *troca desigual*, isto é, apropriação desigual do excedente. A troca desigual pode se expressar através dos níveis de remuneração da força de trabalho ou por meio de transferências unilaterais. No primeiro caso, os diferentes níveis de remuneração da força de trabalho estão associados às diferentes formas de controle de trabalho como o trabalho escravo, servil ou assalariado. No trabalho assalariado, em específico, as instituições como a legislação referente ao controle de trabalho ou poder dos sindicatos dos trabalhadores ou ainda a capacidade do Estado em reduzir tal poder podem criar distorções salariais relevantes. No segundo caso, as transferências unilaterais podem ser forçadas, envolvendo o uso da violência, como o tráfico de escravos, ou voluntárias, que estão baseadas no auto-interesse como por exemplo os investimentos estrangeiros. Enfim, como resultado destas diferentes capacidades que os espaços, diga-se, que Estados possuem de se apropriarem do excedente mundial, definem uma *estrutura hierárquica* em termos de distribuição mundial das recompensas. Esta estrutura divide-se em três zonas: um centro, uma periferia e uma semiperiferia. A *periferia* caracteriza-se por perder excedente em relação a outras zonas da economia-mundo capitalista. O *centro*, por sua vez, é aquela zona que concentra a maior parte do excedente mundial. Por fim, a *semiperiferia* é a zona, cujo resultado líquido equivale à zero. Se por um lado é capaz de se apropriar de parte do excedente gerado pela periferia, por outro, perde parte do excedente gerado para o centro.

Os conceitos apresentados até aqui dizem respeito às características intrínsecas da economia-mundo capitalista. A existência de cadeias mercantis e, conseqüentemente, espaços hierarquicamente estruturados permanecem, quando não se aprofundam, na medida em que a economia-mundo capitalista se desenvolve. Entretanto, o modo como os elos mercantis se distribuem no espaço favorecendo Estados e grupos específicos alteram-se através do tempo. Por conseguinte, a economia-mundo se expande, transferindo, de um lado para outro, o poder e riqueza. Isto implica, portanto, considerações dinâmicas a respeito da economia-mundo capitalista. A interpretação do tempo histórico é fundamental à compreensão das transformações do capitalismo histórico.

“É difícil, sem dúvida, imaginar que uma ciência, seja qual for, possa fazer abstração do tempo”, afirmou Marc Bloch em *Apologie pour l'histoire*. Braudel (...), por sua vez, introduziu no debate historiográfico a noção de diferentes temporalidades. Segundo ele, os aspectos estruturais dos fenômenos sociais só podem ser assimilados se os fenômenos sociais históricos forem estudados a partir de diferentes perspectivas temporais. Dado que, nesta concepção, o tempo se refere à duração de um fenômeno, Braudel (1983, p. 26), afirma que o sentido histórico só se revela se trabalhamos com dilatados períodos. Nesse sentido, se a realidade social é a soma de infinitos fenômenos sociais, então, esta realidade pode ser decomposta em infinitos tempos. Conseqüentemente é razoável admitir que, de uma maneira ou de outra, os fenômenos sociais estão inter-relacionados e, por conseguinte, que os múltiplos tempos históricos se auto-condicionam.

A defesa da história feita por Bloch, bem como o método proposto por Braudel foram incorporados pelos formuladores da Análise dos Sistemas-mundo que empregam constantemente a noção de diferentes temporalidades na tentativa de propor uma nova teoria social capaz de compreender a mudança social na era moderna. Basicamente, como destaca Shannon (1996, p. 127), o primeiro esforço da Análise dos Sistemas-mundo consiste em identificar as alterações básicas das tendências seculares sistêmicas através do tempo. O segundo esforço, ao considerar um tempo não tão longo, procura definir padrões de repetições que são definidos pela estrutura do sistema histórico. Por fim, o terceiro esforço é explicar por que nem todos os países retêm a mesma posição na estrutura centro-periferia do sistema. Em outras palavras, por que alguns países se movem de uma zona a outra, e assim por diante.

O presente estudo vale-se da dialética das durações para compreender como no século XX o desenvolvimento do capitalismo histórico implicou na alteração do equilíbrio interno de desigualdade no Brasil. Pretende-se, portanto, confrontar os padrões de repetição definidos pela economia-mundo capitalista – i.e., os ciclos sistêmicos de acumulação

britânico e norte-americano – com a trajetória específica do Brasil. Os *ciclos sistêmicos de acumulação* ter por finalidade mostrar a formação, consolidação e desintegração das principais vias de desenvolvimento criadas e legitimadas ao longo do capitalismo histórico que permitiram ao capital sua auto-reprodução. Os ciclos sistêmicos de acumulação equivalem a uma conjuntura longa, se observado da ótica braudeliana do tempo histórico. Além disso, os ciclos sistêmicos de acumulação representam um esforço para definir padrões de repetição do capitalismo histórico. Deste modo, cada ciclo divide-se em duas fases: um período de expansão material (DM) seguido de uma fase de expansão financeira (MD'). As fases de *expansão material*, “constituem em fases de mudanças contínuas durante as quais a economia cresce por uma única via de desenvolvimento”. Estas fases iniciam-se quando um novo bloco dominante, i.e., quando um Estado nacional é capaz de concentrar poder e dinheiro suficiente para indicar um novo modelo de desenvolvimento, ou seja, definir padrões de produção e consumo e métodos de regulamentação em escala global. As fases de *expansão financeira* “constituem em fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e economia capitalista mundial ‘se desloca’, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via” (Arrighi, 1996, p. 9). Portanto, ao decompor os padrões de equilíbrio interno de desigualdade no Brasil em processos históricos de longa duração, pretende-se demonstrar o modo através do qual o deslocamento do equilíbrio interno da desigualdade no Brasil está relacionado às transformações observadas na economia-mundo capitalista neste período.

1.4.2 Economia-mundo capitalista como unidade de análise

Até o presente momento, apresentaram-se os conceitos básicos a Economia Política dos Sistemas-Mundo. Recapitulando, trata-se de uma perspectiva de análise em que se admite uma única divisão mundial social e espacial do trabalho que é fragmentada pelos Estados nacionais. Daí deriva uma relação de comércio e de poder desigual entre as diferentes zonas que constituem o sistema, cujo resultado é uma estrutura hierárquica que fragmenta a economia-mundo capitalista em zonas centrais, periféricas e semiperiféricas. Além disso, o sistema social histórico é considerado uma economia-*mundo*. Destaca-se a expressão mundo, devido a sua capacidade de auto-reprodução. As condições sobre as quais a economia-mundo capitalista se desenvolve alteram-se através do tempo, transferindo de mão em mão a riqueza e o poder.

Quando se adota a perspectiva de Análise dos Sistemas-Mundo, impõe-se uma qualificação metodológica entre unidade de análise e unidade de explicação. Embora a

unidade de explicação (ou objeto) seja a desigualdade da renda no Brasil, a unidade de análise ainda será a economia-mundo capitalista. Deste modo, propõe-se explicar a desigualdade de renda no Brasil como resultado não só das transformações políticas, econômicas e sociais observadas nesta jurisdição, mas fundamentalmente pelas mutações do capitalismo histórico em si mesmo e suas respectivas manifestações no Brasil. Isto permite apreender o deslocamento do padrão interno de desigualdade no Brasil como um fenômeno histórico-mundial.

Um fenômeno histórico-mundial diz respeito às grandes estruturas e longos processos. A análise destes fenômenos opera em quatro diferentes níveis, todos envolvendo comparação. Como demonstra Tilly (1984, p.60-65), ao nível *histórico-mundial*², o esforço caminha na direção de identificar propriedades especiais de uma era e colocar estas propriedades no ir e vir da história humana. No nível *sistêmico-mundial* tenta-se discernir as conexões essenciais e as variações dentro de largas configurações de estruturas sociais interdependentes. No nível *macrohistórico*, procura-se ater às grandes estruturas e largos processos e mapear suas formas alternativas. Por fim, no nível *microhistórico*, traça-se o encontro entre os indivíduos e grupos com suas estruturas e processos, com a esperança de explicar como as pessoas experimentam atualmente isto. É sensato distinguir, portanto, que ao nível histórico-mundial a análise centra-se na variação de uma rede (sistema social histórico) para outra (outro). Ao nível sistêmico-mundial foca-se na operação de uma rede particular. Já ao nível macrohistórico busca-se compreender a variação entre estruturas e processos dentro de redes particulares. Finalmente, ao nível microhistórico a análise envolve o agrupamento de experiências que pessoas, dentro de uma rede particular, são tidas como comuns.

Tal como foi formulado o problema de pesquisa, *a desigualdade de renda no Brasil será analisada a partir do nível de análise sistêmico-mundial*, no qual, nas palavras de Tilly (1984, p. 63), “... o sistema mundial se auto-constituí para operar como uma unidade significativa, mas também seus principais componentes, grandes redes e *catnets* definem-se pelas relações de coerção e/ou troca. Relações de coerção algumas vezes reúnem-se dentro de Estados: relativamente centralizados, diferenciados, e organizações autônomas controlando os principais concentrados de meios de coerção em determinado espaço. Redes de troca algumas vezes aglomeram-se dentro de modos regionais de produção: geograficamente segregado e

² É importante não confundir *perspectiva de análise* histórico-mundial com *nível de análise* histórico-mundial. *Perspectiva de análise* diz respeito aos aspectos dos objetos vistos, i.e., o ponto de vista sobre determinado objeto. O *nível de análise*, por sua vez, permite decompor o tempo sócio-histórico em suas diferentes dimensões. Neste sentido, trata-se de um instrumento destinado a determinar certas características sócio-históricas comuns que dão luz às diferentes dimensões. Portanto, o *nível de análise* assume uma característica instrumental e está contido na *perspectiva de análise*.

configurações independentes de relações entre pessoas ou grupos que dispõem de vários fatores de produção”.

Ele continua, “aqui, processos de subordinação, de produção e distribuição de larga escala atraem nossa atenção. Comparações relevantes, estabelecem similaridades e diferenças entre redes de coerções e entre redes de troca, de um lado, e entre processo de subordinação, produção e distribuição de outro. Neste nível, proposições gerais irão permanecer arriscadas, controvertidas e extremamente difíceis de verificar. No entanto, sem premissas provisórias concernindo princípios amplos de variação dentro do sistema mundial, análises macrohistóricas e microhistóricas fazem pouco sentido”.

Se se admite que o padrão da desigualdade interna da renda expressa a vantagem e/ou desvantagem de um espaço (grupos de pessoas ou instituições que estão presentes neste espaço específico ou que detêm algum controle sobre ele) em relação a outro através do tempo, então é necessário adotar uma estratégia de comparações que permita compreender um espaço específico (uma jurisdição, no presente caso, o Brasil) como produto de suas interconexões como o sistema mundial, i.e., com a economia-mundo capitalista. A *encompassing comparison* caminha nesta direção.

“A *encompassing comparison* começa com um longo processo ou estrutura. Ela seleciona locais dentro de um processo ou estrutura e explica similaridades ou diferenças entre estes locais como consequência de suas relações com o todo” (Tilly, 1984, p. 125). No presente caso, pretende-se fazer um uso reduzido desta estratégia. Reduzido no sentido que esta será aplicada de maneira parcial. Dados os locais selecionados basicamente a aplicação da *encompassing comparison* envolve dois processos: (i) definir as relações estabelecidas entre cada local selecionado com o todo e (ii) aplicar a comparação *de facto*. No presente, busca-se, como será demonstrado, apenas extrair as conexões do Brasil com a economia-mundo capitalista. Deste ponto de vista, os padrões de desigualdade de renda do Brasil observados através do tempo podem ser interpretados como formas específicas de um fenômeno sistêmico, a *desigualdade mundial*, que assume expressões particulares nos diferentes tempos e espaços.

Delimitadas as unidades de análise e explicação, e a forma como estas podem ser trabalhadas numa perspectiva histórico-mundial, ainda falta definir premissas provisórias, como recomendou Tilly, que dêem inteligibilidade aos princípios de variação da economia-mundo capitalista. A relação entre desigualdade e crescimento econômico teorizadas por Korzeniewicz & Moran (2005, 2006) é útil à análise proposta.

1.4.3 Uma teoria histórico-mundial acerca da desigualdade

Embora refutem as proposições de Kuznets (1955) sobre crescimento econômico e desigualdade, Korzeniewicz & Moran (2005, 2006) encontram nelas as bases para a formulação de uma teoria histórico-mundial acerca de desigualdade.

Em seu trabalho clássico, *Economic Growth and Income Inequality*, Kuznets define a desigualdade como um *fenômeno transicional*. Segundo ele, a primeira fase do crescimento econômico implica uma ampliação da desigualdade entre os estratos composicionais da população de um determinado país. Numa fase intermediária, esta desigualdade é ainda mais acentuada. Posteriormente, na medida em que o país segue crescendo, esta desigualdade tende a reduzir. Daí o caráter transicional do fenômeno da desigualdade. Este raciocínio é possível porque Kuznets admite uma economia formada por dois setores: um rural ou tradicional e outro, urbano/industrializado ou moderno. Dada esta segmentação, ele explica que a ascensão da desigualdade é provocada pelo deslocamento populacional do setor tradicional para o setor moderno. Em outras palavras, o efeito composicional da transição entre o setor tradicional para o setor moderno acentua a desigualdade, ampliando a diferença entre os estratos mais altos e mais baixos da distribuição total. O movimento inverso, i.e., a redução da desigualdade é resultado das transformações institucionais decorrentes das dinâmicas políticas e sociológicas do processo de produção. De fato, os efeitos transicionais da população decorrentes da industrialização, por fim, acabam por dar forma a organizações políticas e sociais entre os estratos mais baixos da população. (Kuznets, 1955; Korzeniewicz & Moran 2005).

A questão é que nas últimas décadas do século XX a hipótese de Kuznets, a curva- *U* invertida, foi desafiada. Korzeniewicz & Moran (2005, p.285) chegam a chamar a hipótese da curva-*U* invertida de “miragem empírica”. Os dados por eles trabalhados revelam que, em geral, alguns países de baixa-renda têm experimentado, em média, uma redução dos níveis de desigualdade, países de média-renda permaneceram essencialmente sem mudanças e os países de alta-renda têm experimentado, em média, a ascensão do nível de desigualdade. “Então”, eles afirmam, “a curva-*U* conserva seu formado na amostra representativa durante o período de vinte anos enquanto simultaneamente padrões de desigualdade *alteram-se* se movendo precisamente em direções opostas do que o previsto pela hipótese”. Assim Korzeniewicz & Moran concluem que, “o que é deslocada através do tempo, então, não são os países individuais ao longo da curva-*U*, mas a própria curva-*U*”.

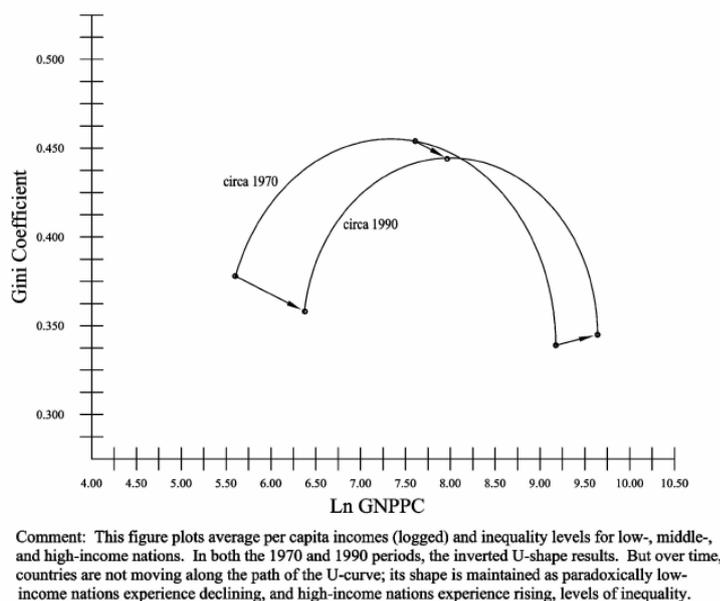


Figure 2. The inverted U-Curve as Statistical Mirage, circa 1970 to circa 1990.

Figura 4 – A Curva-*U* invertida como “miragem estatística”.

Fonte: Korzeniewicz & Moran (2005, p. 286)

Para Korzeniewicz & Moran (2005, p. 286) este deslocamento da curva-*U* revela dois padrões histórico-mundiais de mudança que na segunda metade do século XX têm desafiado a curva-*U* invertida: o padrão do leste-asiático, “crescimento com equidade”, e o padrão dos Estados ricos, “*U*-girado”. O padrão do leste-asiático é muito mais acentuado se comparado com a desigualdade persistente que caracteriza a América Latina. Korzeniewicz & Smith (2000), demonstram que na América Latina a industrialização e urbanização foram acompanhadas pela exclusão dos setores pobres da população de oportunidades educacionais e empregos estáveis, e, além disso, estes setores pobres também foram excluídos dos ganhos derivados da expansão econômica devido à concentração entre os trabalhadores mais habilidosos e organizados.

Quando se centra na trajetória específica do Brasil e confronta-se com a trajetória de “alta desigualdade persistente” da América Latina, a trajetória brasileira revela-se um caso particular. É particular, porque antes da segunda metade do século XX, o Brasil apresenta um equilíbrio limiar de baixa desigualdade que se desloca na segunda metade do século XX em direção ao equilíbrio de alta desigualdade. O ponto central é que, em geral, admite-se *a priori* que o Brasil sempre foi um espaço altamente desigual. E daí, derivam-se inúmeras explicações para justificar o alto grau de desigualdade da renda no Brasil. Entretanto, o trabalho de Bértola *et al.* (2007) tem demonstrado, apesar das deficiências das estimações do

índice de Gini para o século XIX, que o Brasil foi um espaço muito menos desigual do ponto de vista da distribuição da renda do que é atualmente. Nesse sentido, a questão relevante não está em justificar os altos níveis de desigualdade, mas sim, explicar o deslocamento entre os padrões de desigualdade observados no Brasil. Como já foi adiantado, este será o esforço desta monografia.

Grosso modo apresentou-se nas seções anteriores uma perspectiva de análise, a EPSM, que permite dar luz ao fenômeno da desigualdade da renda como um elemento histórico-mundial. Nesta, buscou-se identificar porque a hipótese de Kuznets não pode fornecer as premissas provisórias necessárias à análise proposta. O desafio, agora, é delimitar algumas premissas provisórias satisfatórias de modo que se possa compreender como o desenvolvimento do capitalismo histórico cria uma constante tendência à desigualdade e como as instituições afetam os equilíbrios de desigualdade dentro e entre países.

1.4.3.1 “Destruição criativa”: constante tendência à desigualdade

Korzeniewicz & Moran (2005) desenvolvem um argumento teórico mais fecundo repensando a contribuição original de Kuznets. Constroem no lugar uma interpretação historicamente fundamentada entre crescimento e desigualdade. Sua contribuição foi avançar num argumento macro-teórico mais complexo com respeito ao impacto das transições da economia-mundo sobre as tendências mundiais de desigualdade.

A primeira re-interpretação de Korzeniewicz & Moran se dá sobre a hipótese de transição demográfica e seus efeitos em termos de desigualdade. Korzeniewicz & Moran (2005, p. 297) contestam o paradigma da modernização ao qual Kuznets está apegado, pois segundo a Teoria da Modernização a nação é a base da transformação, ou seja, constitui a unidade de análise apropriada. Além disso, ao admitir uma única transição universal entre as áreas rurais e urbanas, Kuznets é levado a explicar a ascensão da desigualdade como efeito do movimento simples do deslocamento populacional entre o setor tradicional e o setor moderno de uma economia nacional. O que Korzeniewicz & Moran estão propondo é uma visão deste processo mais dinâmica e não restrita aos limites do país. Ao sugerirem uma visão schumpeteriana da dinâmica capitalista, o processo de desenvolvimento econômico não pode ser compreendido como uma simples transição de um estado de equilíbrio para outro. De fato, trata-se de um sistema em constante mutação. Nas próprias palavras de Schumpeter:

El capitalismo es, por naturaleza, una forma o método de transformación económica y no solamente no es jamás estacionario, sino que no puede serlo nunca. Ahora bien: este carácter evolutivo del proceso capitalista no se debe simplemente al hecho de

que la vida económica transcurre en un medio social y natural que se transforma incesantemente y que, a causa de su transformación, altera los datos de la acción económica; es hecho es importe y estas transformaciones (guerras, revoluciones, etc.) condicionan a menudo el cambio industrial, pero no constituyen su móvil primordial. Tampoco se debe este carácter evolutivo al crecimiento casi automático de la población y el capital ni a las veleidades del sistema monetario, de todo lo cual puede decirse exactamente lo mismo que de las transformaciones del proceso capitalista. El impulso fundamental que pone y mantiene en movimiento a la máquina capitalista procede de los nuevos bienes de consumo, de los nuevos métodos de producción y transporte, de los nuevos mercados, de las nuevas formas de organización industrial que crea la empresa capitalista. (...) La abertura de nuevos mercados, extranjeros o nacionales, y el desarrollo de la organización de la producción, desde el taller de artesanía y la manufactura hasta los *concerns*, tales como los del acero de los Estados Unidos (U. S. Steel), ilustran el mismo proceso de mutación industrial – si se me permite usar esta expresión biológica – que revoluciona incesantemente la estructura económica *desde dentro*, destruyendo ininterrumpidamente lo antiguo y creando continuamente elementos nuevos. Este proceso de *destrucción creadora* constituye el dato de hecho esencial del capitalismo. En ella consiste en definitiva el capitalismo y toda empresa capitalista tiene que amoldarse a ella para vivir (Schumpeter, 1996, p.120-21 grifos no original).

Korzeniewicz e Moran adotam, portanto, o modelo de Schumpeter cuja idéia central está nos efeitos sobre os arranjos econômicos e sociais decorrentes da introdução concentrada de inovações numa determinada época. Com isso eles destacam que o caráter *revolucionário* e *destrutivo* do desenvolvimento capitalista é essencial para o entendimento dos padrões históricos de desigualdade. Para ser preciso:

... if, indeed, capitalism and economic growth involve “incessantly revolutioniz[ing] the economic structure from within, incessantly destroying the old one, incessantly creating a new one,” we should substantially revise our depiction of the pattern of demographic transition between arrays that is most likely to prevail. Rather than a single and fundamental transition between two distinct distributional arrays, we should expect capitalism and economic growth to result in multiple and overlapping demographic transition between many distributional arrays that never cease to emerge anew, prevail for a time, and eventually be left behind. Rather than conceptualizing capitalistic growth as proceeding toward a terminal equilibrium, the “modernization” endpoint expected by Kuznets, we can expect a distributional array “modern” to itself be displaced eventually by a new distributional array “emerging”, and so forth, generating ever-changing distributional arrays via multiple and overlapping transitions – a process we might characterize as a “constant drive toward inequality (Korzeniewicz & Moran, 2005, p. 299).

Deste modo, o argumento de Korzeniewicz & Moran sugere que o deslocamento populacional em termos mundiais nunca se interrompe na medida em que as áreas “modernas” podem elas mesma serem substituídas por novas áreas “emergentes” devido ao processo de destruição criativa. Portanto, não se trata de um fenômeno transicional entre áreas tradicionais e modernas, mas sim de uma transição permanente da população entre áreas em ascensão e declínio. Nestes termos, é plausível admitir que existe uma *constante tendência à*

desigualdade no interior da economia-mundo capitalista na medida em que se alteram os ciclos sistêmicos de acumulação.

Pensar em termos de uma constante tendência à desigualdade “pode nos ajudar a explicar a estabilidade a longo prazo dos altos níveis de desigualdade entre os países e que restringem uma mobilidade ascendente diante das nações na economia-mundo”, afirmam Korzeniewicz & Moran (2005, p. 300). De fato, a *constante tendência à desigualdade* será melhor compreendida se desenvolvida dentro dos marcos das instituições histórico-mundiais.

1.4.3.2 Práticas institucionais e alteração nas pressões competitivas

A segunda re-interpretação incide sobre a segunda hipótese de Kuznets, i.e., que as transformações institucionais decorrentes das dinâmicas políticas e sociológicas do processo de produção tendem a reduzir a desigualdade entre os estratos composicionais. Como apontam Korzeniewicz & Moran (2005, p. 304), novamente Kuznets desenvolve seu instrumental conceitual dentro dos limites do Estado nacional. O que eles buscam enfatizar é “... *that institutions should be understood as relational mechanisms of regulation, operating within countries while simultaneously shaping interactions and flows among nations. In this sense, the same institutional mechanisms through which inequality historically has been reduced within nations often have accentuated the exclusion from wealthy markets of population from poorer countries*”.

As práticas institucionais são importantes para compreender, portanto, a alteração das pressões competitivas (a constante tendência à desigualdade) através da economia-mundo. Os atores coletivos bem como o Estado podem acentuar ou reduzir a constante tendência à desigualdade, afetando o grau como que setores são incluídos ou excluídos do processo de crescimento e/ou definindo a distribuição dos ganhos e das perdas que resultam do processo de crescimento. (Korzeniewicz & Moran, 2005, p.302-303; Korzeniewicz & Moran, 2006, p.19).

Estes autores têm demonstrado que os processos de intervenção podem variar através do tempo e do espaço, podendo tomar diferentes formas: políticas de taxaço, políticas salariais, estratégia para desenvolver as habilidades dos trabalhadores ou ainda a regulação do mercado de trabalho. Em suma, as “... instituições frequentemente deslocam as pressões competitivas de uma população para outras” (Korzeniewicz & Moran, 2006, p.21).

Até aqui foram definidas as premissas provisórias – os processos de destruição criativa criam através do tempo uma constante tendência à desigualdade, por um lado, e as

práticas institucionais podem intensificar ou reduzir esta constante tendência, por outro – que orientam o estudo da desigualdade da renda a partir de uma perspectiva histórico-mundial. No próximo capítulo busca-se aplicar o instrumental analítico apresentado até o presente momento para elucidar como os padrões de desigualdade da renda no Brasil são definidos em função de sua posição na economia-mundo capitalista. Além disso, busca-se elucidar, a partir da política salarial, como o Estado desenvolvimentista no Brasil transferiu os custos das pressões competitivas aos seus próprios cidadãos, deslocando com isso o equilíbrio de desigualdade interna da renda a uma situação de alta desigualdade.

Capítulo 2 – Padrões de desigualdade no Brasil através do tempo

2.1 *Brasil e apropriação do excedente mundial, 1820-2001.*

O *século XX longo* que tem início na segunda metade do século XIX com o início da fase de expansão financeira da hegemonia britânica e que, posteriormente, culminará em um novo ciclo sistêmico de acumulação cujo poder hegemônico se centrará nos Estados Unidos, delimitará um novo quadro sistêmico ao moderno sistema mundial, provocando transformações profundas no tocante às atividades de auto-reprodução da economia-mundo capitalista localizadas no território brasileiro. Embora o Brasil tenha se constituído e sido reconhecido como unidade política pelo sistema interestatal ao mesmo tempo em que transformou seu perfil econômico e social ao longo dos séculos XIX e XX deixando de ser um espaço essencialmente produtor de alimentos e matérias primas, incorporando atividades com maior valor adicionado, sobretudo a partir de meados do século XX com o processo de industrialização por substituição de importações, estas não foram suficientes para alterar a posição do Brasil na hierarquia do moderno sistema mundial. Em outras palavras, apesar de o processo de modernização capitalista no interior da jurisdição estatal brasileira assumir uma velocidade sem precedentes na segunda metade do século XX, este não foi suficiente para elevar a participação relativa do Brasil na distribuição mundial do excedente.

Esta seção busca apenas realizar uma breve avaliação quantitativa da participação relativa do Brasil no excedente mundial ao longo dos séculos XIX e XX. Não se propõe deste modo compreender as razões pelas quais o Brasil não avançou na hierarquia mundial da riqueza no século XX. As razões da manutenção da posição relativa do Brasil encontram-se tanto no plano sistêmico, como por exemplo os aspectos geopolíticos da hegemonia norte-americana quanto nas características específicas da própria trajetória do Brasil ao longo do capitalismo histórico.³ Portanto, por hora restringe-se o presente estudo à análise quantitativa do *comando econômico relativo*.

Recapitulando, ao analisar a evolução do coeficiente dos PNB's *per capita* de Brasil e Estados Unidos, admitindo-se que o último representa a riqueza *per capita* do centro da economia-mundo capitalista ao longo do século XX, pode-se observar como a riqueza é distribuída de maneira desigual entre os diferentes espaços que constituem o moderno sistema

³ Para um ensaio que busca tratar esta problemática ver SANTOS, F. P. & NUNES, L. D. O desenvolvimentismo periférico e as especificidades do caso brasileiro e uruguaio: um ensaio de história comparada. In: *Primer Congreso Latino Americano de Historia Económica* (CLADHE I), Montevideo: dez, 2007.

mundial. Se admitirmos para cada período que o PNB *per capita* dos Estados Unidos representa a riqueza média total (i.e., considerar como um número índice igual a um), o coeficiente dos PNB's *per capita* dá uma idéia de quão próximos ou distantes outras jurisdições estão da riqueza controlada pelos habitantes estadunidenses.

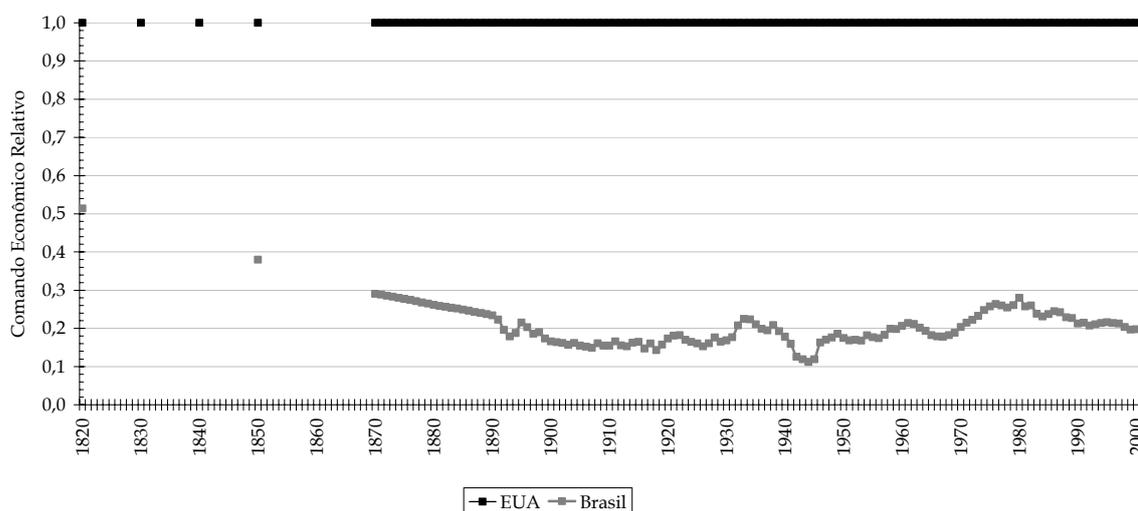


Figura 5 – Evolução Secular do Comando Econômico, 1820-2001.

Fontes e notas: Para calcular o Comando Econômico Relativo foram utilizadas as séries de PNB's *per capita* dos Estados Unidos e Brasil em dólares Geary-Khamis internacional de 1990 contidas em Maddison (2006). Assumiu-se que o PNB *per capita* dos Estados Unidos representa a riqueza do núcleo orgânico para cada período de tal modo que fosse igual a 1.

Como mostra a figura 5, o domínio econômico desigual do Brasil em relação aos Estados Unidos sofreu alterações ao longo dos séculos XIX e XX que, vistas em seu conjunto, foram irrisórias do ponto de vista de uma melhor apropriação do excedente mundial. Em 1820 o controle médio dos habitantes do Brasil sobre os recursos naturais e humanos dos Estados Unidos era **duas vezes menor** do que o controle médio dos habitantes estadunidenses sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. Em 1850 esta desigualdade é acentuada. Como o PNB *per capita* do Brasil cresceu a uma taxa muito inferior a taxa de crescimento do PNB *per capita* dos Estados Unidos, o comando econômico relativo do Brasil reduziu de 0,51 em 1820 para 0,38 em 1850. Isto significa que em 1850 o controle médio dos habitantes brasileiro sobre os recursos naturais e humanos dos Estados Unidos era aproximadamente **dois virgula cinco vezes menor** que o controle médio dos habitantes estadunidenses sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. Esta tendência de afastamento permaneceu ao longo de todo o século XIX e primeira década do século XX. Assim, em 1870 o controle médio dos habitantes do Brasil sobre os recursos naturais e humanos dos Estados Unidos era de aproximadamente **três virgula cinco vezes menor** do o controle médio dos habitantes estadunidenses sobre os

recursos naturais e humanos do Brasil. Em 1900 a distância relativa do Brasil é ainda maior. O controle médio dos habitantes do Brasil sobre os recursos naturais e humanos dos Estados Unidos era aproximadamente **seis vezes menor** do que o controle médio dos habitantes estadunidenses sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. Este distanciamento mantém-se até meados da década de 1920 quando o Brasil passa a experimentar um leve estreitamento em relação aos Estados Unidos. A melhor posição que o Brasil alcançou na primeira metade do século XX foi em 1933 quando o controle médio dos habitantes do Brasil sobre os recursos naturais e humanos dos Estados Unidos foi de aproximadamente **quatro vírgula cinco vezes menor** do que o controle médio dos habitantes estadunidenses sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. No entanto, em 1934 o Brasil retoma a trajetória de afastamento relativo dos Estados Unidos que persistirá até o fim da Segunda Guerra Mundial. Esta última tendência e a anterior podem ser explicadas pela evolução do PNB *per capita* norte-americano. O pequeno avanço do Brasil observado em 1933 coincide justamente com o pico inferior da recessão provocada pela Crise de 1929 nos Estados Unidos. No mesmo sentido, a ampliação do domínio desigual da renda entre 1934 e 1945 é explicada pela expansão sem precedentes da renda *per capita* na história dos Estados Unidos provocada pelo *New Deal*. O efeito do *New Deal* sobre a distribuição mundial do excedente foi tão violento que a distância entre o Brasil e os Estados Unidos foi a maior de todos os tempos. Em 1944 o controle médio dos habitantes do Brasil sobre os recursos naturais e humanos dos Estados Unidos foi **nove vezes menor** do que o controle médio dos habitantes estadunidenses sobre os recursos naturais e humanos do Brasil.

A partir de 1946 o Brasil retoma uma trajetória de ascensão na distribuição mundial do excedente. O predomínio de políticas desenvolvimentistas por parte do Estado brasileiro, sobretudo no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e durante o Regime Militar (1964-1985), resultou na apropriação de uma maior parcela da riqueza mundial. Contudo, esta fase ascendente será interrompida na década de 1980 com a Crise da Dívida latino-americana que revelará as debilidades do modelo de desenvolvimento adotado e encenará uma nova tendência de afastamento. Entre 1946 e 1956 o comando econômico relativo do Brasil será semelhante ao da primeira década do século XX. O controle médio dos habitantes brasileiros sobre os recursos naturais e humanos dos Estados Unidos era aproximadamente **seis vezes menor** do que o controle médio dos habitantes estadunidenses sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. Com o Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitschek, esta distância torna-se menor, estreitando sutilmente a diferença entre Brasil e Estados Unidos. Entre 1957 e 1961, o controle médio dos habitantes do Brasil sobre os recursos naturais e humanos dos

Estados Unidos foi aproximadamente **cinco vezes menor** do que o controle médio dos habitantes estadunidenses sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. Esta posição só será superada a partir de 1971 e atingirá seu pico, isto é, a menor distância relativa do século XX em 1980. Deste modo, em fins da década de 1970 e início de 1980 o controle médio dos habitantes do Brasil sobre os recursos naturais e humanos dos Estados Unidos foi aproximadamente **três vírgula cinco vezes menor** do que o controle médio dos habitantes estadunidenses sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. A partir de 1981 esta tendência inverte-se, sendo que o comando econômico relativo a partir de então tem oscilado entre os níveis históricos já observados desde a década de 1870 sem caracterizar algum tipo de extrapolação capaz de alterar a posição do Brasil na hierarquia centro-periferia.

Visto de maneira secular, as tendências de afastamento e estreitamento do comando econômico do Brasil em relação aos Estados Unidos são suavizadas, isto é, não se revelaram significativas na medida em que não se colocaram como um caso excepcional no capitalismo histórico como foram o Japão e os Tigres Asiáticos no período pós Segunda Guerra Mundial. Portanto, no século XX longo o controle médio dos habitantes brasileiros sobre os recursos naturais e humanos dos Estados Unidos foi em média oito vezes menor do que o controle médio dos habitantes estadunidenses sobre os recursos naturais e humanos do Brasil. Isto implica dizer que a totalidade das relações de poder tem privilegiado os habitantes dos Estados Unidos em detrimento dos habitantes do Brasil. Por exemplo, no período pós Segunda Guerra Mundial. A trajetória ascendente experimentada pelo Brasil provocou entre seus cidadãos uma percepção de melhora no bem-estar material decorrentes do pequeno avanço na apropriação do excedente mundial em virtude da incorporação de atividades que julgava-se, naquele período, ser típicas do centro da economia mundial. Esta impressão, comumente é vista como o “milagre econômico” brasileiro (1968-73). “No entanto”, observa Arrighi (1997, p. 266), “o salto para cima não passou de um espasmo numa trajetória absolutamente plana. Contudo, não devemos nos precipitar em declarar que o milagre brasileiro foi apenas uma miragem. Em comparação com os milagres ao estilo japonês – ou mesmo italiano e coreano –, as trajetórias do Brasil e da Espanha podem parecer retratar um pequeno fracasso e não uma grande história de sucesso”.

A observação de Arrighi revela as sutilezas das distintas trajetórias de desenvolvimento na economia-mundo capitalista no século XX. De fato, por mais próximo que o Brasil tenha ficado dos Estados Unidos, a equiparação com os padrões de riqueza do centro da economia-mundo capitalista esteve sempre muito distante. Portanto, do ponto de vista da desigualdade da renda entre países a trajetória constante do Brasil ao longo do século

XX não impõe, no escopo deste trabalho, considerações relevantes. Primeiro, porque no capitalismo histórico a regra é a manutenção da hierarquia centro-periferia e o distanciamento entre estas zonas que estruturam o moderno sistema mundial. Embora isto não signifique que casos específicos não possam romper esta estrutura como fez a Coreia do Sul, e aí o segundo ponto, o Brasil não o fez.

Porém, quando o assunto é a desigualdade dentro de países, o Brasil se figura como um caso relevante à Análise dos Sistemas-Mundo. O pequeno fracasso em termos de apropriação do excedente mundial da trajetória desenvolvimentista no Brasil foi acompanhado por um aprofundamento da desigualdade interna da renda. Compreender e descrever este processo de “ilusão a alto custo” é objeto das próximas seções.

Os padrões internos de desigualdade da renda observados no Brasil estão relacionados e não podem ser dissociados ao desenvolvimento da economia mundial capitalista bem como às transformações no sistema interestatal ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX. Nestes dois séculos a lógica principal do capitalismo histórico, i.e., a acumulação incessante do capital encontrou no desenvolvimento da indústria as oportunidades de reprodução e ampliação do capital durante as fases de expansão material dos ciclos sistêmicos de acumulação britânico e norte-americano. Estas oportunidades foram resultados da intensificação do processo tecnológico inerente à vida humana, por um lado, e criação, destruição e recriação dos arranjos institucionais necessários à manutenção desta lógica, por outro.

O capitalismo histórico ao centrar sua expansão no desenvolvimento da indústria, cuja origem e epicentro estiveram na manufatura inglesa entre os séculos XVII e XVIII, iniciou um movimento de longa duração que se constitui no processo de industrialização de todo o sistema social histórico. Este movimento consiste, portanto, no *industrialismo*. O industrialismo é, conforme define Braudel (1998, p. 547), “o movimento amplo e basculante de toda uma sociedade para o modo de vida industrial”. Se o industrialismo é um movimento inerente à auto-reprodução da economia-mundo capitalista é razoável admitir então que os distintos processos de industrialização no tempo e no espaço constituem-se em expressões desse movimento mais longo e mais lento. Nesta linha de raciocínio, todo o esforço industrialista observado no Brasil, sobretudo a partir de meados do século XIX e principalmente ao longo da segunda metade do século XX, constitui-se num processo que, apesar de expressar-se localmente, está associado a um movimento mais amplo do moderno

sistema mundial. Deste modo, abre-se para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil novas perspectivas se for considerado que não só o desenvolvimento da indústria como também o desenvolvimento econômico, político e social observados neste espaço é uma conseqüência cumulativa de suas conexões particulares com a economia-mundo capitalista.

A expansão do moderno sistema mundial através das diferentes formas que o industrialismo vai assumindo através do tempo implica na mobilidade espacial das atividades de produção, seja através da incorporação de novas áreas seja pela transposição de elos das cadeias de mercadorias dentro e entre as zonas centrais e periféricas deste sistema ou dentro e entre os Estados (reordenação da divisão mundial do trabalho). *Pari passu* são criadas instituições de regulação supra-estatais que favoreçam ou contenham a mobilidade do capital e mão-de-obra entre as diferentes jurisdições estatais que abrigam os elos e fragmentam as cadeias de mercadoria e arranjos institucionais intra-estatais que regulem, por exemplo, a relação capital-trabalho inerentes ao processo de produção. Dado que em certos momentos exige-se maior ou menor controle sobre a mobilidade do capital e da força de trabalho, os mecanismos de regulação são, portanto, contingentes no tempo e no espaço, surgindo e desaparecendo conforme as circunstâncias. Deste modo, o industrialismo para avançar exige processos de *destruição criadora* que, como demonstram Korzeniewicz & Moran (2005), constantemente criam tendências mundiais à desigualdade.

No Brasil, como procura-se demonstrar, a manifestação do industrialismo em sua integralidade – i.e., a concentração de atividades industriais nos limites geográficos do então Brasil-colônia e as transformações sócio-espaciais daí decorrentes – foi restringida pelo Império Português que buscava criar sua indústria no continente europeu. Com isso a constante tendência mundial à desigualdade não se expressou significativamente na estrutura interna da renda do Brasil ao longo do século XIX. Isto não quer dizer que não existia dominação e exploração de outras jurisdições ou grupos sobre o Brasil. O ponto é que, durante a consolidação da indústria no continente europeu, sobretudo na Inglaterra, os mecanismos institucionais limitaram o surgimento da manufatura nas zonas periféricas o que inibiu a transformação da estrutura social do Brasil em direção ao modo de vida industrial não alterando, dessa forma, o padrão interno de desigualdade vigente até então, que caracterizava-se por um equilíbrio limiar de baixa desigualdade (Figura 2 e 3).

No século XIX, os mecanismos supra e intra-estatais (padrão-ouro, taxa alfandegária, etc.) visavam assegurar um domínio do centro sobre a produção de alimentos e matérias-primas oriundas da periferia necessárias ao processo de expansão das atividades industriais no

centro da economia mundial capitalista, visavam assegurar também um mercado consumidor dos produtos industrializados. Portanto, ao longo do século XIX, a capacidade de concentrar dentro de uma jurisdição estatal atividades industriais era a forma de reter e assegurar o maior excedente das cadeias mercantis. Posteriormente, a partir de meados do século XX, com os avanços institucionais e a maior capacidade de gestão e controle do capital em escala global através do padrão ouro-dólar e do surgimento da empresa transnacional, desvinculou-se a noção de apropriação do excedente da localização espacial das atividades industriais. Isto permitiu, no século XX, ascender em sua integralidade o industrialismo nas zonas periféricas da economia-mundo capitalista.

Ao intensificar o processo de industrialização através da substituição de importações sob a liderança do Estado desenvolvimentista nos três últimos quartéis do século XX, o Brasil internalizou em seu território a constante tendência mundial à desigualdade. Esta tendência levou a sociedade brasileira ao modo de vida industrial em poucas décadas. O modo como o processo de industrialização foi orientado pelo Estado afetou significativamente a estrutura interna da renda a partir da segunda metade do século XX. Com isso o padrão interno de desigualdade foi deslocado para um equilíbrio de alta desigualdade (Figura 2 e 3). Na maioria dos Estados que compõem o centro da economia-mundo capitalista o industrialismo provocou inicialmente uma desigualdade da renda entre os cidadãos de cada jurisdição estatal mas posteriormente os mecanismos institucionais de cada Estado foram eficientes no sentido de redistribuir de maneira mais equitativa os benefícios do progresso capitalista. Por que no Brasil o industrialismo implicou um padrão interno de desigualdade ainda mais elevado?

Nas próximas duas seções se aprofundará esta breve exposição do desenvolvimento da economia mundial capitalista e os dois padrões internos de desigualdade observados no Brasil. No Capítulo 3 procura-se demonstrar como o Estado desenvolvimentista no Brasil afetou o padrão interno de desigualdade.

2.2 Equilíbrio limiar de baixa desigualdade, 1850-1939

O equilíbrio limiar de baixa desigualdade interna da renda no Brasil e a contenção do avanço do industrialismo em direção às zonas periféricas por meio dos mecanismos de regulação marcham lado a lado no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O industrialismo se expressou de maneira parcial no Brasil, pois coube a este espaço assegurar algumas matérias-primas (algodão, açúcar, cacau, borracha) e, principalmente uma especiaria introduzida no ocidente com grande sucesso, o café. A satisfação de prazeres humanos por

meio de especiarias também leva a economia-mundo expandir-se, especialmente quando é possível obter lucro na promoção de tal satisfação.

A expansão do capitalismo histórico por meio da Revolução Industrial acelerou o industrialismo, entretanto, não foi assimilado pelo Brasil no primeiro momento. Ao não concentrar atividades industriais de maneira significativa o Brasil não alterou substancialmente a estrutura social de sua população. Conseqüentemente manteve nas primeiras décadas do século XX o padrão interno de desigualdade de renda semelhantes ao observado no século XIX. Se a desigualdade pode ser interpretada como um aspecto relacional cuja origem é sistêmica, então a questão é: *o que explica este limiar de baixa desigualdade interna da renda no Brasil ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX?* A contenção do industrialismo na periferia através dos arranjos institucionais do moderno sistema mundial definidos pela hegemonia britânica parece ter inibido o surgimento de processo de industrialização no Brasil contendo o movimento basculante em direção a uma vida industrial e, conseqüentemente, contendo uma tendência de reprodução dentro deste espaço da tendência mundial a desigualdade. De fato, o problema da desigualdade interna da renda parece estar na forma como industrialismo se expressa no Brasil.

O industrialismo enquanto processo sistêmico manifesta-se de maneira contraditória sobre o território brasileiro. Por um lado criou fulcros industrializantes, por outro, reprimiu tais fulcros. A principal força aceleradora deste movimento, a *hegemonia britânica* removeu, desconsiderando os aspectos técnicos da Revolução Industrial, os obstáculos institucionais que reprimiam a explosão do impulso industrializante presente na Inglaterra desde o século XVI. Soltas as amarras, o potencial de acumulação de capital na indústria revelou-se superior em relação ao comércio de longa distancia, definindo-se no setor industrial o novo padrão de competição intercapitalista. Para tanto, duas transformações profundas foram necessárias para garantir a manutenção da lógica da acumulação de capital centrada na indústria: uma nova organização do Estado, i.e., o Estado liberal; e a substituição dos impérios coloniais pelo sistema de livre comércio. Tais transformações de ordem mais geral da economia-mundo capitalista culminaram no Brasil no *processo de independência*. O fim do regime colonial e a criação de uma burocracia estatal estimularam teoricamente e desestimularam historicamente a industrialização do novo membro menor do sistema de Estados nacionais. O processo de independência pode ser considerado teoricamente como um aditivo ao industrialismo na medida em que abria possibilidades do Estado fortalecer-se frente aos demais Estados. De fato, historicamente, foi desestimulante pois a classe que passou a influenciar as decisões do jovem Estado nacional brasileiro estão ligadas ao terceiro movimento que é, em sua essência,

anti-industrialista. O *agrarismo* é um dos mais importantes legados do período colonial e expressa uma característica particular da trajetória do Brasil no capitalismo histórico. Trata-se dos movimentos políticos, econômicos e sociais cujo objetivo é reforçar a estrutura social estamental e primário-exportadora colocando-se francamente contrários à industrialização. Assim, no Brasil o agrarismo se choca com o industrialismo na medida em que este último não apresenta inicialmente ao novo Estado formalmente independente condições de reprodução do monopólio da violência. A dialética entre estes três movimentos de longa duração parece explicar a contenção do industrialismo no Brasil antes da década de 1930 e, conseqüentemente, o equilíbrio limiar de baixa desigualdade interna no Brasil.

2.2.1 O imperialismo de livre comércio britânico⁴

Encerrada a disputa pela supremacia mundial entre Inglaterra e França transcorrida entre os anos de 1652 e 1815, a Inglaterra ascende como poder hegemônico por estabelecer uma nova ordem mundial. Na qualidade de Estado hegemônico, – i.e., de detentora da capacidade de convencer os demais Estados de que o relacionamento deste com liderança beneficiava a todos – a Inglaterra conquistou credibilidade dentro do sistema interestatal ao liderar uma aliança de forças que era contra a violação do Sistema de Vestfália praticada pela França napoleônica. Esta aliança era a favor da recuperação dos princípios e valores do Tratado de Vestfália ao mesmo tempo em que era a favor da reestruturação do conjunto de regras que asseguravam tais princípios.

O novo desafio, que até então não se conhecia no moderno sistema mundial, eram as novas relações governante-governados derivadas das rebeliões sociais cujo marco esteve na independência das colônias norte-americanas, passou pela Revolução Francesa na Europa e chegaram na América Latina como processos de independências das então colônias espanholas e portuguesas. Três peculiaridades inter-relacionadas asseguram à Inglaterra o papel regente da economia-mundo capitalista neste período de intensas transformações e que lhe permite acomodar a novas relações de poder.

Sucintamente, a primeira se refere ao reconhecimento do novo grupo de Estados decorrentes das lutas de independência nas Américas, entre os quais estava o Brasil, que se uniram ao sistema de Estados europeu. Neste aspecto, é importante destacar que o alargamento do sistema interestatal foi acompanhado por uma centralização ainda mais forte do poder mundial. O Concerto das Nações européias foi o instrumento pelo qual o sistema

⁴ No que tange à hegemonia britânica, estou me baseando livremente em Arrighi (1996).

interestatal europeu regulou as relações internacionais, contendo, sobretudo, o poder da França. A segunda peculiaridade está na desintegração dos impérios coloniais no ocidente, *vis-à-vis*, com a expansão dos impérios coloniais não-ocidentais. Esta nova dominação imperial ancorada no livre comércio formou a base do regime britânico de governo e acumulação de capital. O imperialismo do livre comércio praticado pela Inglaterra permitiu-lhe extrair uma massa de tributos sem precedentes. Esta quantidade de recursos alicerçou e expandiu o aparelho coercitivo e permitiu a realocação destes recursos na forma de investimento estrangeiro em diferentes partes do mundo. Com isto, a Inglaterra tornou-se o centro financeiro mundial, permitindo ao Estado britânico valer-se das finanças mundiais como instrumento de gestão do sistema interestatal. E daí, entra-se na terceira peculiaridade, a crença do mercado auto-regulável. Pela primeira vez no capitalismo histórico, as leis dentro e entre as jurisdições políticas estavam sujeitas a uma entidade metafísica supra-estatal, o mercado. Assim, “ao abrirem seu mercado interno, os governantes britânicos criaram redes mundiais que dependiam da expansão da riqueza e poder do Reino Unido, e de fidelidade a ela. Esse controle do mercado mundial, combinado com o domínio sobre o equilíbrio global de poder e com um estreito relacionamento, mutuamente interessante, com a *haute finance*, permitiu ao Reino Unido governar tão eficazmente o sistema interestatal quanto um império mundial” (Arrighi, 1996, p. 55-56).

Nesse equilíbrio global de poder, para os propósitos desta monografia deve-se destacar o papel que jogava a Revolução Industrial: “O que acabou permitindo à Inglaterra superar essa subordinação e se transformar na nova dirigente e organizadora da economia capitalista mundial não foi o novo surto de expansão industrial desencadeado durante as Guerras Napoleônicas. Foi, antes, o redirecionamento prévio das energias e dos recursos do industrialismo inglês para a expansão comercial e territorial ultramarina” (Arrighi, 1996, p. 214). Se focarmos na aceleração do industrialismo como instrumento de acumulação de capital, com sugere este autor, fica evidente que na era elisabetana, o industrialismo inglês passou a exercer atividade de alto valor adicionado que envolvia artigos de luxo (têxtil) e armamentos. E, por conseguinte, “... a relação que liga a expansão industrial à expansão da riqueza e do poder nacionais numa economia mundial capitalista. É que, numa economia deste tipo, a expansão industrial só gera uma expansão da riqueza e do poder nacionais quando se associa a um avanço das atividades de alto valor adicionado. Além disso, o avanço deve ser suficiente para permitir que o capital se acumule mais depressa nos países em processo de industrialização do que nos países rivais, e para reproduzir nos primeiros estruturas que repelem sua alto-expansão” (1996, p. 198-99). Estas estruturas ficam evidentes

quando se observa o significado da Revolução Industrial do ponto de vista de grupos de interesse de diferentes Estados. Desta perspectiva, “... o significado principal dessa revolução é que ela favoreceu imensamente a relação de complementaridade que vincula as iniciativas dos cidadãos britânicos às iniciativas dos cidadãos de outros Estados...” (1996, p. 56). Sendo assim, esta conjunção de iniciativas possuiu implicações significativas para o controle do equilíbrio global do poder, portanto, “como resultado, os governantes britânicos começaram a perceber que sua liderança na gestão da economia doméstica lhes dava uma vantagem considerável na utilização das relações entre cidadãos sobre outros Estados soberanos” (1996, p.56-57).

Se for possível extrair alguma lição da hegemonia britânica, vale dizer, do modo como a Inglaterra acomodou as novas relações de poder aproveitando-se do industrialismo inglês, a lição é que o Estado britânico não confundiu os fins com os meios. A nova ordem mundial introduzida favorável à expansão do processo de industrialização, valia-se da expansão industrial como instrumento para o engrandecimento da riqueza nacional e, sobretudo, do poder nacional. Deste modo, se uma Revolução Industrial é capaz de fortalecer um Estado soberano em relação aos outros no século XIX, esta vantagem só faz sentido, se ficar restrita a um grupo muito pequeno de Estados nacionais. Deste modo, a condição de reprodução dos Estados por meio da indústria no sistema interestatal não pode ser generalizada na medida em que esta fundamentava o poder hegemônico. A contenção do industrialismo em direção às zonas periféricas por meio de mecanismos institucionais foi a forma pela qual os Estados centrais, em especial a Inglaterra, asseguraram suas vantagens em relação as outras zonas da economia-mundo capitalista. Isto fica evidente ao observar o Brasil na virada do século XVIII para o século XIX.

2.2.2 O Estado menor brasileiro

Na seção anterior procurou-se definir o primeiro movimento, o ciclo sistêmico de acumulação britânico, que dá luz à contenção do industrialismo no Brasil. No entanto, será a dialética com outros dois movimentos, um curto e um longo, que permitirá apreender o padrão de desigualdade do século XIX longo. Este primeiro movimento, mais lento e, conseqüentemente mais longo, impeliu um movimento mais curto – entenda-se conjuntural – que adequou o Brasil às novas relações de poder organizadas pela hegemonia britânica: o processo de independência. O objetivo desta seção será, portanto, demonstrar como o estabelecimento da ordem mundial inglesa refletiu no Brasil no processo de independência cristalizado nos

Tratados de Comércio e Navegação que, por sua vez, veio legitimar os mecanismos de regulação sistêmico contraceptivos dos surtos industrialisantes no Brasil.

A disputa pela supremacia mundial, da qual saiu vitorioso o Estado britânico, exigiu dos Impérios Ibéricos reformas administrativas substanciais para assegurarem a manutenção do Antigo Sistema Colonial. O objetivo era, portanto, a racionalização da administração imperial. De fato, este esforço representava a luta de Portugal e Espanha para conter o avanço do poder imperial inglês e francês sob os domínios ibéricos. No entanto, as reformas administrativas não foram bem recebidas pelas elites locais latino-americanas. O resultado foi o fim do Pacto Colonial e o surgimento de um conjunto de Estados menores (em termos de poder político) adequados à ordem mundial inglesa.

No caso lusitano, neste contexto de redefinições do poder global, em 1785 o Estado imperial português expede o alvará contra as fábricas e manufaturas na colônia, ao mesmo tempo, em que adota uma política rigorosa de combate ao comércio ilegal. Embora a política colonial portuguesa não se caracterize *de facto* como um aborto de uma “possível” revolução industrial no Brasil-colônia, pois o escravismo aí era predominante, a atitude do Estado português demonstra o esforço deste para assegurar a sua fonte de riqueza. Como bem observou Fernando Novais,

Todas essas considerações reduzem em grande parte a visão, que tantos autores apresentam, dos efeitos das medidas proibitivas emanadas da corte portuguesa. É mesmo de se considerar que os estadistas da Metrópole andavam porventura pouco informados das condições da economia colonial ao baixarem as proibitivas. Porém não se pode, como já indicamos, separar os dois alvarás (manufaturas e contrabandos) – ambos visavam a resguardar condições para o incremento da indústria metropolitana portuguesa. *Na realidade, esta achava-se muito mais ameaçada pela penetração das economias européias mais avançadas do que pelas possibilidades de desenvolvimento manufatureiro da Colônia.* A proibição da manufatura no Brasil era uma medida que tinha a seu favor as tendências estruturais ainda persistentes na economia colonial brasileira. A contenção do comércio de contrabando, pelo contrário, enfrentava os impulsos mais vigorosos do capitalismo industrial nascente, e por isso, foi incapaz de concretizar o seu desiderato. O comércio ilegítimo prossegue crescente para o final do século, rompendo enfim as barreiras com a abertura dos portos (Novais, 2005, p. 80 grifo nosso).

“Dessa forma”, segue Novais (2005, p. 80), “o surto manufatureiro encarnando possibilidades, embora precárias, de desenvolvimento autônomo da economia brasileira, poderia servir de suporte material às idéias separatistas”. No entanto, o questionamento do regime de comércio exclusivo fica mais evidente com o renascimento agrícola observado entre 1780 e 1830. Como observa Schwartz (1988, p. 348), “com um comércio com a Europa deficitário de longa data, Portugal conseguiu, após 1796, uma balança comercial positiva,

com base principalmente na reexportação de produtos brasileiros. Por volta de 1806, mais de 60% de suas exportações provinham do Brasil. Simultaneamente, Portugal tornou-se deficitário no comércio com sua própria colônia. O fluxo monetário ia da Inglaterra para Portugal e dali para o Brasil. Não é de admirar que os brasileiros começassem a questionar as bases do relacionamento colonial”.

Portanto, o alvará de proibição das manufaturas no Brasil-colônia reafirmava a divisão espacial do trabalho, definindo o papel primário-exportador a ser exercido pela colônia, por um lado, e abortando possibilidades de desenvolvimento autônomo, por outro. O forte combate ao comércio ilegal, por sua vez, visava assegurar a estrutura decadente do comércio exclusivo. Deste modo, apesar de limitados, os alvarás representam o esforço do Estado português em preservar seus domínios sobre as sua fonte riqueza que se deteriorava com a ascensão do Grã-Bretanha como poder hegemônico. O que Portugal não esperava, neste contexto de reafirmação de sua posição, era a invasão de Napoleão.

Quando a intensificação da disputa imperialista entre Inglaterra e França levou Portugal a submeter-se à proteção do Estado inglês, todo o projeto português de reafirmação do seu poder no sistema interestatal por meio de uma indústria portuguesa foi “colocado por terra”. O custo desta proteção foi o fim do comércio exclusivo e, conseqüentemente, o reforço dos movimentos separatistas que almejam a independência da colônia. A abertura dos portos em 1808 às nações amigas simbolizava, portanto, o fim do Pacto Colonial e o passo final do processo de independência.

Em linhas gerais, na medida em que o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil ampliou o universo da prática política das elites coloniais, verificou-se na colônia o fortalecimento do centralismo monárquico-legitimista em detrimento do localismo⁵. Deste modo, qualquer possibilidade de engajamento das classes subalternas em movimento revolucionários representava um enorme risco às elites locais, quer dizer, à natureza estamental da sociedade e à base econômica da colônia (Jancsó, 2002). Nestes termos, ao que parece, a saída viável do Império Português após as invasões napoleônicas estava em fortalecer as elites locais brasileiras. Ao fazer isto, o Estado português preservaria a pouca riqueza que lhe restava.

Para tanto, exigia-se em princípios do século XIX assegurar o regime de trabalho escravo, base do poder das elites locais, e os canais de comércio para os produtos coloniais,

⁵ É curioso notar que nas colônias espanholas o resultado é o oposto. O que predominou foi o fortalecimento das autonomias locais, dada a fraca capacidade de sustentação das políticas de reestruturação do Império Espanhol. Para uma discussão mais precisa ver Jancsó (2002).

submetidos agora ao regime do livre comércio. Em 1810 é firmado o Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra, o qual estabelecia uma taxa de 15% na importação dos produtos ingleses, i.e., inferior a taxa que insidia sobre os produtos portugueses, fixada em 16% e, menor ainda, se comparada com a taxa que insidia sobre os demais países europeus, que estava fixada em 24%. Mesmo com a formalização do Estado brasileiro em 1822, a natureza da relação deste espaço com a economia capitalista mundial não foi alterada. Ademais, a incorporação do Brasil ao sistema de Estados nacionais esteve condicionada a privilégios econômicos. Ao assinar o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio em 1827, “o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico” destaca Furtado (2003, p. 43).

Do ponto de vista da contenção da difusão do industrialismo em direção a periferia, no caso brasileiro, Luz (1985, p. 32) destaca que “o tratado de 1810 teve importantes implicações sobre o nosso desenvolvimento manufatureiro, pois atuou no sentido de retardar experiências, viáveis ou não economicamente, que de outro modo ter-se-iam já incorporado à nossa formação industrial”. Isto pode ser uma verdade, no entanto, o oposto também o é. No plano das expectativas, nada assegura que a não existência do Tratado de 1810 estimularia experiências industriais no Brasil. A questão central está em demonstrar como os mecanismos de regulação da hegemonia britânica bloqueavam os espasmos industrialistas no jovem Estado brasileiro.

2.2.3 Agrarismo

Como os mecanismos de regulação da hegemonia britânica desestimulavam surtos industrialistas no Brasil? Entre as diversas causas, a mais influente parece ser a conciliação das iniciativas dos grupos de cidadãos dos Estados centrais (Inglaterra) com as iniciativas de grupos específicos de cidadãos do Brasil. Compreender esta conciliação é colocar em evidência o agrarismo.

Para responder a questão antes formulada é necessário elucidar as conexões entre grupos de distintos estratos da economia-mundo capitalista. Para tanto, é preciso admitir que numa economia-mundo do tipo capitalista a riqueza da qual desfruta a zona central é “oligárquica”⁶, ou seja, “... não tem qualquer relação com a intensidade e eficiência dos

⁶ Arrighi (1997) desenvolve este conceito baseado no trabalho Roy Harrod (1958) *The Possibility of Economic Satiety – Use of Economic Growth for Improving the Quality of Education and Leisure*. In: *Problems of the United States Economic Development*, 1:207-13. New York: Committee for Economic Development. Segundo

esforços de seus receptores e nunca está disponível para todos, não importa quão intensos e eficientes são seus esforços” (Arrighi, 1997, p.216). São duas as razões pela qual a riqueza não está disponível a todos os Estados e tampouco a maior parte dos Estados é recompensada diretamente pelos seus esforços. A primeira diz respeito à troca desigual de Emmanuel. Parafraseando Arrighi (1997, p. 216), é impossível que todos os Estados tenham domínio sobre produtos e serviços que incorporam o tempo e esforço de um Estado de eficiência média. Se algum o tem, isso significa que um outro Estado está trabalhando por menos do que ele deveria controlar. A segunda razão diz respeito à escassez absoluta ou relativa dos recursos, o que exige correções por meio de um sistema de preço que leva, muitas vezes, à formação de lucros econômicos (extraordinários). Estas considerações implicam, portanto, que “as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados” (Arrighi, 1997, 217). Por isso, a riqueza do centro da economia-mundo capitalista “não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial”.

Nesses termos, pode-se entender a troca desigual como processos relacionais de *exploração*. De igual maneira, a escassez de recursos pode ser entendida como processos relacionais de *exclusão*. Ambos operam como fatores estruturais da hierarquia centro-periferia. O processo de exploração “... se refere ao fato de que a pobreza absoluta ou relativa dos Estados situados nos degraus mais baixos da hierarquia de riqueza da economia mundial induz continuamente os governos e cidadãos desses Estados a participar na divisão mundial do trabalho em troca de recompensas marginais, que deixam o grosso do benefício nas mãos dos governantes e cidadãos dos Estados posicionados nos degraus superiores” (Arrighi, 1997, p. 282). “Processos de exclusão”, continua Arrighi, “por sua vez, se referem ao fato de que a riqueza oligárquica dos Estados nos degraus superiores proporciona a seus governantes e cidadãos os meios necessários para excluir os governantes e cidadãos dos Estados nos degraus mais baixos do uso e do desfrute dos recursos que são escassos ou sujeitos a saturamento”. Apesar de estes processos serem distintos, eles são complementares no sentido de que os processos de exploração proporcionam aos cidadãos e governantes dos Estados ricos os meios para ratificar os processos de exclusão dos Estados pobres da riqueza mundial ao passo que

Harrod, a riqueza pessoal pode ser distinguida em “democrática” ou “oligárquica”. No caso da primeira, os recursos disponíveis a todos são apropriados de maneira direta de maneira proporcional aos esforços de cada indivíduo. No caso da segunda, os recursos não estão disponíveis a todos e tampouco são apropriados de maneira proporcional aos esforços de cada indivíduo.

este último induz os cidadãos e governantes dos Estados pobres a reconectar-se na divisão mundial do trabalho em condições favoráveis aos Estados centrais.

No Brasil do século XIX o ciclo cafeeiro revelará ambos os processos de exploração e exclusão. Primeiramente o processo de exploração. Como bem observou Celso Furtado no período de gestação da economia cafeeira, “ao observador de hoje, afigura-se perfeitamente claro que, para superar o problema da estagnação, o Brasil necessitava reintegrar-se nas linhas em expansão do comércio internacional. Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional” (Furtado, 2003, p. 116).

Como foi demonstrado anteriormente, depois do estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil e da conseqüente ampliação do universo da prática política sobretudo com a constituição do Estado nacional em 1822, as classes dirigentes da economia cafeeira obtiveram vantagens até então não observadas no Brasil por causa do Estado colonial. Que vantagem era esta? Valer-se do Estado como instrumento de ação econômica. Como destaca Furtado, “a proximidade da capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica” (Furtado, 2003, p. 122). E finaliza, “ao concluir-se o terceiro quartel do século XIX os termos do problema econômico brasileiro se haviam modificado basicamente. Surgia o produto [o café] que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial; concluída sua etapa de gestão, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subseqüente...”.

As passagens de Furtado deixam claro como se manifestava no Brasil do século XIX o processo de exploração. A situação de estagnação que predominou na primeira metade do século, levou o setor exportador a encontrar uma nova cultura que lhe permitisse reinserir-se na divisão mundial do trabalho. Esta nova atividade garantia a manutenção tanto da classe dirigente cafeeira como a reprodução do próprio aparelho do Estado brasileiro. No entanto, não parece ser evidente ao observador de hoje, como que, ao lutar pelos benefícios marginais o Brasil é induzido ao processo de exclusão. Portanto, a questão que ainda permanece e que é central, é: como o Estado britânico bloqueava o acesso a riqueza oligárquica do centro do sistema por meio dos mecanismos de mercado, diga-se, pelo padrão-ouro e pelo constitucionalismo?

Como destacou-se na seção 2.2.1 a *haute finance* foi essencial para gerenciar os processos de exclusão. Como descreve Polanyi,

A finança – (...) – agia como poderoso moderador nos conselhos e na política de uma série de pequenos estados soberanos. Os empréstimos e a renovação dos empréstimos se articulavam com o crédito e este dependia do bom comportamento. Uma vez que, sob o governo constitucional (e os governos inconstitucionais não eram vistos com bons olhos), o comportamento se refletia no orçamento e o valor externo da moeda não pode ser isolado da apreciação do orçamento, os governos em débito eram aconselhados a vigiar cuidadosamente seu câmbio e evitar políticas que pudessem se refletir na solidez da posição orçamentária. Esta máxima, bastante útil tornava-se uma regra de conduta convincente, uma vez que o país adotasse o padrão-ouro que limitava ao mínimo as flutuações permitidas. O padrão-ouro e o constitucionalismo eram os instrumentos que tornaram a voz da City de Londres em muitos dos países menores que adotaram esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. Às vezes a Pax Britannica mantinha esse equilíbrio através dos canhões dos seus navios, entretanto, mais frequentemente, ela prevalecia puxando os cordéis da rede monetária internacional (Polanyi, 1980, p. 32).

De fato, o padrão-ouro e constitucionalismo impuseram aos novos Estados do sistema interestatal uma rígida disciplina monetária que podia ser controlada pelos “cordéis da rede monetária internacional”. No caso do Brasil, durante o período de gestação da economia cafeeira, a balança comercial foi quase permanentemente deficitária. O financiamento deste déficit deu origem ao processo de endividamento do jovem Estado brasileiro. Aí coloca-se o processo de exclusão. Caio Prado Junior foi perspicaz ao notar a prevalência das altas finanças como instrumento de governo global no século XIX:

O déficit será saldado pelo afluxo de capitais estrangeiros, sobretudo empréstimos públicos, que efetivamente começam a encaminhar para o Brasil desde que o país é franqueado ao exterior. Mas isto representa apenas uma solução provisória que de fato ia agravando o mal pra o futuro, pois significava novos pagamentos sob forma de juros, dividendos, amortização, e portanto, novos fatores de desequilíbrio da balança externa de contas. A economia brasileira ficará na dependência de um afluxo regular e crescente daqueles capitais estrangeiros de que não poderá mais prescindir sem as mais graves perturbações; e estas se verificarão cada vez por um outro motivo tal afluxo é interrompido ou diminui seu ritmo (Prado Jr, 1976, p. 133).

Nestas condições, o Estado brasileiro embora pudesse valer-se do favorecimento aos surtos industrialistas que surgiam com a pequena aceleração da dinâmica econômica local, a dívida pública sempre foi elemento determinante. Com a não renovação do Tratado de Comércio e Navegação e a definição da Tarifa Alves Branco em 1844, fica evidente, conforme demonstra Villela (2005), que o objetivo do governo era maximizar a receita estatal e não proteger a indústria nacional. De fato, o poder da receita tributária gerada pelo setor exportador colocava em dúvida os meios pelos quais o Estado brasileiro poderia fortalecer-se. “Em vistas dessas circunstâncias, os industrialistas não conseguiam impor seus pontos de vista, nem obter tarifas realmente protecionistas. Os dirigentes brasileiros defrontados com o

dilema – promover a industrialização do país, que reconheciam ser uma necessidade nacional, e atender, ao mesmo tempo, os interesses da lavoura – hesitaram em adotar uma política francamente protecionista. De outro lado, repousando o sistema tributário brasileiro na renda alfandegária que, na década de cinquenta [1850] constituía 62% da arrecadação total do país, exigiam as necessidades orçamentárias uma tarifa essencialmente fiscal” (Luz, 1985, p. 36). Destaca-se aí o peso do agrarismo.

A busca dos benefícios marginais gerados pelo setor exportador em vistas do crescente déficit na balança comercial induz o Estado brasileiro a revigorar sua baixa posição na divisão mundial do trabalho. Ao fazer isto, embora o Estado tenha colocado em média os habitantes de sua jurisdição mais distantes do uso e desfrute dos recursos da economia-mundo capitalista, os interesses das iniciativas locais foram atendidos. Com a substituição do Estado-colonial pelo Estado monárquico, escravagista e, sobretudo, alienado, a reinserção na divisão mundial do trabalho por meio do café permitiu à elite agrário-exportadora reafirmar seus projetos internos de poder e articulados com as iniciativas dos grupos de cidadãos dos Estados centrais.

Reafirmar os projetos internos de poder consistia na manutenção da sociedade estamental e primário-exportadora. Com a vitória do agrarismo no Brasil periférico e a relevante conciliação com os interesses industriais do centro da economia-mundo capitalista, o industrialismo foi contido no Brasil. Ao reprimir este movimento a composição dos grupos distribucionais da renda não foi alterada drasticamente. Deste modo o padrão interno de desigualdade ao longo do século XIX verifica-se num limiar de baixa desigualdade.

2.3 *Equilíbrio de Alta Desigualdade, 1940-2001*

Como procurou-se evidenciar anteriormente, o equilíbrio limiar de baixa desigualdade interna da renda no Brasil entre 1850 e 1940 pode ser compreendido em larga medida pela contenção do industrialismo em direção às zonas periféricas da economia-mundo capitalista. A despeito das transformações no equilíbrio global de poder e da nova ordem mundial estabelecida pelo Estado britânico, que alterou o padrão de crescimento da Europa como também dos Estados Unidos e Japão, no Brasil o *padrão de crescimento da economia*⁷

⁷ É necessário aqui expressar a explicação histórica, tal como apresenta Braudel, sobre o crescimento econômico. “... a maneira como o crescimento ‘se produz efetivamente’ é *conjuntural*, filha de um tempo relativamente curto, da solicitação das circunstâncias, de uma descoberta técnica, de uma oportunidade nacional ou internacional, por vezes do puro acaso” E mais adiante segue, “para que haja *crescimento contínuo*, é preciso que o tempo longo, acumulador de lentos progressos, já tenha fabricado ‘o que torna possível o crescimento econômico’ e que a cada imprevisto da conjuntura um novo motor mantido de reserva e pronto para funcionar

não foi modificado. Prevaleceu aqui um padrão descontínuo de crescimento, i.e., um padrão de crescimento sujeito às oscilações do preço do café no mercado mundial. Este padrão de crescimento descontínuo não implicou alterações substanciais na composição dos grupos distribucionais da renda. No entanto, a partir da hegemonia norte-americana, com a definição de novos mecanismos de regulação do poder global e da economia mundial capitalista, foram soltas as amarras que continham a expansão do industrialismo em direção à periferia, e com isso um novo padrão interno de desigualdade da renda no Brasil foi definido.

Inversamente ao que ocorre no século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, a partir da década 1930 e mais precisamente em meados da década de 1950, a expansão do capitalismo histórico por meio do industrialismo encontra espaço nas zonas periféricas e, principalmente, *meios* para a acumulação interminável de capital sem, contudo, os Estados centrais abrirem mão de parte de sua riqueza “oligárquica”. As conseqüências desta expansão (ou, visto de outros olhos, a incorporação do industrialismo pelas zonas periféricas) será o deslocamento do padrão interno de desigualdade da renda em direção à um equilíbrio interno de alta desigualdade. Entender como ocorre este deslocamento será objetivo do Capítulo 3 desta monografia. Por hora, busca-se apenas apresentar os arranjos institucionais que põem ordem à economia-mundo capitalista sob a hegemonia estadunidense, criando os meios para o industrialismo deslocar-se em direção às zonas periféricas (seção 2.3.1). Além disso, busca-se demonstrar as transformações do Estado brasileiro que permitiram o florescimento e/ou recepção do industrialismo no Brasil (seção 2.3.2).

2.3.1 O Sistema de Livre Iniciativa⁸

Ao final da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos encontravam-se numa posição privilegiada na economia-mundo capitalista. Pela primeira vez os direitos dos norte-americanos sobre as rendas geradas no exterior eram significativamente superiores aos direitos exteriores sobre as rendas geradas nos Estados Unidos. Somada a esta condição, destaca-se também o monopólio da liquidez mundial. Ao final do conflito interestatal os Estados Unidos detinham o equivalente a setenta por cento das reservas de ouro mundial. Além disso, com a destruição dos parques industriais europeus e japoneses por causa da guerra, os Estados Unidos concentraram e centralizaram grande parte da capacidade produtiva

possa substituir aquele que parou ou vai parar. O crescimento contínuo é uma corrida de revezamentos...” (Braudel, 1998, p.549-50 grifo no original)

⁸ Tal como fiz na seção 2.2.1, no que se refere à hegemonia norte-americana, estou me baseando livremente em Arrighi (1996).

mundial. Por fim, ainda os Estados Unidos centralizaram a demanda efetiva mundial, tornando-se um dos principais mercados consumidores dos produtos globalmente produzidos.

Todas estas características favoreceram o Estado norte-americano dotando-o com poder suficiente capaz de definir uma nova ordem mundial, encerrando a disputa pela supremacia mundial. O princípio organizativo da ordem mundial estadunidense encontra-se na essência do *New Deal*. A idéia central era que os grandes Estados deveriam gastar com liberdade para conquistar segurança e progresso. “Assim, a segurança do após-guerra exigiria uma certa liberdade de desembolso por parte dos Estados Unidos, a fim de superar o caos criado pela guerra. (...) A ajuda aos (...) países pobres teria o mesmo efeito dos programas de bem-estar social dentro dos Estados Unidos – dar-lhes-ia segurança para superar o caos e impediria que eles se transformassem em revolucionários violentos. Enquanto isso, eles seriam inextricavelmente atraídos para o renascimento do sistema de mercado mundial” (Schumann, 1974, p. 67 *apud* Arrighi, 1996, p. 285). Esta idéia foi viabilizada com a doutrina Truman. Tal como definido por Roosevelt, a versão mundial do *New Deal* não conciliava os diferentes grupos de iniciativa norte-americanos (os empresários representados pelo Congresso e os financistas nova-iorquinos).

Com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), os congressistas, que não abriam mão da soberania nas questões do comércio, asseguram nas mãos dos governos nacionais o ritmo da liberalização comercial. Com isso, a liberalização comercial deixou de ser um estimulante a expansão da economia mundial para, na verdade, segui-la. Ao mesmo tempo, a concentração e centralização da capacidade produtiva e do poder aquisitivo nos Estados Unidos representavam restrições à expansão da economia mundial. Exigia-se para a expansão da economia mundial daquele período uma melhor distribuição da liquidez mundial. “A menos que a liquidez mundial tivesse uma distribuição mais equânime,” destaca Arrighi (1996, p. 287 grifo no original), “o mundo não poderia comprar dos Estados Unidos os meios de produção de que precisava para fornecer alguma coisa de valor aos consumidores norte-americanos, em cujas mãos estava concentrada a maior parte da demanda global *efetiva*”. Abrir mão de parte da liquidez mundial era outro ponto, tal como as decisões sobre o comércio, em que os congressistas estavam pouco dispostos a abrirem mão.

O Acordo de Bretton Woods, neste contexto, foi muito mais que um acordo técnico a respeito da estabilização das paridades entre moedas nacionais através da definição de uma taxa de câmbio fixa em relação ao dólar e ao ouro. Uma das grandes inovações da hegemonia norte-americana foi converter o dinheiro de subproduto de atividades com fins lucrativos para subproduto das atividades de gestão do Estado. Como precisamente coloca Arrighi (1996, p.

287, “no sistema monetário mundial criado em Bretton Woods, em contraste [com os sistemas monetários mundiais anteriores], a ‘produção’ do dinheiro mundial foi assumida por uma rede de organizações governamentais, primordialmente movidas por considerações de bem-estar, segurança e poder – em princípio, o FMI e o Banco Mundial e, na prática, o Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos, agindo em concerto com os bancos centrais dos aliados mais íntimos e mais importantes do país. Assim, o dinheiro mundial tornou-se um subproduto das atividades de gestão do Estado”. Embora o Estado norte-americano tenha com isso promovido uma redistribuição da liquidez mundial sem perder o controle sobre ela através do padrão-ouro dólar, a nova distribuição da liquidez mundial daí decorrente tampouco implicou uma nova expansão do comércio e da produção mundial.

Na verdade, o Acordo de Bretton Woods revelou-se inapto à redistribuição mais equitativa da liquidez mundial. O investimento privado no exterior foi a única forma através da qual os Estados Unidos não encontrou oposição entre os grupos de iniciativa norte-americanos. Embora o Estado norte-americano tenha estimulado os investimentos no exterior, assegurando condições favoráveis à inversão, ainda assim o capital norte-americano continuava a seguir a expansão da economia mundial tal como o processo de liberalização comercial. A dinâmica desta restrição pode ser resumida em três proposições: “a falta de liquidez no exterior impedia os governos estrangeiros de suspenderem os controles cambiais; estes desestimulavam o fluxo de capital norte-americano para o exterior; e os pequenos fluxos de investimentos privados norte-americano para fora do país mantinham escassa a liquidez no exterior” (Arrighi, 1996, p. 289). De fato, a razão das dificuldades de solução da baixa liquidez fora dos Estados Unidos, que restringia a expansão da economia mundial por meio dos investimentos privados no exterior ou de uma distribuição mais equitativa da liquidez mundial, está na verdade na natureza *autocentrada* da economia doméstica norte americana.

A natureza autocentrada da economia norte-americana leva Arrighi (1996, p. 290) a afirmar que esta foi a “... base para o processo de “internalização” do mercado mundial, no âmbito organizacional de corporações empresariais gigantescas, enquanto as atividades econômicas nos Estados Unidos continuaram organicamente integradas numa realidade nacional única...”. Tal como a Revolução Industrial para a Inglaterra, a “Revolução organizacional” dotou as empresas norte-americanas de vantagens na disputa intercapitalista dentro do mercado mundial britânico. A revolução organizacional deu origem às corporações verticalmente integradas que, através da integração dos processos de produção e troca, eliminou os custos de transação, os riscos e as incertezas inerentes do livre mercado. Portanto, com a integração vertical o mercado foi superado. Em outras palavras, permitiu as empresas

norte-americanas se isolarem da intensificação das pressões competitivas do regime de acumulação britânico.

Deste modo, o capitalismo de corporações que surgiu nos Estados Unidos, simbolizado nas empresas transnacionais, foi o principal agente da superação do sistema de livre comércio britânico. Valendo-se do planejamento e da regulação mercantil, as empresas norte-americanas extraíram tanto vantagens da divisão “técnica” do trabalho quanto da divisão “social” do trabalho. “Assim, o capital das corporações norte americanas beneficiou-se de duas maneiras inter-relacionadas e mutuamente reforçadoras, do movimento protecionista que estava dilacerando o mercado mundial britânico. Beneficiou-se através do controle das maiores, mais dinâmicas e mais bem protegidas dentre as economias nacionais em que o mercado mundial esta sendo dividido; e beneficiou-se por ser mais capaz de neutralizar e reverter em benefício próprio o protecionismo de outros Estados, mediante investimentos externos diretos” (Arrighi, 1996, p.304).

Em resumo, a nova ordem mundial empreendida pelos Estados Unidos constituiu-se e fortaleceu-se na medida em que um novo padrão de concorrência intercapitalista foi se definindo (as empresas transnacionais verticalmente integradas) *vis-à-vis* a uma maior centralização e controle da liquidez mundial. Ambos colaboraram para a corrosão do mercado mundial criado pelo imperialismo do livre mercado britânico. A natureza autocentrada da economia doméstica norte-americana pode ser considerada, nesse sentido, como o fator de vantagem comparativa dos Estados Unidos. Do ponto de vista da disputa interestatal, “muito embora o controle do comércio e das finanças mundiais continuasse a desempenhar um papel importante na determinação das capacidades relativas no sistema interestatal, no correr do século XIX a vantagem decisiva na luta pelo poder mundial havia-se convertido no tamanho e no potencial de crescimento comparativos do mercado interno. Quanto maior e mais dinâmico o mercado interno de um Estado em relação a todos os demais, melhores as chances de esse Estado expulsar o Reino Unido do centro das redes globais de relações protetor-cliente que constituíram o mercado mundial” (Arrighi, 1996, p. 61).

Deslocando-se do esforço de legitimação do Estado norte-americano frente aos seus cidadãos e grupos de iniciativa, para o esforço de legitimação frente aos membros do sistema interestatal na tarefa de re-ordenamento da ordem mundial encontram-se os elementos básicos ao entendimento das relações da hegemonia norte-americana com os Estados periféricos e semiperiféricos ao longo do século XX.

Afirmar o sistema da livre iniciativa exigiu do Estado norte-americano, portanto, estimular nas diferentes áreas da economia-mundo capitalista iniciativas que minassem as

relações protetor-cliente constituídas pelo regime de acumulação britânico. Daí a política externa norte-americana a favor da autodeterminação nacional, do fortalecimento do mercado interno e da gestação da economia nacional. Ao promover o isolamento das diferentes jurisdições estatais da rede mundial de comércio definida pelo Estado britânico os Estados Unidos enfraqueciam ainda mais a hegemonia decadente e com isso afirmavam ao mesmo tempo os princípios de legitimação frente aos membros do sistema interestatal.

Enfim, se o controle sobre a liberalização do comércio e da liquidez mundial formava a base dos princípios de legitimação do Estado norte-americano frente ao capital norte-americano da mesma forma que o bem-estar social (interpretado como consumo de massa) legitimava o Estado norte-americano frente aos seus cidadãos. Nas relações com os Estados semiperiféricos o direito a autodeterminação nacional e a provisão da subsistência a todos os cidadãos formaram as bases de legitimação dos Estados Unidos diante deste conjunto de Estados e seus respectivos grupos de iniciativa. “Assim como a ideologia liberal da hegemonia britânica havia elevado a busca da riqueza dos súditos proprietários acima dos direitos absolutos de governo dos governantes, a ideologia da hegemonia norte-americana elevou o bem-estar de todos os cidadãos (o “consumo de massa” em alto grau) acima dos direitos absolutos de propriedade e dos direitos absolutos de governo. Se a hegemonia britânica havia expandido o sistema interestatal de modo a acomodar a “democratização” do nacionalismo, a hegemonia norte-americana levou essa expansão adiante, acomodando seletivamente a “proletarização” do nacionalismo (Arrighi, 1996, p.66).

O fato de a hegemonia norte-americana não ter criado, a princípio, restrição ao fortalecimento dos Estados periféricos através do fortalecimento de seus mercados internos não significa que o Estado norte-americano não dispusesse dos meios para restringir qualquer ameaça deste tipo ao equilíbrio global do poder. Como desta Arrighi (1996, p. 67), “em comparação com o imperialismo de livre comércio, as instituições da hegemonia norte-americana restringiram consideravelmente os direitos e poderes de as nações soberanas organizarem relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos como lhes aprouvesse. Os governos nacionais têm estado menos livres do que nunca para perseguir seus objetivos por meio da guerra, da expansão territorial e, em menor grau, mas ainda assim significativo, das violações dos direitos civis e humanos de seus cidadãos”.

Para concluir, resta ainda uma brevíssima reflexão a respeito dos elementos constitutivos da hegemonia norte-americana e como estes garantiam à transferência do industrialismo em direção das zonas semiperiféricas sem contudo afetar a riqueza oligárquica. Tal como os Estados Unidos organizaram o equilíbrio global do poder e tal como submeteram

a expansão da economia mundial capitalista ao seu mercado doméstico, a resposta parece ser uma: a autodeterminação nacional dos Estados periféricos deveria ser obtida respeitando a disciplina monetária imposta aos Estados pelo Acordo de Bretton Woods. E o mercado interno poderia fortalecer-se, porém com o auxílio dos capitais estrangeiros. Estes eram, em geral, investimentos estrangeiros diretos ou financiamento diretos aos governos mediante um conjunto de condições a serem seguidas. Esta questão fica mais evidente quando observada do ponto de vista periférico. Este é o esforço da próxima seção.

2.3.2 A ascensão do Estado desenvolvimentista no Brasil

*“Não pode existir Exército disciplinado dentro de uma nação indisciplinada.
Organização quer dizer disciplina, divisão do trabalho etc.”
General Pedro Aurélio de Góis Monteiro*

Como os mecanismos de regulação da hegemonia norte-americana estimularam a afirmação do industrialismo no Brasil? O direito a autodeterminação nacional e a provisão da subsistência a todos os cidadãos (consumo de massa) ajudam a compreender a intensificação do industrialismo nas zonas periférica da economia-mundo capitalista. O primeiro por dar certo grau de liberdade ao Estado nacional brasileiro fortalecer-se por meio da organização de seu mercado doméstico. O segundo está para justificar o primeiro.⁹

A crise sinalizadora que deu origem a fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação britânico em 1873, marcou o início da disputa pelo poder hegemônico no sistema interestatal no qual, como demonstrou-se anteriormente, os Estados Unidos saíram vencedores. Esta crise se manifestou de diferentes formas nas diferentes zonas da economia-mundo capitalista, provocando contingências históricas ao surgimento do Estado desenvolvimentista no Brasil e conseqüentemente da expansão sem precedentes do industrialismo nesta jurisdição.

Dentro deste contexto, o legado colonial parece ser a força de maior intensidade que bloqueava a ascensão do industrialismo no Brasil em princípios do século XX. Com a forte presença do agrarismo, o Brasil não reunia na verdade todos os requisitos (específicos e sistêmicos) necessários a uma “Revolução Industrial” local. Na disputa pela riqueza oligárquica, nestas condições, apenas o Estado desenvolvimentista seria capaz de mobilizar os cidadãos de iniciativa e as instituições para dar movimento às potencialidades econômicas existentes dentro da jurisdição estatal brasileira de modo que representasse alguma ameaça

⁹ Esta questão tal como foi formulação não será esgotada nesta seção. Na verdade ela percorre todas as demais seções do trabalho.

aos Estados centrais. As questões que se colocam são: existia um Estado desenvolvimentista no Brasil antes de 1930? A Revolução de 1930 representa em si mesma a incorporação da lógica desenvolvimentista pelo Estado brasileiro? Em perspectiva histórica a resposta para ambas as perguntas parece ser: não precisamente. Seria ingênuo supor que a Revolução de 1930 e a conseqüente ascensão do Estado de Compromisso constituem-se na definição *de facto* do Estado desenvolvimentista no Brasil, embora os elementos ideológicos desenvolvimentistas estivessem presentes naquele período. O argumento que será desenvolvido nesta seção busca mostrar que, *em grande parte, o período do populista (1930-1945) e parte da etapa democrática (1945-1955) se revelarão na verdade numa fase de constituição da burocracia estatal desenvolvimentista que permitirá as práticas desenvolvimentistas no Brasil a partir de meados da década de 1950*. O argumento é construído da seguinte forma: (i) destaca-se a minoração do status do agrarismo na estrutura interna de poder do Estado brasileiro; (ii) aponta-se alguns exemplos da institucionalização do Estado desenvolvimentista no Brasil, salientando-se a não proletarização do nacionalismo; por fim, (iii) destaca-se como as contingências históricas da relação Brasil-Estados Unidos implicavam em alterações na forma como foi promovido o processo de industrialização por substituição de importações.

i) O agrarismo no Brasil, como mostrou-se anteriormente, sempre pesou nas decisões econômicas do Estado. No ciclo cafeeiro, os agroexportadores passam a influenciar ainda mais as decisões do Estado, pois tomaram consciência das vantagens de utilizar os instrumentos estatais a seu favor, i.e., diante da queda do preço internacional do café a aplicação de políticas cambiais favoráveis à manutenção da renda do setor exportador, que reforçavam mais e mais seus projetos internos de poder. Foi necessária uma crise mundial mais profunda para romper o poder econômico dos cafeicultores e suas respectivas articulações com o Estado brasileiro.

Por um lado, a Grande Depressão de 1929 fez com que o poder político e econômico dos cafeicultores fosse reduzido dentro do aparato estatal. Por outro, de acordo com Boris Fausto (1997), a burguesia industrial existente desde a metade do século XIX ganhou destaque no novo cenário político brasileiro iniciado com a Revolução de 1930¹⁰. No entanto, a classe dos pequenos industriais brasileiros não foi capaz de impor e, sobretudo, liderar um modelo de desenvolvimento industrialista. O novo pacto de poder derivado da crise sistêmica *vis-à-vis* a Revolução de 1930 colocou o Estado como agente central no processo de

¹⁰ Para uma análise detalhada deste episódio significativo do processo de formação do Estado nacional brasileiro ver Fausto, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

organização do crescimento econômico. Esta tese fica mais clara quando observada as composições de classe do Estado Novo, através dela, “podemos mesmo afirmar que a política industrializante do Estado, passado o período de indecisão, sobretudo após o golpe de 1937, foi promovida por uma elite com raízes oligárquicas mas com características peculiares, associada à cúpula militar e aos quadros técnicos do Estado. Esses setores viram mais longe do que o núcleo burguês industrial propriamente dito que, sobretudo em São Paulo, mostrou-se arredio a programas de desenvolvimento que fossem além de seus interesses rotineiros” (Fausto, 1997, p.23).

Deste modo, com o enfraquecimento das elites agrário-exportadoras, os interesses regionais deixaram de sobrepor-se aos interesses “nacionais”. Colocam-se aí as bases à ascensão do Estado Desenvolvimentista. O fundamento desta forma de Estado era, portanto, fruto da ausência de poderes econômicos hegemônicos nas estruturas internas de poder do Estado em virtude da substituição do imperialismo do livre comércio pelo sistema da livre iniciativa. Na verdade, tratava-se da sobrevivência do próprio Estado. Era preciso que ele assegurasse um desenvolvimento capitalista mínimo necessário à reprodução do próprio aparelho estatal, em condições razoáveis, senão ótimas, de acumulação de capital. Isto lhe permite, em determinadas condições específicas, tornar-se mais forte frente ao sistema interestatal. Sobreviver e depois fortalecer-se foram os princípios orientadores do Estado desenvolvimentista no Brasil ao longo da maior parte do século XX. Para tanto, a redefinição e criação de novos mecanismos políticos, econômicos e sociais foram condições necessárias para viabilizar as práticas desenvolvimentista, i.e., a modernização do Brasil necessária à sobrevivência do Estado brasileiro.

ii) Nesta direção, do ponto de vista da estrutura administrativa, destacam-se a criação de alguns institutos e conselhos. O Instituto do Café do Estado de São Paulo e criação do Conselho Nacional do Café em 1931, que mais tarde se transformaram no Departamento Nacional do Café em 1933. Apesar da crise, o café ainda continuava a ser o principal produto brasileiro. Em 1933 ainda criaram-se o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Departamento Nacional de Produção Material. O primeiro, instaurado a pedidos dos produtores, buscava através da intervenção do Estado corrigir o excesso de oferta e organizar os mercados internos.¹¹ Em 1939 outros dois conselhos foram criados, o Conselho Nacional do Petróleo e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Em 1940 um novo *boom*, criam-se os

¹¹ Para um breve debate sobre o tema ver, MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. Introdução - As profundas mudanças institucionais ao longo da história da agroindústria canavieira e os desafios atuais. *Economia Aplicada*, Oct.\Dec. 2007, vol.11, no.4, p.555-557.

Conselhos Nacionais de Gasogênio e de Minas e Metalurgia, além disso, as comissões executivas do Plano Siderúrgico, do Instituto Nacional do Sal e da Superintendência do Abastecimento do Vale da Amazônia. A formação das instituições estatais não parou por aí. Em 1941, desta-se a criação da Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e do Instituto Nacional do Pinho. Em 1943 a fundação Brasil-Central e em 1944 é criada a Comissão de Indústria de Material Elétrico e a Comissão de Planejamento Econômico, esta última passou a funcionar junto ao Conselho de Segurança Nacional.

Todo este conjunto de órgãos governamentais indica um fortalecimento e a centralização do poder do Estado como regulador do mercado doméstico. Em meio a esta guinada à intervenção na economia de mercado, o Estado brasileiro, financiado por capitais privados norte-americanos (Eximbank), também se coloca como empresa capitalista com a criação da indústria de Volta Redonda em 1939, a Companhia Siderúrgica Nacional em 1941 e a Companhia Vale do Rio-Doce em 1942. Como isso, como coloca Abreu (1990, p. 91) “a despeito de si mesmo, (...), o Estado transitou da arena normativa da atividade econômica para a provisão de bens e serviços”.

Do ponto de vista da contenção da proletarização do nacionalismo, um dos princípios organizadores do sistema interestatal sob a hegemonia norte-americana, o Estado brasileiro foi eficaz, apesar da postura do Estado frente aos trabalhadores apresentar-se um pouco contraditória. Como destaca Fausto (1997, p. 140), “o Estado que emergiu da Revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias, ao mesmo tempo em que procurava estabelecer com o conjunto da classe um novo tipo de relações”. A preocupação com a realidade da classe operária e a concessão de direitos aos trabalhadores como “.. a necessidade de certa legislação de previdência social, com a proteção ao trabalhador, [colocavam-se] exatamente para que ele não se rebelasse, para que se conformasse com a ordem que lhe era dada, e como isso, a sociedade poderia marchar em harmonia”, afirma Iglésias (2004, p. 68).

Nesta direção, em 1934 promulga-se a nova Constituição que, além das inovações referentes ao voto (voto secreto e o sufrágio feminino), definiu também os direitos constitucionais do trabalhador e a criação da Justiça do Trabalho. Em 1937, outra constituição foi promulgada. Segundo Iglésias (2004, p.69), “a Constituição de 1937 foi o documento que inseriu o Brasil em uma nova ordem, muito negativa, mas que era dominante na Europa na época”. Tratava-se, pois, da centralização do poder na figura do então presidente, Getúlio Vargas. A censura foi utilizada indiscriminadamente durante o Estado Novo. Não havia liberdade de imprensa, até mesmo o Congresso Nacional foi fechado. Do ponto de vista

econômico a característica modernizadora e o nacionalismo não proletarizado definiam os traços do Estado Novo. Todos estes elementos parecem convergir a um só ponto: um processo de crescimento econômico centrado no Estado.

iii) Se, do ponto de vista da distribuição do excedente mundial, o ato de ascender na hierarquia mundial da riqueza da economia-mundo capitalista é produto de duas relações: da vinculação entre os Estados candidatos a riqueza “oligárquica” com o poder hegemônico, de um lado; e do modelo de produção adotado dentro dos limites jurídicos do Estado nacional e sua respectiva posição na divisão mundial do trabalho, de outro. Então é possível observar no Brasil do século XX dois momentos do processo de industrialização por substituição de importações liderado pelo Estado.

O primeiro é caracterizado pela aproximação com a hegemonia ascendente, os Estados Unidos. Neste momento, antes do final da Segunda Guerra Mundial, a política externa da hegemonia decadente (Inglaterra) visava à maximização dos pagamentos financeiros. Deste modo, pelo lado britânico, o Brasil era pressionado a honrar seus compromissos financeiros. Não obstante, por outro lado, o poder hegemônico ascendente visava à manutenção das relações de comércio. Assim, os Estados Unidos eram mais flexíveis em relação à dívida externa, cujos serviços impunham limites ao processo brasileiro de substituição de importação.

Neste período de conflito entre as potências européias pela supremacia mundial, ao Estado norte-americano cabia a função de assegurar fluxos de matérias-primas às empresas norte-americanas que lucravam e se expandiam com a Guerra. Deste ponto de vista, a ditadura de Vargas era algo aceitável na medida em que contribuía com os objetivos da futura hegemonia. Portanto, no primeiro período não há contradições entre o modelo de desenvolvimento implementado pelo Estado Novo e os objetivos dos cidadãos e do governo dos Estados Unidos. Em outras palavras, no período do Estado Novo o crescimento do mercado interno doméstico brasileiro estava longe de representar alguma ameaça aos Estados Unidos na disputa pela supremacia. Ao contrário, a institucionalização mínima requerida à dinamização da economia brasileira era importante para assegurar fluxos regulares de matérias-primas às indústrias norte-americanas ao mesmo tempo em que viabilização a reprodução do aparelho estatal brasileiro.

Todavia esta relação não permanecerá a mesma com a proximidade do fim da Segunda Guerra Mundial. Como observa Abreu (1990), neste período há uma menor necessidade por parte dos Estados Unidos em recorrer a incentivos econômicos para garantir apoio político na América Latina. Para Guimarães (2002), a estratégia norte-americana para o

Brasil consistia em reduzir o papel do Estado como investidor, regulador e fiscalizador da atividade econômica. Iniciou-se aí, uma disputa entre o Brasil e os Estados Unidos ou entre os grupos de iniciativa nacionalistas brasileiros e norte-americanos.

Na relação Brasil-Estados Unidos, o denominador comum das relações econômicas e políticas ainda permaneceu o preço do café até meados da década de 1950, mesmo após a Crise de 1929. Embora o setor exportador tenha perdido sua posição privilegiada no comando do Estado, ainda assim, ele cumpria a função de viabilizar as divisas necessárias ao processo de substituição de importação. Nestes termos, enquanto o preço do café se manteve alto, o modelo de substituição de importação centrado no Estado como principal agente econômico foi possível. Todavia quando os preços das *commodities* caem em uma situação de endurecimento da política externa dos Estados Unidos, o investimento estrangeiro direto apresenta-se ao Estado brasileiro como possibilidade de manutenção do modelo de industrialização por substituição de importações. Foi sobre estas condições que surgiu o Plano de Metas e que, em certo sentido, influenciaram o PAEG, o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Com o ingresso dos investimentos estrangeiros diretos em volumes que permitiram a manutenção do processo de industrialização por substituição de importações conclui-se a fase construção dos mecanismos institucionais necessários às práticas desenvolvimentistas. O desenvolvimentismo deixa de ser uma ideologia dos homens do Estado e passa a ser uma prática efetiva do Estado. A busca pelo crescimento econômico a taxas elevadas é estabelecida como princípio legitimador do Estado brasileiro a partir do Plano de Metas. Como afirma Lourdes Sola (1998, p. 165 grifos no original), “... o estilo conciliatório de Kubitschek, que contribuiu para maximizar os efeitos da estratégia política de consenso adotada e que lhe permitiu *converter metas econômicas, como industrialização e planejamento, em mecanismo de legitimação do seu governo*”.

Como será demonstrado, ao legitimar-se frente seus cidadãos através da idéia de crescimento econômico, o Estado desenvolvimentista brasileiro foi capaz de transferir o custo do processo de modernização capitalista sobre seus próprio cidadãos dada sua posição na hierarquia mundial do poder.

Capítulo 3 – Estado desenvolvimentista e o deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade

“- O mal verdadeiro, o único mal, são as convenções e as ficções sociais, que se sobrepõem às realidades naturais - tudo, desde a família ao dinheiro, desde a religião ao Estado. A gente nasce homem ou mulher - quero dizer, nasce para ser, em adulto, homem ou mulher; não nasce, em boa justiça natural, nem para ser marido, nem para ser rico ou pobre, como também não nasce para ser católico ou protestante, ou português ou inglês. É todas estas coisas em virtude das ficções sociais. Ora essas ficções sociais são más por quê? Porque são ficções, porque não são naturais. Tão mau é o dinheiro como o Estado, a constituição de família como as religiões. Se houvesse outras, que não fossem estas, seriam igualmente más, porque também seriam ficções, porque também se sobreporiam e estorvariam as realidades naturais. Ora qualquer sistema que não seja o puro sistema anarquista, completamente, é uma ficção também. Empregar todo o nosso desejo, todo o nosso esforço, toda a nossa inteligência para implantar, ou contribuir para implantar, uma ficção social em vez de outra, é um absurdo, quando não seja mesmo um crime, porque é fazer uma perturbação social com o fim expresso de deixar tudo na mesma. Se achamos injustas as ficções sociais, porque esmagam e oprimem o que é natural no homem, para que empregar o nosso esforço em substituir-lhes outras ficções, se o podemos empregar para as destruir todas?”

Fernando Pessoa, O Banqueiro Anarquista.

Até agora o esforço desta monografia concentrou-se num nível de análise sistêmico-mundial com o objetivo de extrair as conexões do Brasil com a economia-mundo capitalista ao longo dos séculos XIX e XX. Na verdade, buscou-se definir estas conexões apreendendo as relações desta jurisdição com o moderno sistema mundial a partir do industrialismo. Através deste movimento foi possível observar como os poderes hegemônicos (Inglaterra e Estados Unidos) comprimiram ou liberaram a expansão do industrialismo em direção às zonas periféricas de acordo com as necessidades de manutenção do equilíbrio do poder global. Com base neste movimento verificou-se que independente da cota relativa do Brasil na apropriação do excedente mundial (em média a participação dos cidadãos brasileiros em relação aos recursos dos Estados Unidos foi oito vezes menor do que a participação dos habitantes estadunidenses em relação aos recursos do Brasil ao longo do século XX) os habitantes desta jurisdição sofreram uma piora em termos do padrão interno de desigualdade da renda.

Este capítulo tem por objetivo verificar como as práticas institucionais do Estado brasileiro interferiram na “constante tendência à desigualdade” de modo que, ao invés de reduzir a diferença da renda entre seus habitantes, o Estado desenvolvimentista no Brasil contribuiu para o aprofundamento desta diferença. O argumento central deste estudo é que ao internalizar as pressões competitivas mundiais na tentativa de fortalecer o Estado nacional brasileiro, o Estado desenvolvimentista reproduziu e ampliou dentro de sua jurisdição a “constante tendência mundial à desigualdade”. Deste modo, ao concentrar neste espaço os

custos inerentes ao processo de modernização capitalista e por ser, sobretudo, incapaz de *externalizar* estes custos, dada sua posição semiperiférica na economia-mundo capitalista, o equilíbrio interno de desigualdade foi alterado, deslocando-se de uma situação limiar de baixa desigualdade para um equilíbrio de alta desigualdade.

A construção deste argumento dar-se-á em duas fases. Primeiro, compreendendo a natureza do deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade da renda (seção 3.1). Segundo, compreendendo os mecanismos institucionais que definem e legitimam a nova condição de equilíbrio interno de desigualdade da renda (seção 3.2).

3.1 Causas do deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade

3.1.1 Intensificação das pressões competitivas e a disputa pelo capital circulante

A Economia Política dos Sistemas-Mundo tem insistido que a busca pela acumulação incessante de capital leva a uma intensificação das pressões competitivas intercapitalistas. A constante redistribuição espacial das atividades ou a incorporação de novas áreas, nesse sentido, apresentam-se como oportunidades de aliviar as pressões competitivas. Ou, dito de outra forma, apresentam-se como oportunidades de lucro econômico (lucros de monopólio). Os Estados, por sua vez, buscam fortalecer-se a partir da disputa intercapitalista, criando oportunidades de lucro econômico às empresas. Ao criarem condições institucionais à valorização do capital em suas jurisdições os Estados interferem na divisão mundial do trabalho, afetando deste modo a distribuição mundial das recompensas. Portanto, a disputa interestatal dá-se também pelo capital circulante.

As transformações nos mecanismos de regulação bem como as transformações no padrão de produção (fordista para flexível) ao longo da hegemonia norte-americana expressam a intensificação das pressões competitivas no centro da economia-mundo capitalista. Para Satoshi Ikeda (1998), no período 1945-1967/73 (fase de expansão material) o poder da economia norte-americana foi representado por dois fatores: o uso intenso da tecnologia e pela força institucional das empresas norte-americanas. No período 1967/73-1990 (fase de expansão financeira) a produção norte-americana declinou em relação à produção mundial devido à intensificação da concorrência intercapitalista promovida pelas empresas européias e asiáticas. Nestas duas fases, a atuação do Estado como agente regulador difere claramente. Enquanto no primeiro período configurou-se o *Welfare State*, onde a

presença do Estado foi uma condição necessária à reestruturação do sistema econômico, no segundo momento, tendo como base métodos de produção mais flexíveis e uma organização em rede da empresa capitalista, exigiram-se do Estado um menor controle sobre a mobilidade do capital, pois esta figurava-se como fonte de competitividade frente a intensificação das pressões competitivas.

No primeiro momento, durante a fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, o acordo de Bretton Woods teve por objetivo estabelecer os princípios de organização do mercado mundial fragmentado por um sistema de Estados nacionais. Sua característica essencial foi instaurar sistemas monetários nacionais e de relações salariais nas economias domésticas dos Estados membros dos sistemas interestatal via um regime monetário mundial de câmbio fixo. Nestes termos, de acordo com McMichael (2000, p. 679), o capitalismo foi estabilizado em formas nacionais de acumulação. O padrão monetário dólar-ouro definido pelo acordo de Bretton Woods, sob o signo das taxas de câmbio fixas em relação ao dólar, subordinou, portanto, a maior parte das relações monetárias mundiais às políticas doméstica e estrangeira dos Estados Unidos.

Dentro deste marco operavam as empresas transnacionais, principal agente de acumulação de capital no regime de acumulação norte-americano. Como destaca Ikeda (1998), elas foram, em larga medida, responsáveis pela produção de bens, diferentemente de outros modelos de empresa capitalista anteriores cujo predomínio se dava nas redes de comércio. Além disso, do ponto de vista da apropriação do excedente, as empresas transnacionais centravam os benefícios em direção aos seus países de origem. Isto significa que a maior parte do excedente gerado pelas unidades produtivas distribuídas em todo o globo tende a convergir a um só ponto. Portanto, nesse primeiro momento, o sucesso das empresas transnacionais esteve associado a dois fatores: à capacidade organizacional das próprias empresas e ao conjunto de medidas empreendidas pelo Estado norte-americano.

Como destacado anteriormente (seção 2.3.1), a integração vertical permitiu às empresas capitalistas minimizarem os riscos associados ao fornecimento de matérias-primas necessárias às indústrias do centro hegemônico de forma a assegurar a produção das mercadorias tecnologicamente mais desenvolvidas e, assim, garantirem as maiores recompensas. Como acertadamente notou Arrighi (1996, p.303-304), “como um conjunto nacional, as empresas norte-americanas combinaram as vantagens da extensa divisão ‘técnica’ do trabalho (economias internas) com as vantagens da extensa divisão ‘social’ do trabalho (economias externas)...”, e conclui “que o espaço abarcado pelos Estados Unidos permitiu que

as empresas norte-americanas realizassem uma síntese extremamente eficaz das vantagens do planejamento e da regulação mercantil”.

Essa síntese entre o planejamento e o mercado é observada no modo como atuaram os Estados centrais no sentido de estabelecer acordos bilaterais e multilaterais durante todo o período do pós-guerra. Como destaca Ikeda (1998, p. 64), o pilar da ordem econômica nesse período foi à busca pela liberalização dos movimentos de bens, serviços e capital. Os efeitos liberalizantes criaram um ambiente favorável para os empreendimentos norte-americanos além de suas fronteiras. O exemplo clássico dessa política internacional foi o Plano Marshall (1947), que facilitou as exportações dos Estados Unidos para a Europa devastada pela Segunda Grande Guerra nesse período.

De modo geral, esse processo de liberalização ocorreu em quatro fases, segundo Ikeda (1998, p. 64): (i) liberalização das trocas de mercadorias (1950-60); (ii) liberalização dos investimentos estrangeiros diretos (1960-70); (iii) liberdade das atividades financeiras internacionais (1970-80); (iv) liberalização das trocas de serviços, informações e agricultura (1980-90). Todas estas fases em seu conjunto demonstram o esforço do Estado norte-americano em “abrir as portas” do mundo às empresas estadunidenses. Primeiro, garantindo o acesso às matérias-primas; segundo, assegurando mercados consumidores e até mesmo com certa reserva de mercado aos seus produtos; terceiro, promovendo a transferência do excedente gerado nos Estados periféricos aos Estados centrais. Do outro ponto de vista, todas estas etapas de liberalização sugerem no entanto um acirramento da disputa intercapitalista. A busca pela livre movimentação do capital nos diferentes circuitos expressa a disputa pela manutenção da taxa de acumulação, i.e., a luta contra a queda da taxa de lucro.

Em termos concretos, a intensificação das pressões competitivas pode ser demonstrada pela Tabela 1, que mostra a explosão em termos absolutos do número de empresas transnacionais e também a perda relativa da supremacia dos Estados Unidos enquanto principal Estado sede destas empresas. A explosão do número de empresas transnacionais sugere a expansão das atividades produtivas em escala mundial (em parte a ascensão do industrialismo nas zonas semiperiféricas com maior intensidade). Na verdade, trata-se do estabelecimento de unidades de produção em diferentes jurisdições estatais semiperiféricas que, em geral, competiram entre si pela atração destas atividades com o intuito de avançar em termos de comando econômico relativo.¹²

¹² Trata-se como pode-se ver de uma “guerra fiscal” no âmbito do sistema interestatal mundial.

Colocaram-se acima os elementos que permitiram a hegemonia norte-americana afrouxar as amarras do industrialismo em direção às zonas periféricas da economia-mundo capitalista. A organização institucional da empresa capitalista no século XX *pari passu* com os mecanismos de regulação interestatais referentes à mobilidade do capital propiciaram os meios para desvincular a idéia de localização espacial das atividades de produção da apropriação do excedente gerado, presente na Revolução Industrial inglesa. Coloca-se, portanto, uma diferenciação no processo de produção industrial em escala global entre espaços que geram excedentes e os espaços que os concentram.

A economia política que embasou os formuladores de política dos Estados periféricos estava fundamentada nas lições inglesas. Nesse sentido, no caso do Brasil, o Estado não notou esta desvinculação ao propor estratégias de manutenção da industrialização por substituição de importações por meio dos investimentos estrangeiros diretos. Por conseguinte, na disputa pelo capital circulante como estratégia para avançar no comando sobre a riqueza mundial, se não for considerada essa desvinculação entre os espaços de acumulação e espaços de concentração de capital, serão poucas as chances de uma explicação satisfatória da ilusão desenvolvimentista.

Tabela 1 - Sedes Transnacionais: distribuição das subsidiárias 1962-1998.

1962			1998		
País	Domésticas*	Estrangeiras**	País	Domésticas*	Estrangeiras**
Estados Unidos	1040	22	Estados Unidos	2901	1479
Países Baixos	115	17	Japão	2296	302
Reino Unido	57	132	Alemanha	1764	445
Alemanha	27	56	Suíça	1441	184
Itália	21	25	Países Baixos	441	342
França	0	52	Suécia	354	159
Japão	0	18	França	329	451
Austrália	0	46	Reino Unido	176	827
Suíça	0	35	Itália	100	311
Bélgica	0	19	Coréia	78	83
Suécia	0	16	Canadá	43	323
Canadá	0	169	Espanha	29	288
Brasil	0	45	Venezuela	16	103
Espanha	0	18	Brasil	9	254
Venezuela	0	33	Bélgica	0	190
Áustria	0	14	Finlândia	0	61
Coréia	0	0	Áustria	0	167
México	0	42	Austrália	0	337
Noruega	0	8	México	0	273
Luxemburgo	0	5	Noruega	0	104
Taiwan	0	0	Luxemburgo	0	30
Finlândia	0	8	Taiwan	0	0
China	0	1	China	0	171

* Subsidiárias estrangeiras de um determinado país localizadas em outros países.

** Subsidiárias estrangeiras de outros países localizadas dentro do próprio país.

Fonte: KENTOR (2005, p.270-71)

Para compreender como os Estado semiperiféricos se inserem na disputa pelo capital circulante nos momentos de intensificação das pressões competitivas no centro da economia-mundo capitalista é preciso retomar os conceitos de *exploração* e *exclusão* apresentados na seção 2.2.3. Como foi demonstrado anteriormente, o processo de exploração induz continuamente cidadãos e governos dos Estados pobres a conectarem-se na divisão mundial do trabalho em troca de benefícios marginais. Já o processo de exclusão, refere-se ao fato de que a própria riqueza dos Estados centrais cria os meios necessários à exclusão dos Estados pobres do uso e desfrute dos recursos que são escassos. Aprofundando este conceito, Arrighi (1997, p. 218-19) mostra que a luta dos Estados semiperiféricos contra a exclusão e exploração dos Estados centrais são diferentes em gênero. “A luta contra a exclusão”, afirma ele, “é uma luta por um nicho comparativamente seguro na divisão mundial do trabalho”. A luta contra a exploração, por sua vez, “são lutas que visam a criação de divisões do trabalho tão autônomas quanto possível da divisão axial do trabalho da economia capitalista mundial”.

À primeira vista, durante a fase desenvolvimentista do Estado brasileiro parece ter prevalecido uma luta contra exploração por meio da estratégia de industrialização via substituição de importação. No entanto, o sucesso ou o fracasso desta estratégia estará nas condições através das quais o Estado brasileiro conseguiu atrair o capital circulante para os marcos de sua jurisdição. Entretanto, a questão que necessariamente se coloca é: numa situação de intensificação das pressões competitivas dos Estados centrais, não seria o “desenvolvimento” econômico brasileiro da segunda metade do século XX em parte expressão da periferização das atividades industriais?

3.1.2 Estado desenvolvimentista e Industrialização semiperiférica

A luta do Brasil contra os processos de exclusão e exploração na segunda metade do século XX revelar-se-á um paradoxo. Na verdade, a luta contra a exploração converteu-se na luta contra exclusão. Mais precisamente, o esforço do Estado e de seus cidadãos em busca da criação de uma divisão do trabalho tão autônoma quanto possível da divisão axial do trabalho da economia capitalista mundial por meio do processo de industrialização por substituição de importação (luta contra a exploração) se apresentou, na verdade, em uma luta contra o processo de exclusão. Após a crise do café (1930) e com a minoração do poder das elites agroexportadores no aparelho de Estado, o Brasil não encontrou um novo produto oriundo da terra capaz de assegurar-lhe um nicho seguro na divisão mundial do trabalho. A verticalização

da empresa capitalista tampouco exigia o comércio deste tipo de mercadorias entre países. Estes deveriam na verdade assegurar a mobilidade do capital em direção às fontes de recurso naturais e humanos prioritários à expansão da economia mundial. Portanto, a luta contra a exploração pode ser considerada de fato uma luta contra a exclusão no sentido em que a luta pela criação de uma divisão “tão autônoma quanto possível” da divisão axial do trabalho se coloca como a forma através da qual o Brasil assegurou seu nicho “comparativamente seguro” pelo capital circulante. Este é o argumento que será demonstrado nesta seção.

Como já foi visto, Arrighi considera que as lutas contra os processos de exclusão e exploração são diferentes em gênero. Conseqüentemente, as estratégias dos Estados semiperiféricos nestas lutas também diferem. No caso da luta contra o processo de exclusão, “o sucesso neste tipo de luta geralmente implica (1) uma maior especialização das atividades nas quais o Estado semiperiférico tem ou pode obter algum tipo de vantagem competitiva, (2) um envolvimento mais ativo nas relações de troca desigual, (...) e (3) uma exclusão mais completa dos Estados periféricos das atividades nas quais o Estado semiperiférico busca maior especialização”. Por outro lado, nas lutas contra a exploração, “o sucesso deste tipo de luta geralmente implica (1) o incumbir-se, por parte do Estado semiperiférico, de uma ampla gama de atividades, independentemente de vantagem comparativa, (2) a auto-expansão do Estado semiperiférico de relações de trocas desigual com os Estados centrais do núcleo orgânico e (3) um envolvimento ativo em relações de troca desigual, nas quais o Estado semiperiférico fornece mercadorias que incorporam mão-de-obra bem remunerada a Estados periféricos em troca de mercadorias que incorporam mão-de-obra remunerada” (Arrighi, 1997, p. 218-19).

Nesta ordem de idéias a troca desigual não parece ser o principal problema, pois como o próprio Arrighi (1997, p. 209-10) destaca, ela é um dos diversos mecanismos de polarização da estrutura núcleo orgânico-periferia e não foi o mais importante. As transferências unilaterais – forçadas e voluntárias – de capitais e trabalho parecem ter sido mais importantes à formação desta estrutura do que a desigualdade advinda do comércio, pois não pressupõem relação de comércio entre os Estados. Arrighi não aceita a troca desigual nos termos em que é colocada, por exemplo pelos cepalinos e dependentistas, uma vez que ela pode operar à favor ou contra a polarização da estrutura centro-periferia, dependendo da fase do ciclo econômico e/ou de comércio. Embora as transferências unilaterais se apresentem como força mais importante, elas também estão sujeitas as contingências históricas:

Em resumo, a troca desigual e as transferências unilaterais dos recursos do capital e do trabalho contribuíram para a formação e reprodução da estrutura núcleo orgânico-periferia da economia-mundial. No entanto, não são traços essenciais das relações núcleo orgânico-periferia. Se as relações núcleo orgânico-periferia dizem respeito, como penso que ocorre, a alguma desigualdade fundamental e auto-reprodutora na distribuição de riqueza entre os Estados e povos da economia capitalista mundial, então a troca desigual e as transferências unilaterais dos recursos do capital e do trabalho são atributos puramente contingentes dessas relações, exatamente como a industrialização e a desindustrialização. Elas podem ou não coincidir com as relações núcleo orgânico-periferia, dependendo das circunstâncias específicas de tempo e lugar sob exame. Em si e por si mesmas, elas não podem jamais dizer quem está e quem não está se beneficiando com as desigualdades estruturais da economia capitalista mundial (Arrighi, 1997, p.213).

Se estas considerações têm relevância, então resta observar dois aspectos além das contingências históricas na luta contra a exclusão e exploração: a suposta oposição entre uma maior especialização das atividades nas quais o Estado semiperiférico possui e pode obter algum tipo de vantagem competitiva, por um lado, e o esforço por parte do Estado semiperiférico em estimular, quando não realizar, uma ampla gama de atividades, independentemente de vantagem comparativa, por outro.

Investimento estrangeiro direto como oportunidade para a manutenção da industrialização por substituição de importações: Após o final da Segunda Guerra Mundial com o endurecimento da política norte-americana em relação ao Brasil, “já em 1946 tornava-se pública a posição de considerar que as necessidades de capital dos países da América Latina deveriam ser supridas por fontes privadas de financiamento, devendo o Brasil ter presente, segundo o governo norte-americano, que seu desenvolvimento dependeria, em última instância, da habilidade de criar clima favorável ao ingresso de capitais privados” (Malan, 1984, p.63-4 *apud* Vianna, 1990, p. 117). Para desenvolver habilidades de criar condições favoráveis ao ingresso de capitais estrangeiros privados, constituiu-se a Missão Abbink em 1948. Com a gestão Truman, a posição do Estado norte-americano em relação ao financiamento de programas de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo torna-se favorável ao Brasil. Com o *Act of International Development* “o conhecimento técnico norte-americano [se tornou] disponível para as regiões pobres do mundo” (Vianna, 1990, p. 118). O desenrolar deste esforço cooperativo foi a constituição da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1950, cujo objetivo era a obtenção de recursos financeiro junto ao Banco Mundial e Eximbank, este último banco de fundos privados norte-americano, para financiamento das obras de infra-estrutura.

Num clima de estreitamento das relações, diga-se quase cooperativo, a posição do Estado norte-americano para o Brasil altera-se com a eleição do general Eisenhower. Como

aponta Vianna (1990, p. 132), a postura dos Estados Unidos frente à América Latina foi a elevação e endurecimento nos critérios de concessão do crédito. “Com relação ao Brasil, logo ficou claro que o Governo Eisenhower não manteria o financiamento aos projetos que a Comissão Mista fosse elaborando”. Mais que uma simples alteração na prioridade do poder hegemônico, “... é importante notar que ele reflete também uma disputa interna à sociedade norte-americana. Para a comunidade empresarial era importante, por razões óbvias, sustentar e defender a capacidade de operação do Eximbank. Essa ligação fazia esse banco ter fortes laços e respaldo no Congresso dos Estados Unidos. Já o Banco Mundial articulava-se muito mais com a comunidade bancária de Nova York” destaca Vianna (1990, p.132-33). Nota-se neste episódio, a preocupação que existia em relação a ameaça que o Brasil poderia representar ao equilíbrio global de poder na medida em que fossem desenvolvidos os projetos de atração de capital, tal como definidos pela Comissão Mista, fortalecendo seu mercado interno sem antes assegurar um conjunto de medidas que viabilizassem a transferência dos benefícios que derivariam daqueles projetos.

Ao endurecer as condições de financiamento os Estados Unidos bloquearam a capacidade do Estado brasileiro em liderar e, sobretudo, organizar com autonomia sua proposta de industrialização por substituição de importação. Como notaram Orenstein & Sochaczewski (1990, p. 172):

A progressiva diminuição das receitas de exportação, somada à intensificação do processo substitutivo, comprometia o poder do setor público de orientar o processo de industrialização. (...) O espaço de manobra ao alcance do setor público para guiar o processo seletivo de importações fechou-se gradualmente, eliminando, assim, importante grau de liberdade na implementação da política econômica. A única solução viável seria a entrada líquida de capitais autônomos, de modo a compensar o declínio das exportações. Esse influxo garantiria, por um lado, o desafogo no balanço de pagamentos, de modo a não interromper a importação de bens essenciais, e, por outro, manteria a taxa de investimentos requerida pela continuação de processo de substituição de importações.

Dentro deste contexto, o Estado brasileiro empreendeu um conjunto de transformações institucionais com o objetivo de atrair o fluxo de investimento estrangeiro direto. Ao adotar a estratégia de atração do fluxo de investimento estrangeiro direto como forma de manutenção do processo de industrialização por substituição de importações o Brasil transformou sua luta contra a exploração numa luta contra a exclusão. Assegurar um nicho seguro na divisão mundial do trabalho, durante a hegemonia norte-americana, tornou-se a partir de meados da década de 1950 a especialização na atração de investimentos estrangeiros diretos. Passa-se agora a descrever este paradoxo.

Fluxo de investimento estrangeiro direto e a composição da pauta de exportações: Frente ao endurecimento da posição norte-americana e à Crise Cambial de 1952, o Estado brasileiro aprovou em 1953 a Lei do Mercado Livre, que estabelecia incentivos à entrada de capitais estrangeiros. Conforme a Figura 6 o resultado imediato foi positivo elevando o fluxo do investimento estrangeiro direto de cinquenta e um milhões de dólares para cento e setenta e oito milhões de dólares em 1957. Isso significa um incremento de três vezes no volume de entrada de capital estrangeiro, que se manteve estável até 1962. Seguindo a iniciativa da Lei do Mercado Livre, em 1955 o governo aprova a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que em linhas gerais, viabiliza a importação de equipamentos sem a necessidade de uma cobertura cambial. Com isso, o Estado brasileiro reforçou os incentivos à entrada de capital estrangeiro, sobretudo no que diz respeito à entrada de investimento estrangeiro direto, sem pressionar a taxa de cambio e respeitando a disciplina monetária imposta pelo Acordo de Bretton Woods. Posteriormente, um conjunto de instruções foram aprovados reforçando as intenções da Instrução 113.

Durante o Plano de Metas destaca-se, em 1957, a reforma cambial que simplificou para três o número de categorias de importações, mantendo em quatro as categorias de exportação bem como as transações financeiras pelo mercado livre. Em 1959, a Instrução 167 da Sumoc liberou as exportações das manufaturas pelo mercado livre. No final do mesmo ano, as exportações também foram transferidas para o mercado livre salvo as exportações de café, cacau, óleo cru e mamona em bagas.

Visto em seu conjunto, o esforço do Estado brasileiro para atrair o capital circulante *vis-à-vis* à política do Estado hegemônico, parece ter convertido o protecionismo do Estado brasileiro à indústria nascente em benefícios aos investimentos estrangeiros diretos. Quando assegurou-se através do Regime Militar as condições plenamente favoráveis à reprodução do capital estrangeiro, o Brasil recebeu uma nova onda de investimento estrangeiro direto. O fluxo de investimento cresceu continuamente de 1967 até 1982. Com a Crise da dívida o fluxo foi contraído, retomando um novo ciclo de crescimento com os processos de privatizações das campanhas estatais brasileiras a partir da década de 1990.

Um dado relevante, que reforça o argumento em demonstração, é a correlação entre os fluxos de investimento estrangeiro direto e a composição da pauta de exportações brasileiras. A luta do Brasil contra a exclusão a partir de meados do século XX não parece estar, portanto, na busca por um nicho seguro na divisão mundial do trabalho através dos produtos primários. A luta contra exclusão se manifestou, na verdade, no esforço para criar condições favoráveis à atração do capital circulante. Sob a hegemonia norte-americana, como

demonstrou-se anteriormente, os países semiperiféricos deveriam oferecer algo de valor aos Estados Unidos. Isto em certa medida pode ser observado no Brasil.

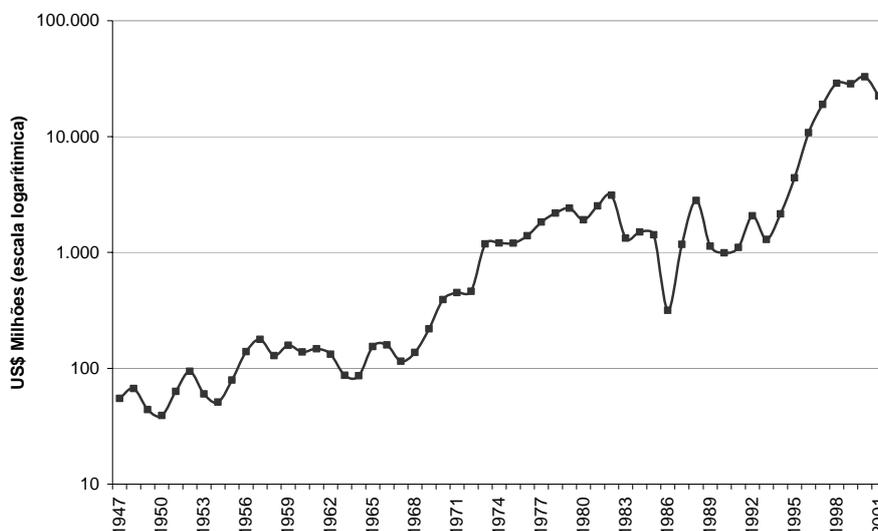


Figura 6 – Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto, 1947-2001.

Fonte: Banco Central, Balanço de Pagamentos.

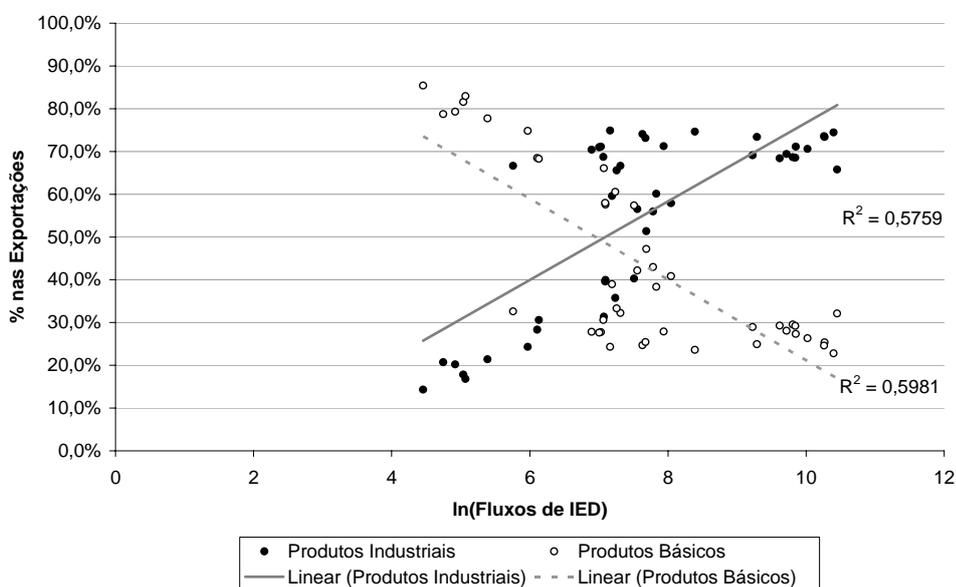


Figura 7– Fluxos do investimento estrangeiro direto e composição das exportações brasileiras.

Fonte: Banco Central, Balanço de Pagamentos; IPEADATA.

Conforme sugere a Figura 7, de 1947 até 2007, na medida em que a taxa de crescimento do fluxo de investimento estrangeiro direto cresce no Brasil, inverte-se a participação relativa dos produtos básicos e industriais no valor das exportações. Quanto maior é o fluxo do investimento estrangeiro direto em direção ao Brasil, tende a ser menor a

participação relativa dos produtos básicos no valor das exportações. No caso dos produtos industriais a proposição é direta. Quanto maior é o fluxo de investimento estrangeiro direto em direção ao Brasil maior é a participação dos produtos industriais no valor das exportações. Isto demonstra claramente uma alteração no tipo de atividade desenvolvida pelo Brasil na economia-mundo capitalista.

Ilusão desenvolvimentista: Esta constatação reforça, portanto, o argumento segundo o qual para o Brasil conectar-se na divisão mundial do trabalho após da crise do café era necessário desenvolver a indústria doméstica de modo que fosse possível oferecer algo de valor à economia mundial. Como demonstrou-se na seção 2.3.1 (O Sistema de Livre Iniciativa), o novo padrão de concorrência intercapitalista do regime de acumulação norte-americano estava centrado nas corporações transnacionais. A “internalização” do mercado mundial pelos Estados Unidos alterou drasticamente as relações de comércio mundial, alterando consequentemente as tarefas desempenhadas pelos grupos de iniciativa e dos governantes dos Estados semiperiféricos. Ao viabilizar a distribuição espacial das atividades de produção em diferentes jurisdições sob a coordenação burocrática das empresas transnacionais, a integração vertical modificou, portanto, as relações entre as zonas semiperiféricas e zonas centrais.

Quando compreendidas dentro padrão de competição intercapitalista do regime de acumulação norte-americano, as transformações institucionais promovidas pelo Estado brasileiro para atrair o capital circulante parecem reforçar o argumento de Arrighi e Drangel sobre a periferização das atividades industriais. Segundo estes autores, a expansão da industrialização em direção à semiperiferia não aparece como desenvolvimento da mesma, mas como periferização das atividades industriais. Nas palavras dos próprios autores:

[A] industrialização da semiperiferia e da periferia foi, em última análise, um canal de subversão, mas de reprodução da hierarquia da economia mundial. Essa descoberta ilustra o processo, enfatizado em nossa conceituação anterior, pelo qual a tentativa generalizada, por parte dos atores econômicos e políticos, de capturar o que, em qualquer momento dado, são atividades do núcleo orgânico, estimula a competição que transforma essas atividades em atividades periféricas. No decênio de 1940, as atividades industriais (ou, pelo menos, muitas delas) eram de fato atividades do núcleo orgânico. Na década de 50, atraídos pelos “prêmios espetaculares” jogados a essas atividades, os atores políticos e econômicos da periferia e semiperiferia se atiraram à “industrialização”. No início, colheram alguns benefícios e com isso induziram outros a fazer o mesmo. Na década de 60 e 70, entretanto, as atividades industriais se tornaram cada vez mais superlotadas de modo que não apenas os prêmios espetaculares desapareceram, mas até mesmo os benefícios menores colhidos pelos primeiros atrasos se transformaram progressivamente nas perdas generalizadas da década de 1980 (Arrighi e Drangel, 1986, p. 56-57 *apud* Arrighi, 1997, p. 231).

O caso brasileiro parece ilustrar esta afirmação. Quando se analisa o valor adicionado da indústria com participação do PIB (Figura 8) conjuntamente com a porcentagem da força de trabalho na indústria (Figura 9) e a evolução do comando econômico relativo (Figura 9). Como pode ser observado na Figura 8, o valor adicionado da indústria como participação do PIB no Brasil iguala-se ao dos Estados Unidos na década de 1960. A partir de 1968 a participação relativa do valor adicionado da indústria no PIB brasileiro já é superior a participação norte-americana. Este é o primeiro indicador da transferência das atividades industriais do centro para o Brasil. A porcentagem da força de trabalho na indústria também indica esse movimento, reforçando o argumento sobre a transferência das atividades. Embora os dados trabalhados sejam limitados, é possível notar através da Figura 9 que já na década de 1980 a porcentagem da força de trabalho brasileira ligada às atividades industriais também é superior a dos Estados Unidos. A conclusão de que a industrialização no Brasil não se apresenta como um processo de desenvolvimento, mas sim como periferização das atividades industriais, pode ser feita observando-se que as profundas transformações observadas no Brasil não foram acompanhadas por um avanço do direito do Brasil sobre a renda mundial, como demonstra a Figura 10.

Do ponto de vista da desigualdade inter-países, o Brasil transferiu continuamente rendas líquidas ao exterior, o que demonstra a sua incapacidade de se apropriar em termos líquidos das rendas geradas em sua própria jurisdição. Isto fica claro quando observamos a evolução do fluxo de investimento estrangeiro direto *per capita* e a renda líquida enviada ao exterior *per capita*. A Figura 11, definida nestes termos, dá uma dimensão do esforço médio dos habitantes brasileiros. Ao longo da segunda metade do século XX foram raros os momentos em que a renda líquida média por habitante enviada ao exterior foi inferior aos investimento estrangeiro direto médio por habitante. Embora isto não seja nenhum indicador a respeito dos beneficiados do fluxo de investimento estrangeiro direto no Brasil, ao menos indica que o cidadão médio brasileiro transferiu uma parcela menor do seu esforço que a ele era de direito. Entretanto, pode-se afirmar, sem dúvida, que nesse mesmo período a regra foi a perda de uma parcela muito superior do esforço do cidadão médio brasileiro para o exterior.

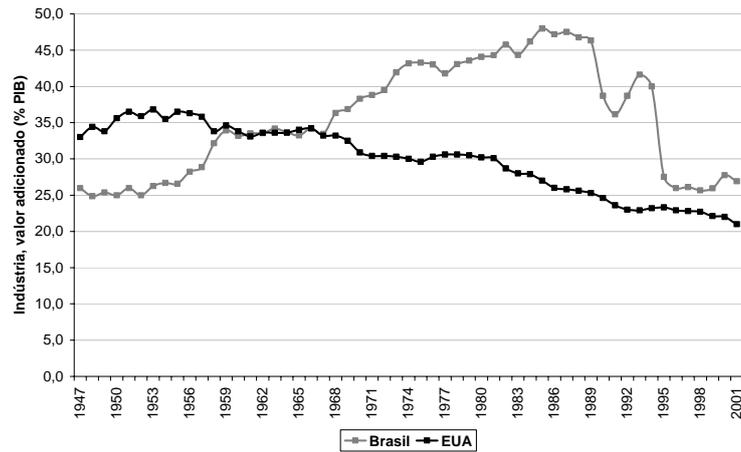


Figura 8 – Indústria, valor adicionado (% PIB).

Fontes: Brasil, IPEADATA; Estados Unidos, BEA (*Bureau of Economic, U.S. Department of Commerce*) disponível em << http://www.bea.gov/industry/gpotables/gpo_action.cfm>>.

Comentários: Na conta “indústria” estão contidas as atividades de extração mineral, transformação, construção e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

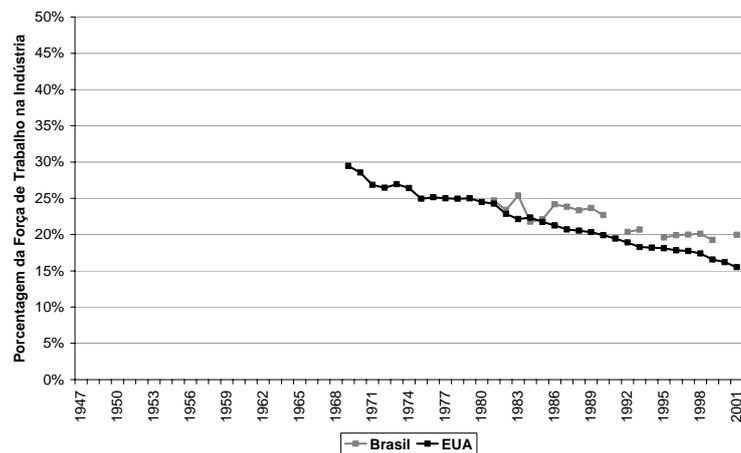


Figura 9 – Porcentagem da Força de Trabalho na Indústria.

Fonte: OIT, Organização Internacional do Trabalho.

Comentários: base de dados, estatísticas anuais de emprego; série, total de emprego por atividade econômica. Na conta “indústria” estão contidas as atividades de extração mineral, transformação e construção.

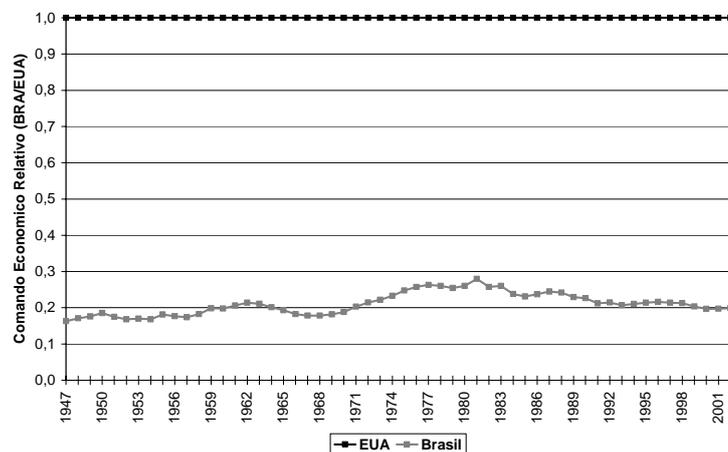


Figura 10 – Evolução do Comando Econômico Relativo, 1947-2001.

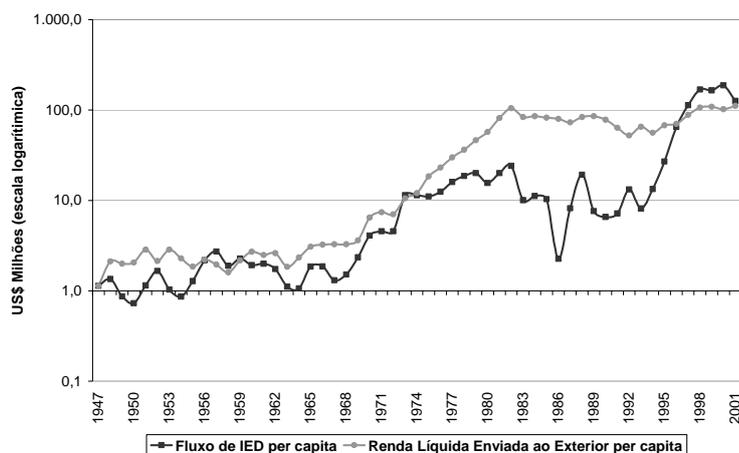


Figura 11 – Evolução dos Fluxos de Investimento Estrangeiro Direto *per capita* e da Renda Líquida enviada ao exterior *per capita* em milhões de dólares.

Fonte: Banco Central, Balanço de Pagamentos; Maddison (2006).

A transferência de renda líquida ao exterior é apenas um dos fatores explicativos da desigualdade interna da renda no Brasil. No entanto, não parece ser o elemento mais significativo para compreender o deslocamento do padrão interno de desigualdade da renda. Embora o cidadão médio brasileiro tenha perdido constantemente parcela de seu esforço para o exterior ao longo da segunda metade do século XX, a causa principal daquele deslocamento parece estar no ônus social derivado da periferização das atividades industriais sobre a estrutura interna dos cidadãos brasileiros. De fato, o processo de modernização capitalista no Brasil envolveu custos sociais que recaíram sobre os próprios cidadãos brasileiros. Evidenciar este problema é o objetivo da próxima seção.

3.1.3 Custos sociais intransferíveis do processo de modernização capitalista na semiperiferia

Em seu texto clássico, *O desenvolvimento econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais*, Raúl Prebisch coloca que o subdesenvolvimento dos países periféricos é resultado da incorporação desproporcional entre os países dos benefícios advindos dos ganhos de produtividade da economia mundial. Segundo ele, os países centrais beneficiavam-se do aumento da produtividade pelo fato de exportarem produtos industrializados. Os países periféricos, por sua vez, não incorporavam os benefícios do progresso técnico pelo fato de serem produtores primários. Na relação de comércio entre as duas regiões, os países periféricos eram prejudicados por cederem uma parcela crescente do seu trabalho para obter a mesma unidade de trabalho oriunda do centro. Em termos de preços,

esta relação se manifesta, segundo Prebisch, na deterioração dos termos de intercâmbio. Assim definido o problema, colocava-se a necessidade de industrialização nos países periféricos, pois este “é o único meio de que estes [os países subdesenvolvidos] dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas”, afirma Prebisch (2000, p. 76).

O que se procurou demonstrar até o presente momento é que a proposição de Prebisch não encontra fundamento histórico. Destacou-se há pouco que o fracasso do Estado desenvolvimentista no Brasil na superação do subdesenvolvimento pode ser melhor compreendido se o processo de industrialização liderado pelo Estado for observado como um processo de transferência de atividades das áreas centrais às zonas semiperiféricas ao invés de um processo de desenvolvimento econômico autônomo. Em outras palavras, propôs-se compreender a industrialização no Brasil como expressão particular do industrialismo, i.e., como um fenômeno sistêmico, portanto, interconectado.

Nestes termos, para compreender os efeitos da aceleração do industrialismo no Brasil no século XX sobre desigualdade interna da renda no Brasil deve-se ter em mente as condições histórico-particulares sobre as quais o industrialismo foi se impondo, ou melhor, se sobrepondo no Brasil. Como destaca Henrique (1999, p. 9), “já tínhamos uma pesada herança social no ponto de partida da industrialização, cuja superação constituía um enorme desafio. Éramos um país marcado pelos traços da escravidão, onde a transição para o trabalho livre numa economia que permaneceu essencialmente agrícola se fez com base na reprodução da dominância da grande propriedade e na larga utilização da mão-de-obra imigrante européia nas áreas mais dinâmicas”.

Além do legado histórico, o mesmo autor ainda menciona a violação das possibilidades do desenvolvimento econômico como instrumento de redução da desigualdade. “A partir da década de 1930, com se sabe, abriram-se os caminhos para a industrialização, mas a alternativa dos que pretendiam o desenvolvimento econômico com justiça social, garantida pela universalização dos direitos, foi inteiramente derrotada pela ‘Revolução de 64’. A reestruturação conservadora promoveu o crescimento econômico rápido e a mobilidade social vertiginosa, mas o Brasil se transformou no país mais desigual do mundo quando se tem em conta o grau de desenvolvimento material que alcançamos, com a pobreza como marca na vida de milhões de brasileiros” (Henrique, 1999, p. 19). Esse dois pontos serão a seguir analisados.

À luz da Análise dos Sistemas-Mundo os Estados semiperiféricos são espaços que combinam tanto elementos do centro quanto da periferia da economia-mundo capitalista.

Assim, o avanço do industrialismo no Brasil é compatível com a manutenção do agrarismo. Em outras palavras, as novas conexões com a economia-mundo capitalista realizadas pelos setores modernos convivem, e não eliminam, as conexões que a agricultura de exportação veio mantendo desde 1530 com a economia açucareira. Assim, dentro da jurisdição estatal brasileira podem coexistir distintos padrões de crescimento (contínuo e descontínuo). Embora seja importante, pois pode explicar um determinado nível de desigualdade interna da renda, em si mesma esta característica peculiar da semiperiferia não fornece elementos para compreender o descolamento do padrão de desigualdade interna da renda. Daí a relevância em relacionar o segundo ponto (a direção que o Estado pode dar ao desenvolvimento econômico) com o primeiro (a coexistência de padrões distintos de crescimento). A questão central que precisa ser colocada neste primeiro ponto, ou como é colocado por Henrique pelas condições de partida, é como o Estado semiperiférico, no caso o Brasil, vale-se da coexistência destes elementos para sobreviver e até mesmo fortalecer-se.

Charles Tilly (1996, p.200) afirmou para os Estados nacionais europeus que “a formação e a transformação do Estado resultam em grande parte dos esforços de conquista, e da manutenção do domínio sobre as pessoas e a propriedade do território”. Sua tese central é que “as guerras fazem os Estados, e os Estados fazem as guerras” (1996, p.123). Esta proposição no entanto é válida apenas para os Estados que participaram da primeira onda de organização do sistema interestatal. Salvo exceções, para o segundo grupo de nações do qual o Brasil fez parte, como meio para formação do Estado a guerra foi bloqueada pelo próprio sistema interestatal. Na América Latina “somente algumas guerras constroem Estados, somente alguns Estados são construídos pelas guerras” (Centeno, 1997, p. 1568). Para este autor, as guerras da independência vieram ao continente latino-americano em uma hora errada. Segundo ele, “os Estados latino-americanos não estavam estruturalmente, politicamente, ou ideologicamente prontos para explorar as oportunidades apresentadas por uma guerra” (1997, p. 1582).

Se a guerra, que foi o principal meio para a formação dos Estados europeus, não foi um elemento constitutivo do Estado brasileiro, a transformação deste inevitavelmente recaiu sobre a manutenção do domínio sobre seus cidadãos e da propriedade do território. Ora, se o Brasil era bloqueado pelo sistema interestatal de empreender a guerra como meio de sobrevivência ou de fortalecimento, o Estado brasileiro de igual maneira não podia externalizar os custos sociais do progresso capitalista na medida em que estava impedido de obter vantagens sobre outras jurisdições por meio da coerção.

Nesta linha de raciocínio, parece ficar claro que para fortalecer-se como parte do sistema interestatal e no contexto do desenvolvimento do capitalismo histórico, o Estado brasileiro viu-se forçado a viabilizar as condições institucionais necessárias à incorporação do padrão de crescimento contínuo inaugurada com a Revolução Industrial, ou seja, o industrialismo, sem contudo eliminar o padrão de crescimento descontínuo, ou seja, o agrarismo. Ao fazer isso, o Estado poderia transferir os custos sociais do processo de modernização capitalista para estratos particulares de sua própria população.

Com isto de fato ocorreu é o tema das próximas seções.

3.2 Definição do novo equilíbrio interno de desigualdade

Entra-se agora na fase final deste trabalho. Até o presente perseguiu-se destacar como as transformações da economia-mundo capitalista, i.e., como a transferência do poder hegemônico alterou os mecanismos de manutenção do equilíbrio global de poder bem como os padrões de concorrência intercapitalista, implicaram em diferentes possibilidades de desenvolvimento para o Brasil com distintos efeitos sobre a distribuição da renda no Brasil entre os diferentes grupos distribucionais. Assim, destacou-se que durante o século XIX e primeiras décadas do século XX o Brasil possuía um padrão interno de desigualdade em um nível limiar de baixa desigualdade porque o movimento do industrialismo em direção a periferia foi contido, não implicando numa alteração significativa da estrutura interna de poder entre os habitantes brasileiros. A partir da década de 1930, as transformações na estrutura de poder da sociedade brasileira *vis-à-vis* a ascensão da hegemonia norte-americana viabilizaram as condições e os meios necessários à expansão do industrialismo no Brasil. O crescimento industrial acelerado implicou necessariamente uma alteração nos grupos distribucionais de renda. O curioso no Brasil é que a elevação do nível de desigualdade, tal como suposto pela Curva-*U* invertida proposta por Kuznets, não foi seguido de uma redução no nível de desigualdade. É este ponto que será desenvolvido nesta seção. A questão que agora se coloca, é como as transformações institucionais no período que compreende as décadas de 1940 e 1970 no Brasil não colaboraram para a redução da desigualdade interna da renda. Pior, trabalharam no sentido de definir um novo padrão interno de alta desigualdade da renda no Brasil.

O argumento que será desenvolvido na parte final deste trabalho busca, senão aclarar, pelo menos evidenciar um paradoxo que parece central: como o Estado desenvolvimentista conseguiu legitimar seus objetivos por meio do crescimento econômico a

taxas elevadas ao mesmo tempo em que excluía deste processo a maior parcela dos cidadãos brasileiros dos benefícios do processo de modernização capitalista? Dois pontos parecem ser essenciais à compreensão deste paradoxo. Primeiro, a coexistência de padrões distintos de crescimento deram bases à ascensão do Estado desenvolvimentista; e aí o segundo, permitindo este transferir por meio do uso da coerção, quando necessário, os custos do progresso capitalista entre seus próprios cidadãos.

Na seção que segue (3.2.1) descreve-se brevemente como o Estado brasileiro viabilizou através de suas instituições um padrão de crescimento moderno conectado à divisão mundial do trabalho sem, no entanto, eliminar o padrão de crescimento tradicional. Na seção 3.2.2, demonstra-se através do exemplo da política salarial como o Estado é capaz de transferir os custos ou privar dos benefícios a maior parte de sua população.

3.2.1 Estado desenvolvimentista e a legitimação frente seus cidadãos

As transformações institucionais que permitiram ao Brasil conservar o padrão de crescimento anterior *pari passu* sua incorporação na divisão mundial do trabalho através do investimento estrangeiro direto encontram-se no período de ascensão do Estado desenvolvimentista no Brasil e estão ligadas à institucionalização do mercado de trabalho, que parece ter sido, por um lado, a reivindicação dos cidadãos brasileiros e por outro um meio de legitimação da nova forma de Estado que estava em ascensão.

A observação de Charles Tilly, embora descreva a inter-relação entre a expansão do estado, do governo direto e do nacionalismo europeu no século XIX, expõe uma paisagem social semelhante a do Brasil a partir de 1930:

... os estados europeus começaram a monitorar o conflito industrial e as condições de trabalho, instalar e regulamentar sistemas nacionais de educação, a organizar a ajuda aos pobres e incapacitados, a consumir e manter linhas de comunicação, a impor tarifas em benefício das indústrias domésticas e dos milhares de outras atividades que no momento os europeus consideravam atributos do estado. A esfera de ação do estado ampliou-se além de seu núcleo militar, e seus cidadãos passaram a exigir dele uma gama muito maior de proteção, aplicação da justiça, produção e distribuição. Quando estenderam seus domínios muito além da mera aprovação de impostos, as legislaturas nacionais converteram-se nos alvos das reivindicações por parte de grupos bem organizados cujos interesses o estado afetou ou poderia afetar (Tilly, 1996, p. 180-181).

No Brasil a expansão do Estado por meio do governo direto e do nacionalismo seguiu caminho semelhante às experiências européias. No entanto deve ser compreendida dentro de seu contexto histórico que, como se demonstrou anteriormente, bloqueava o recurso da guerra para externalizar os custos sociais derivados do processo de modernização

capitalista. Além desta condição, que é anterior à hegemonia norte-americana, precisa-se ter em mente um aspecto contingente do regime de acumulação norte-americano: a contenção da proletarização do nacionalismo. Apesar da Revolução de 1930 reconhecer e conceder direitos aos trabalhadores o objetivo do Estado era marginalizá-los do aparelho estatal.

Como destaca Oliva (1988), a tradição de luta operária, das grandes greves, datam de 1907, 1917 e 1919. Este período que se estende até 1930 compreende o período de luta operária denominado “Sindicalismo Revolucionário”. Destacam-se aí duas greves, a da Companhia Nacional de Tecidos de Junta com a paralisação de 2.400 funcionários e a da Metalurgia Matarazzo com a paralisação de 1.200 operários. Como resultado do processo de negociação dos inúmeros movimentos, em novembro de 1930 é instituído o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Como destaca Fausto (1997, p. 140) o objetivo é proteger a força de trabalho e promover uma limitada organização dos trabalhadores. Mais precisamente, a concepção de que “ ‘a questão social é questão de polícia’, começou a ser substituíd[a] por outr[a] que implicava o reconhecimento da existência da classe e visava a controlá-la com os instrumentos da representação profissional, dos sindicatos oficiais apolíticos e numericamente restritos”.

A preeminência da força de trabalho brasileira foi estimulada um mês após a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com a “lei de nacionalização do trabalho”. Como destaca Fausto (1997, p. 141), esta lei limitava a entrada de passageiros estrangeiros de terceira classe ao mesmo tempo em que exigia das empresas um corpo de empregados formado por dois terços da mão-de-obra brasileira. Como declarou o então ministro Lindolfo Collor, “um dos fatores mais condenáveis da exploração do operário brasileiro e das injustiças contra ele cometidas é o operário estrangeiro que vem para o nosso país acossado pelas necessidades de seus países de origem, que toma o lugar do nacional que muitos padrões consideram economicamente inferior...” (Collor, 1931 *apud* Fausto, 1997, p. 141).

A postura do Estado brasileiro frente aos seus trabalhadores de prevenir de antemão qualquer rebelião mais generaliza pode ser compreendida pela “passividade das classes populares no regime populista” ao mesmo tempo em que o Estado se legitima frente aos diferentes grupos de interesse. Para Weffort (1977, p. 65), “como respeito ao Brasil, dificilmente se poderia analisar a participação política das classes sociais sem ter em conta a grande heterogeneidade interna de cada uma delas”. Segundo ele, a divisão interna de classe não é uma exclusividade dos grupos dominantes,

é particularmente notória quando nos referimos àquelas classes que teoricamente deveríamos designar como proletárias, “em vias de proletarização” ou “assimiláveis

ao proletariado”: operários industriais, operários agrícolas, operários urbanos não-industriais, trabalhadores urbanos por conta própria, trabalhadores rurais não-assalariados, pequenos assalariados do comércio e dos serviços etc. Entre estes diferentes setores – e no interior de cada um deles – são notáveis as diferenças de relação com a condição de vida, relações de trabalho, “situação ecológica” (...) Demais, é duvidoso que se possa tomar qualquer desses setores – com a possível exceção dos operários industriais no que se refere ao comportamento sindical – como um grupo politicamente homogêneo (Weffort, 1977, p. 65).

Portanto, para este autor, a heterogeneidade das classes populares bem com a incapacidade dos grupos dominantes se auto-representarem implicaram em *relações individuais de classe* com o Estado brasileiro. Assim, a questão que ainda permanece é: como o Estado foi capaz de conciliar simultaneamente a heterogeneidade de interesses no Brasil? Ao promulgar a legislação trabalhista de 1943 tanto os interesses das massas urbanas quanto dos grandes proprietários de terras foram atendidos. Como destaca Weffort (1977, p. 66), “Vargas, apoiado no controle das funções políticas, ‘doa’ às massas urbanas uma legislação trabalhista que começa a formular-se desde os primeiros anos do Governo Provisório e que se consolida no ano de 1943. (...) Por outro lado, a restrição da legislação trabalhista às cidades atende às massas urbanas sem interferir com os interesses dos grandes proprietários de terra”.

Este é um exemplo da contínua reprodução da desigualdade na economia-mundo capitalista. Por um lado, ao “doar” uma legislação trabalhista aos cidadãos urbanos brasileiros o Estado passou a regular a relação capital-trabalho (o que implica um mecanismo de controle social), concedendo direitos aos trabalhadores (limite da jornada de trabalho, férias, décimo terceiro). Assim, os trabalhadores ao reivindicarem seus direitos estavam reivindicando sua cidadania e o Estado ao reconhecer-lhes seus direitos se legitimava frente aos grupos urbanos organizados. Por outro lado, ao se omitir da regulação das relações de trabalho no meio rural, o Estado também se legitimava frente às elites agrárias. Na verdade isto significou a manutenção da grande propriedade e da possibilidade de conservação das formas de trabalho não-assalariadas no campo.

Esta diferenciação, institucionalizada pelo Estado, dos grupos de interesse presentes na jurisdição brasileira ajuda a compreender a manutenção de um padrão de crescimento descontínuo, i.e., sujeito as oscilações dos preços internacionais dos produtos primários, com a introdução de um padrão de crescimento contínuo, i.e., independente das oscilações dos preços que foi viabilizado pela aceleração do industrialismo no Brasil. Ao fazer isso, o Estado brasileiro internalizou a constante tendência mundial a desigualdade, que existia entre o Brasil e os Estados centrais, dentro do seu próprio território. Em outras palavras, institucionalizou-se uma relação de troca desigual entre os setores tradicionais e modernos do Brasil. Da mesma forma que legislação sobre a remessa de lucro ao exterior, a diferenciação

dos grupos sociais contribuiu na constituição de externalidades positivas para atrair o capital circulante por oferecer uma economia de baixos salários e deste modo viabilizar o processo de industrialização por substituição de importações.

As práticas do Estado brasileiro para viabilizar o processo de industrialização por substituição de importações como estratégia na luta contra os processos de exploração e exclusão do capitalismo histórico são, até certo ponto, compreensíveis do ponto de vista histórico-mundial.

3.2.2 Processo de clivagem da população: a política salarial

A hipótese de Kuznets da Curva-*U* invertida é violada no Brasil com a contenção da proletarização do nacionalismo. A política econômica do Regime Militar de 1964, sobretudo a política salarial, expressa muito bem a contenção do avanço das classes populares na estrutura de poder do Estado brasileiro. Embora o padrão de negociação dos trabalhadores tivesse sido antecipado, definido e organizado pelo Estado brasileiro desde a Revolução de 1930, a restrição à autonomia e a liberdade de ação impuseram “limites toleráveis” às reivindicações dos trabalhadores. Mas ainda assim, antes de 1964, o resultado líquido das negociações implicava em expansão das classes populares na estrutura interna de poder do Estado. O ponto central está, pois, quando as conquistas dos trabalhadores começaram a afetar a taxa de acumulação do capital. Quando a concessão de direitos aos trabalhadores já não representava uma condição necessária ao fortalecimento do Estado brasileiro por causa da incorporação do capital estrangeiro como meio de manter o processo de substituição de importações, a base de legitimação do Estado frente seus cidadãos converteu-se em instrumento de dominação. Com isso, em detrimento de uma distribuição mais equitativa da renda, o Estado impôs, muitas vezes por meio da coerção, restrições ao processo de negociação entre os trabalhadores, favorecendo a taxa de acumulação de capital. Ao fazer isto, o Estado brasileiro propiciou as condições de alavancagem a partir da década de 1960 para a definição de um equilíbrio interno de alta desigualdade ao invés deslocamento em direção ao equilíbrio de baixa desigualdade. Nestas últimas páginas, busca-se destacar como o Estado desenvolvimentista a partir da política salarial bloqueou a proletarização do nacionalismo induzindo uma maior diferenciação salarial entre os trabalhadores, uma maior concentração da renda e, portanto, o estabelecimento de um equilíbrio de alta desigualdade interna da renda.

Para Oliva (1988, p. 6) “A política salarial é resultado de um processo político mais profundo e complexo que em última instância revelará a correlação de forças política entre as classes, portanto, é muito mais um mecanismo de intervenção sobre o processo de distribuição do produto social, do que propriamente instrumento reflexo da perspectiva política econômica do governo”. Embora antes de 1964, no período populista, o Estado buscasse conter a proletarianização do nacionalismo, os mecanismos de contenção foram se dissolvendo conforme o processo de industrialização por substituição de importações avançava. Em outras palavras, os mecanismos que visavam restringir a proletarianização do nacionalismo foram perdendo a eficácia conforme a luta contra a exploração convertia-se numa luta contra a exclusão. No período populista (1930-1964), o bloqueio ao nacionalismo proletário deu-se pela antecipação e regulação da relação capital-trabalho por parte do Estado.

Como se procurou demonstrar na seção anterior, o deslocamento do centro hegemônico da economia-mundo capitalista implicou em novas relações na estrutura de poder do Estado brasileiro levando a ascensão do Estado desenvolvimentista no Brasil. Destacou-se também que as bases de legitimação desta forma de Estado estiveram, em princípio, na legitimação do estado frente à população urbana. Isto levou o Estado brasileiro a negociar com os cidadãos urbanos, sobretudo no diz respeito às relações de trabalho. Neste período, o Estado antecipava as reivindicações trabalhistas e as organizava de modo a conciliar com os diferentes poderes econômicos não dominantes.

Como deixa claro Oliva (1988, p. 17-19), a natureza da organização sindical estava embasada em uma personalidade de direito público e, portanto, vinculada ao Estado. Com isso, destaca ele, “não foram legitimadas as formas organizativas livres gestadas pelo movimento operário, tratou-se de estruturá-las a partir do Estado, articulando-se mecanismo de controle e repressão que se tornaram ao longo da história mais eficazes em função direta ao crescimento das lutas” (Oliva, 1988, p. 19). Ainda, como destaca Rodrigues J. Albertino:

O poder executivo no período do Estado Novo não se limitou a estabelecer os limites “toleráveis” das reivindicações e participação do proletariado e de duas associações profissionais, mas chamou a si, a própria organização dos sindicatos: ditou os critérios associativos segundo os quais deveriam ser formados, estabeleceu suas estruturas, traçou os limites de suas ações e objetivos, garantiu sua subsistência através do imposto sindical e, legalizando-os, impôs sua existência aos industriais e às camadas conservadoras, ao tempo em que punha fim às pretensões dos militantes revolucionários de transformá-los em instrumento de luta anticapitalista (Albertino *apud* Oliva, 1988, p. 20).

Embora a Constituição de 1934 tenha assegurado uma série de direitos aos trabalhadores como se mostrou anteriormente, o decreto lei 24.696 de junho do mesmo ano neutralizou alguns aspectos referentes à autonomia sindical. Conforme aponta Oliva (1988, p.

21-22), “... por sua própria natureza e fundamentos esta estrutura sindical oficial será capaz de sobreviver às diversas conjunturas históricas e sempre estará definindo os limites da representação política e da organização sindical da classe trabalhadora”. Enfim, “o poder de negociação coletiva imposto, sempre esteve marcado por um profundo intervencionismo estatal, que reduziu o marco de autonomia relativa”.

Em resumo, “as disposições jurídicas substituem o controle social, subtraem os conflitos do contexto da sociedade civil e permitem a outorga da ‘solução’ pelo poder do Estado” (Oliva, 1988, p. 24). Conforme avançava a industrialização no Brasil a conseqüência dessa forma de regulação da relação capital-trabalho produziu uma diferenciação da força de trabalho. Com esta Oliva (1988, p. 26), as conseqüências sobre a classe operária “...vão no sentido de ampliar sua heterogeneidade, ou seja, em uma mesma categoria trabalhista convivem trabalhadores situados nas empresas mais dinâmicas, modernas e produtivas, ao lado de outros que se mantêm nos setores tradicionais, menos produtivos e que oferecem piores condições de trabalho”.

Apesar do Estado relativizar a autonomia dos sindicatos, ao longo do período populista, a luta dos trabalhadores se transformou em lutas do próprio Estado, destaca Weffort (*apud* Oliva, 1988, p. 26). Isto fica claro com a eleição como Governo Goulart. Com isso, o poder das massas populares avançou para além dos mecanismos de controle originalmente definidos pelo Estado Novo. No entanto, este avanço popular se deu anacronicamente a forma através da qual esse mesmo Estado (levantador das bandeiras populares/trabalhistas) viabilizou a manutenção da industrialização por substituição de importações a partir de meados da década de 1950. O avanço popular implicou numa contração da taxa de acumulação de capital e, portanto, num problema distributivo. A partir de 1961, o Estado brasileiro é colocado numa situação de ter que definir “ganhadores e perdedores” do processo de crescimento econômico.

Neste contexto, em que a manutenção da industrialização por substituição de importações foi assegurada pela atração de investimentos estrangeiros diretos, novas relações de poder se organizaram na estrutura do Estado brasileiro. De fato, dado o estágio do processo de modernização capitalista, a sua nova base de legitimação não se encontrava mais nas classes populares urbanas. Na verdade o Estado precisava primeiro legitimar-se frente ao capital estrangeiro e nacional do que frente aos seus cidadãos. Necessariamente, legitimar-se frente ao capital implicou em estratégias opostas àquelas empregadas frente às classes populares urbanas. A contenção da proletarização do nacionalismo exigiu na verdade a

anulação total do poder dos sindicatos que, para tanto, recorreu à ditadura. Assim, em 1964 ocorreu o Golpe Militar.

Dentro do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), a política salarial imposta pelo Regime Militar diagnosticou a inflação como produto do conflito distributivo, afirma Resende (1990, p. 229). Como ainda coloca Lago (1990, p. 284) a política salarial do PAEG tinha como finalidade tornar a negociação salarial muito restrita. De fato, visava tornar o poder dos sindicatos quase nulo. Enfim, “... a política salarial e a política de relações trabalhistas do governo tiveram como resultado uma contenção dos níveis de salário real [figura 12], dentro do espírito de combate a inflação de custos da nova administração, favorecendo a acumulação de capital via a manutenção de elevada taxa de lucro, e possibilitando uma política de remuneração seletiva para o pessoal de nível mais elevado” (Lago, 1990, p. 287).

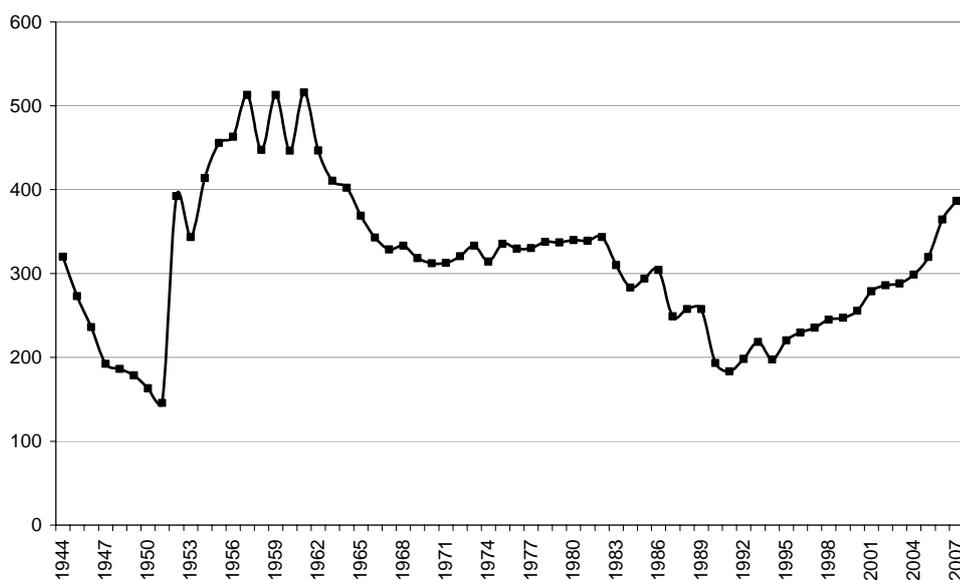


Figura 12 – Salário Mínimo Real (R\$ de 2008).

Fonte: IPEADATA.

Além do controle dos salários, o projeto de contenção da proletarização do nacionalismo incluía a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que tinha por objetivo substituir o direito a estabilidade por tempo de serviço concedida durante o período populista. Com isso, de acordo com Medeiros (1990, p. 293) retirou-se os mecanismos extra-mercado de nivelção e aumento dos salários que estavam subordinados às prioridades econômicas do Estado. Ele coloca ainda precisamente que “a desvalorização do salário mínimo constituía, assim, um elemento essencial de compressão dos gastos do

governo necessários ao ajuste fiscal. Mais do que uma questão conjuntural, existiam alguns elementos estruturais associados ao padrão de regulação da força-de-trabalho que emergia do novo compacto econômico-social. Após a dura repressão do movimento sindical, o novo governo adotou uma estratégia de estímulo à filiação sindical extensivo ao campo, expandindo os mecanismos de tradicionais e corporativos de controle, mas, ao mesmo tempo, fortalecia a formalização e modernização das relações assalariadas entre contratantes de baixa institucionalidade”. E continua, “as questões essenciais para as grandes empresas pré-64 estavam na (baixa) flexibilidade de gestão quantitativa da força de trabalho limitada pelo estatuto da estabilidade. Com a introdução do FGTS em 67, reduziu-se amplamente os custos de dispensa, eliminando o ‘passivo trabalhista’ um forte obstáculo à febre de fusões, incorporações ocorridas na época, (...). Com a queda do salário mínimo, a redução ainda que não proporcional, dos pisos salariais da mão-de-obra não qualificada, permitiu maiores graus de liberdade na administração dos salários. Por outro lado, sinalizava um movimento de crescente importância para as décadas seguintes. Como os encargos trabalhistas incidiam até um limite de 10 salários mínimos, com o descolamento progressivo do salário médio das grandes empresas desta referencia salarial, os custos indiretos sobre a folha de salários tornaram-se relativamente menores para as grande empresas em relação as pequenas e médias” (Medeiros, 1992, p. 297-98).

Deste modo, a criação do FGTS somada à fórmula de correção dos salários, o conflito político inerente à relação capital-trabalho, (e conseqüentemente da determinação dos salários) que desde o período populista sempre foi intermediado pelo Estado foi reduzido, *a grosso modo*, a um problema de mercado imperfeito. Neste “mercado”, dada a repressão à organização sindical por parte do Estado, as empresas tornaram-se portadores de um poder de barganha muito superior em relação aos trabalhadores. Isto permitiu uma abertura do leque salarial e portanto a diferenciação entre os grupos urbanos com sugerem as Tabelas 2 e 3.

Em perspectiva histórico-mundial, visto de uma perspectiva de longa duração, observa-se que nos três primeiros quartéis do século XX o deslocamento do padrão interno de desigualdade da renda e a definição do equilíbrio de alta desigualdade estão relacionados à dois processos de diferenciação promovidos pelo Estado no intuito de assegurar o desenvolvimento capitalista no Brasil e sua própria reprodução. No primeiro, entre 1930 e 1964, a luta contra a exploração implicou uma institucionalização de padrões distintos de crescimento e uma relação de troca desigual entre os setores da economia brasileira semelhantes às relações centro-periferia da economia mundial capitalista. No segundo, a partir

de 1964, o Estado é levado a definir “ganhadores e perdedores” do processo de crescimento econômico.

Tabela 2 – Evolução do Diferencial de salários em relação aos salários dos operários não-qualificados

	1964	1974	1979	1982	1985
Diretores	13,2	22,8	20,1	12,9	19,4
Gerentes	10,2	14,9	13,4	9,2	9,7
Chefes de Produção	5,4	11,0	9,7	6,4	5,6
Chefes Administrativos	3,9	7,8	7,0	5,7	5,1
Técnicos	2,7	5,6	4,8	4,1	3,6
Trabalho escritório	1,7	1,9	1,9	1,8	1,7
Operário qualificado	1,8	2,3	2,3	2,1	2,1
Operário semi-qualificado	1,3	1,4	1,5	1,4	1,5
Operário não-qualificado	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: PRIL. *Apud* Medeiros (1992, p. 568).

Tabela 3 – Relação entre remuneração média do pessoal administrativo e de gerência e o salário médio dos operários na indústria brasileira, 1963-1979.

	Remuneração média do pessoal administrativo e de gerência
	Salário médio dos operários
1963	1,96
1964	1,94
1965	1,85
1966	-
1967	2,11
1968	2,22
1969	2,23
1970	2,11
1971	-
1972	2,43
1973	2,48
1974	2,38
1975	1,81
1976	2,14
1977	2,10
1978	1,75
1979	1,95

Fonte: Censos Industriais – IBGE – vários números, in José Márcio Camargo: <Minimum wage in Brazil: Theory, Policy and Empirical Evidence – PUC/RJ – Texto para discussão nº 67 *apud* Medeiros (1992, p. 569).

Como a manutenção da industrialização por substituição de importações por meio dos investimentos estrangeiros diretos converteu a luta do Estado brasileiro contra a

exploração numa luta contra a exclusão, a definição de “ganhadores e perdedores” do processo de crescimento econômico por parte do Estado apresentou um caráter particular no Brasil, na medida em que a “troca desigual” entre os setores da economia brasileira não derivava de uma relação de economia de mercado, mas da diferenciação institucionalizada pelo próprio Estado que, como destacou-se anteriormente, assegurava condições para o desenvolvimento do capitalismo moderno, simultaneamente a manutenção do padrão de crescimento tradicional.

O que pesou, portanto, na decisão do Estado? Mais uma vez foi sua legitimação frente aos grupos que asseguravam sua reprodução. Portanto, no tempo e no espaço, isto significou que a partir de 1956 o Estado desenvolvimentista precisava privilegiar a taxa de acumulação do capital estrangeiro e nacional. Deste modo, uma vez estabelecida a diferenciação entre o urbano e o rural (1930-1964), a manutenção da taxa de acumulação exigiu uma nova onda de diferenciação, agora sobre os grupos urbanos.

Portanto, o deslocamento do padrão interno de desigualdade da renda bem como a estabilização num equilíbrio de alta desigualdade a partir da década de 1970 parece ser consequência dos processos de diferenciação decorrentes das transformações do capitalismo histórico através do tempo e das formas específicas que este assume no Brasil.

Capítulo 4 - Considerações Finais

Nesta monografia fez-se um esforço para esboçar em grandes traços uma história alternativa a respeito da desigualdade da renda no Brasil. Pretendeu-se com isso estimular uma reflexão quanto às virtudes do crescimento econômico e quando ao otimismo confiado ao Estado desenvolvimentista como instrumento de transformação social. Pretende-se agora recuperar sistematicamente os argumentos desenvolvidos ao longo do presente trabalho de modo a esclarecer qualquer lacuna que tenha sido deixada em aberto.

Retomando o problema central desta monografia, buscou-se destacar as mudanças institucionais (políticas, econômicas, sociais) ocorridas entre as décadas de 1940 e 1970 à luz da Economia Política dos Sistemas-Mundo que definiram um novo padrão interno de desigualdade no Brasil. O argumento desenvolvido ao longo do capítulo 3 procurou destacar como o Estado desenvolvimentista atuou no sentido de favorecer o deslocamento do equilíbrio interno da renda. Em perspectiva histórico-mundial, é sensato admitir, portanto, que ao internalizar as pressões competitivas mundiais na tentativa de fortalecer o Estado nacional brasileiro, o Estado desenvolvimentista reproduziu dentro de sua jurisdição a “constante tendência mundial à desigualdade” tal como argumentam Korzeniewicz e Moran. Ao concentrar neste espaço os custos sociais deste processo de modernização capitalista e por ser incapaz de exteriorizá-lo devido a sua posição semiperiférica no moderno sistema mundial, o equilíbrio interno de desigualdade é necessariamente alterado, aprofundando ainda mais a desigualdade interna da renda no Brasil.

Para verificar esta hipótese, foi preciso: primeiro, decompor os padrões de equilíbrio interno de desigualdade no Brasil em processos históricos de longa duração, demonstrando o modo através do qual o deslocamento do equilíbrio interno da desigualdade no Brasil está relacionado às transformações observadas na economia-mundo capitalista ao longo dos séculos XIX e XX (Capítulo 2); segundo, foi necessário demonstrar como as transformações mundiais (des)criaram e recriaram oportunidade desenvolvimento para o Brasil bem como situar a postura do Estado desenvolvimentista brasileiro diante destas transformações (Capítulo 3). Tal como as oportunidades de desenvolvimento se apresentavam ao Brasil, o Estado desenvolvimentista alternou estratégias de modo a manter o modelo de substituição de importações. Cada estratégia por conseguinte requeria a legitimação do Estado frente aos cidadãos, diga-se, frente àqueles que sustentavam a base de poder do Estado e que viabilizavam o processo de industrialização por substituições de importações. Deste modo, a

maneira como o processo de industrialização por substituição de importações foi orientado pelo Estado desenvolvimentista afetou significativa a estrutura de poder do Estado e, conseqüentemente, a estrutura interna da renda a partir da segunda metade do século XX.

No equilíbrio limiar de baixa desigualdade (1850-1939), destacou-se que a contenção do industrialismo em direção a periferia através dos arranjos institucionais definidos pela hegemonia britânica inibiu o surgimento do processo de industrialização no Brasil. Isto conteve o movimento basculante em direção ao modo de vida industrial e, conseqüentemente, conteve a constante tendência à reprodução da desigualdade. O argumento que justificou esta proposição é simples e sensato: se uma Revolução Industrial é capaz de fortalecer um Estado soberano em relação aos outros no século XIX, esta vantagem só faz sentido se restrita apenas a um grupo muito pequeno de Estados nacionais. Deste modo, a condição de reprodução dos Estados por meio da indústria no sistema interestatal não pode ser generalizada na medida em que esta fundamentava a poder hegemônico. Além disso, o imperialismo do livre comércio ao mesmo tempo em que continha a ascensão do industrialismo na periferia legitimava-se frente ao Estado menor brasileiro e às elites primário-exportadoras na medida em que o comércio de longa distância conciliava as iniciativas dos grupos de cidadãos britânicos com as iniciativas do setor exportador brasileiro. Assim, a busca dos benefícios marginais gerados pelo setor exportador em vistas do crescente déficit na balança comercial induziu o Estado brasileiro a reforçar sua baixa posição na divisão mundial do trabalho. Ao fazer isto, embora o Estado tenha colocado em média os habitantes de sua jurisdição mais distantes do uso e desfrute dos recursos da economia-mundo capitalista, os interesses das iniciativas locais foram atendidos. Com a substituição do Estado-colonial pelo Estado monárquico, escravagista e alienado, a re-inserção na divisão mundial do trabalho por meio do café permitiu a elite agrário-exportadora reafirmar seus projetos internos de poder alinhados as iniciativas dos grupos de cidadãos dos Estados centrais. Portanto, reafirmar os projetos internos de poder consistia na manutenção da sociedade estamental e primário-exportadora. A vitória do agrarismo no Brasil periférico e a conciliação com os interesses industriais do centro da economia-mundo capitalista, contribuíram para refrear o industrialismo no Brasil. Ao reprimir o industrialismo a composição dos grupos distribucionais da renda não foi alterada drasticamente. Deste modo o padrão interno de desigualdade ao longo do século XIX verifica-se num limiar de baixa desigualdade.

O sistema da livre iniciativa inaugurado pela hegemonia norte-americana, por sua vez, apresentou oportunidades sem precedentes de desenvolvimento ao Brasil. Para tanto, como buscou-se destacar, para desfrutar desta oportunidade histórica exigiu um processo

ainda mais profundo de diferenciação entre os cidadãos brasileiros. Estimular o crescimento econômico centrado na indústria foi o fato novo apresentado ao Brasil pelo capitalismo histórico. No entanto, a condição semiperiférica do Brasil no século XX exigia conciliar o novo padrão de crescimento com o antigo padrão. A consequência desta expansão diferenciadora do capitalismo histórico no Brasil foi o deslocamento do padrão interno de desigualdade da renda em direção à um equilíbrio interno de alta desigualdade.

No equilíbrio de alta desigualdade (1940-2001), ao afirmar o sistema da livre iniciativa o Estados Unidos estimulou nas diferentes áreas da economia-mundo capitalista iniciativas que minassem as relações de comércio de longa distância do regime de acumulação britânico. Neste caminho, a política externa norte-americana esteve a favor da autodeterminação nacional, do fortalecimento do mercado interno e da gestação da economia nacional. Ao promover o isolamento das diferentes jurisdições estatais da rede mundial de comércio definida pelo Estado britânico, os Estados Unidos enfraqueceram ainda mais a hegemonia decadente e com isso afirmava ao mesmo tempo os princípios de legitimação frente aos membros do sistema interestatal. Nas relações com os Estados semiperiféricos o direito a autodeterminação nacional e a provisão da subsistência a todos os cidadãos formaram as bases de legitimação dos Estados Unidos diante deste conjunto de Estados e seus respectivos grupos de iniciativa. Ao minar as relações de comércio de longa distância da hegemonia britânica, os Estados Unidos corroeram também a estrutura de poder no Estado brasileiro baseada na elite agrário-exportadora. Com isso, as bases para a ascensão do Estado desenvolvimentista foram lançadas. O fundamento desta forma de Estado no Brasil foi, portanto, fruto da ausência de poderes econômicos hegemônicos nas estruturas internas de poder do Estado em virtude da substituição do imperialismo do livre comércio pelo sistema da livre iniciativa. Na verdade, a sobrevivência do próprio Estado brasileiro estava em jogo. Sob esta condição era preciso que ele assegurasse um desenvolvimento capitalista mínimo necessário à reprodução do próprio aparelho estatal em condições razoáveis de acumulação de capital. Sobreviver e depois fortalecer-se foram os princípios orientadores do Estado desenvolvimentista no Brasil ao longo da maior parte do século XX. Para tanto, a redefinição e criação de novos mecanismos políticos, econômicos e sociais foi condições necessária para viabilizar a modernização capitalista do Brasil necessária à sobrevivência do Estado brasileiro.

Enfim, propõe-se uma explicação alternativa dos padrões de desigualdade no Brasil através do tempo onde a desigualdade de renda interna não é só resultado das transformações políticas, econômicas e sociais observadas nesta jurisdição, mas fundamentalmente pelas

mutações do capitalismo histórico em si mesmo e suas respectivas manifestações no Brasil. A partir disto, buscou-se então apreender o deslocamento de um padrão interno de desigualdade para outro, observando como o Estado desenvolvimentista contribuiu para o aprofundamento da desigualdade interna da renda no Brasil.

A trajetória brasileira é particular porque antes da segunda metade do século XX o Brasil apresentava um equilíbrio limiar de baixa desigualdade que se desloca na segunda metade do século XX em direção ao equilíbrio de alta desigualdade. O ponto central é que, em geral, admite-se *a priori* que o Brasil sempre foi um espaço altamente desigual. E daí, deriva-se inúmeras explicações para justificar o aprofundamento do alto grau de desigualdade da renda no Brasil. Entretanto, como destacou-se anteriormente, o trabalho de Bértola *et al.* (2007) tem demonstrado que o Brasil foi um espaço muito menos desigual do ponto de vista da distribuição da renda do que é atualmente. Nesse sentido, a questão relevante não está em justificar os altos níveis de desigualdade, mas sim, explicar o deslocamento entre os padrões de desigualdade observados no Brasil a partir da perspectiva histórico-mundial.

Perseguiu-se demonstrar que a redistribuição espacial das atividades ou a incorporação de novas áreas à divisão mundial do trabalho decorrente da intensificação das pressões competitivas no pós-guerra apresentaram oportunidades ao Brasil de sobreviver e/ou fortalecer-se a partir desta disputa intercapitalista. Deste modo, ao criar condições institucionais à valorização do capital (lucros de monopólio) o Brasil interferiu relativamente na distribuição mundial das atividades, embora do ponto de vista de sua posição na distribuição mundial das recompensas não tenha sido afetada. Na verdade, ao viabilizar as condições de atração do capital estrangeiro necessário à manutenção do processo de substituição de importações, o Estado desenvolvimentista afetou significativamente a distribuição interna da renda a partir de meados da década de 1950.

Como buscou-se demonstrar, a organização institucional da empresa capitalista no século XX (verticalmente integrada) *pari passu* com os mecanismos de regulação interestatais referentes à mobilidade do capital propiciaram os *meios* para desvincular a idéia de localização espacial das atividades de produção com a apropriação do excedente gerado presente na Revolução Industrial inglesa. O fato de a economia política brasileira estar embasada nas “lições” inglesas, o Estado brasileiro não notou esta desvinculação entre criação e apropriação do excedente ao propor estratégias de manutenção da industrialização por substituição de importações por meio dos investimentos estrangeiros diretos. Por conseguinte, a luta contra a exploração pode ser considerada de fato uma luta contra a exclusão no sentido em que a luta pela criação de uma divisão “tão autônoma quanto possível” da divisão axial do

trabalho (industrialização por substituição de importações) se colocou como a forma através da qual o Brasil assegurou seu nicho “comparativamente seguro” pelo capital circulante (investimento estrangeiro direto). Assegurar um nicho seguro na divisão mundial do trabalho, durante a hegemonia norte-americana, a partir de meados da década de 1950, exigia do Estado brasileiro a especialização na atração de investimentos estrangeiros diretos.

A questão particular que surge daí, é que o avanço do industrialismo no Brasil é compatível com a manutenção do agrarismo. Mais importante: o Estado semiperiférico brasileiro para fortalecer-se, valeu-se necessariamente da coexistência de padrões de crescimento distintos (contínuo e descontínuo). A razão disto encontra-se na posição do Brasil no sistema interestatal. De fato, a guerra não foi um elemento constitutivo do Estado brasileiro. Conseqüentemente, a transformação do Estado inevitavelmente recaiu sobre a manutenção do seu domínio sobre seus cidadãos e sobre a propriedade do território. Como o Brasil foi bloqueado pelo sistema interestatal de empreender a guerra como meio de sobrevivência ou de fortalecimento, o Estado brasileiro de igual maneira não pôde externalizar os custos sociais do progresso capitalista na medida em que estava bloqueado de obter vantagens sobre outras jurisdições por meio da coerção. Assim, o que parece ficar claro no desenrolar do capitalismo histórico no Brasil é que o Estado brasileiro fortaleceu-se viabilizando as condições institucionais necessárias à incorporação do padrão de crescimento contínuo inaugurada com a Revolução Industrial, ou seja, o industrialismo, sem contudo eliminar o padrão de crescimento descontínuo, ou seja, o agrarismo. Ao fazer isso, o Estado pôde valer-se desta condição para transferir os custos sociais do processo de modernização capitalista para estratos particulares de sua própria população.

Enfim, procurou-se enfatizar que as causas do deslocamento do padrão interno de desigualdade da renda decorreram da intensificação das pressões competitivas que criaram oportunidades de desenvolvimento ao Brasil. O Estado desenvolvimentista, para assegurar a manutenção do processo de substituição de importações e não desperdiçar a oportunidade de desenvolvimento, criou as condições de atração do capital circulante, colaborando na transferência das atividades industriais das zonas centrais em direção as zonas periféricas. No entanto, para incorporar as atividades industriais foi necessário que o Estado diferenciasse ainda mais a sua estrutura econômica e social institucionalizando a coexistência de um padrão de crescimento contínuo (moderno) com um padrão de crescimento descontínuo (tradicional).

Se os elementos acima explicam o deslocamento do padrão interno de desigualdade, a estabilização da desigualdade da renda num equilíbrio de alta desigualdade estão ligados diretamente aos mecanismos institucionais que asseguraram a diferenciação econômica e

social necessária à manutenção do processo de industrialização por substituição de importações. Tentou-se demonstrar que o paradoxo do desenvolvimento brasileiro consistiu na forma através da qual o Estado impôs a diferenciação necessária ao mesmo tempo em que se legitima frente aos seus cidadãos. Embora não se tenha buscado eliminar este paradoxo, os elementos para sua solução parecem estar (1) na institucionalização do mercado de trabalho no período populista e (2) na repressão autoritária aos movimentos sindicais a partir de 1964 como meio de conter a proletarização do nacionalismo, elemento constitutivo da ordem norte-americana. Em ambos os momentos a legitimação do Estado frente seus cidadãos se faz presente.

Primeiro, por um lado, ao “doar” uma legislação trabalhista aos cidadãos urbanos brasileiros o Estado passou a regular a relação capital-trabalho, concedeu direitos aos trabalhadores e obrigações as empresas. Nestas condições, os trabalhadores ao reivindicarem seus direitos estavam reivindicando sua cidadania e o Estado ao reconhecer-lhes seus direitos se legitimava frente aos grupos urbanos organizados. Por outro lado, ao se omitir das relações de trabalho no meio rural, o Estado também se legitimava frente às elites agrárias. Na verdade isto pode ser traduzido na manutenção da grande propriedade e da possibilidade de conservação das formas de trabalho não-assalariadas no campo. Ao fazer isso, o Estado brasileiro institucionalizou as relações de troca desigual entre os setores tradicionais e modernos do Brasil.

Segundo, quando os mecanismos do Estado populista já não eram mais eficazes a ditadura foi instaurada. A política salarial durante o regime militar cumpriu o papel de promover a diferença entre a própria massa urbana através da política salarial. A partir de 1964, o Estado privilegiou a taxa de acumulação do capital estrangeiro e nacional. Assim, uma vez estabelecida a diferenciação entre o urbano e o rural (1930-1964), a manutenção da taxa de acumulação exigiu uma nova onda de diferenciação, recaindo sobre os grupos urbanos.

Portanto, em perspectiva histórico-mundial o deslocamento do padrão interno de desigualdade da renda bem como a estabilização num equilíbrio de alta desigualdade a partir da década de 1970 parece ser consequência dos processos de diferenciação decorrentes das transformações do capitalismo histórico através do tempo e das formas específicas que este assume no Brasil.

Referências

- ABREU, Marcelo Paiva. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930. In: ABREU, Marcelo Paiva (org). *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp. 73-104.
- ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. Globalização e Macrossociologia Histórica. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, Vol. 20, Nº 20, 2003. p. 13-23, jun.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BAGCHI, Amiya Kumar. The Past and the Future of the Developmental State. In: *Journal of World-System Research*. Vol. 6, Nº 2, Summer/Fall, 2000. pp. 398-442.
- BÉRTOLA, L.; CASTELNOVO, C.; REIS, E. & WIELLEBALD, H. *Exploring the distribution of income in Brazil, 1839-1939*. In: *Primer Congreso Latino Americano de Historia Económica (CLADHE I)*, Montevideo: dez, 2007.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV – XVII: tempo do mundo*. Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo: e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. Vol.1 Portugal: Martins Fontes, 1983.
- CENTENO, Miguel Angel. Blood and Debt: War and Taxation in Nineteenth-Century Latin American. In: *American Journal of Sociology*. Vol. 102, Nº 6. May, 1997. pp. 1565-1605.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- GUIMARÃES, S. P. *Quinhentos Anos de Periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: 2002.
- HENRIQUE, Wilnês. *O Capitalismo Selvagem: um estudo sobre a desigualdade no Brasil*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999. (Tese de doutoramento).
- IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo. In: SZMRECSÁNYI, T. e GRANZIERA, R.G. (orgs). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª e.d. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 65 a 81.

IKEDA, Satoshi. World Production. In: HOPKINS, T. K. [et. al.]. *The Age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*. Australia: Pluto Press, 1998.

JANCSÓ, ISVÁN A Construção dos Estados Nacionais na América Latina: apontamentos para o Estudo do Império como Projeto. In: SZMRECSÁNYI, T.; DO AMARAL LAPA, J.R. (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. Edusp/Hucitec, 1993.

KENTOR, Jeffrey. *The Growth of Transnational Corporate Networks: 1962-1998*. In: *Journal of the world-systems research*, Vol. XI, Nº 2, p. 263-286, 2005.

KORZENIEWICZ, Roberto Patricio & MORAN, Timothy Patrik. Theorizing the relationship between inequality and economic growth. In: *Theory and Society*, Vol. 34, 2005, pp. 277-316.

KORZENIEWICZ, Roberto Patricio & MORAN, Timothy Patrik. World Inequality in the Twenty-First Century: Patterns and Tendencies. In: RITZER, George. (org). *The Blackwell Companion to Globalization*. Oxford: Blackwell Publishers, 2006.

KORZENIEWICZ, Roberto Patricio & SMITH, William C. Growth, Poverty, and Inequality in Latin America: Searching for the High Road. In: *Latin American Research Review*, Vol. 35, 2000, pp. 7-54.

KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. In: *The American Economic Review*, Vol. 35 No.1 Mar. 1955, pp. 1-28

LAGO, L. A. C. Retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, M. P. (org.) *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp. 233-294.

LUZ, Nícia Vilela. As Tentativas de Industrialização no Brasil. In: HOLANDA, S. B. & CAMPOS, P. M. (orgs). *O Brasil Monárquico*. 4ª ed. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1985.

MADDISON, Angus. *The World Economy*. Vol. 1 & 2. OCDE Publishing, 2006.

McMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within a world-historical perspective: na alternative comparative metho. In: *American Sociological Review*, 55, 1990.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Desenvolvimento Econômico, distribuição da renda e pobreza. In: FIORI, José Luiz (org). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. *Padrões de industrialização e ajuste estrutural: um estudo comparativo dos regimes salariais em capitalismo tardios*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1992. (Tese de doutoramento).

NOVAIS, Fernando A. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa no século XVIII. In: NOVAIS, F. A. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVA, Aloizio Mercadante. *Estado Autoritário e Desobediência Operária: os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1988. (Dissertação de Mestrado).

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio C. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, M. P. (org.) *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp. 171-212.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 37ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e Alguns de seus problemas principais*. In: BIELSCHONSKY, Ricardo. *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp.67-129.

RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. (org.) *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp. 213-232.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo y Democracia*. 2ªed. Barcelona: Ediciones Folio, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHANNON, Thomas R. *An introduction to the World-System Perspective*. 2ªed. Colorado: Westview Press, 1996.

SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: FAPESP, 1998.

THIES, Cameron. G. War, Rivalry, and State Building in Latin American. In: *American Journal of Political Science*. Vol. 49, Nº 3, July 2005. pp. 451-465.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

VIANNA, Sérgio B. Política econômica Externa e Industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo Paiva. (org.) *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp.105-122.

VIANNA, Sérgio B. Duas tentativas de industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo Paiva. (org.) *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp.123-150.

VILLELA, André. Política Tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889. In: *Nova Economia*. Vol. 15, No. 1, Jan/abril, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las ciencias sociales*. México: Siglo Veintiuno editorl, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI*. Vol. 1. Portugal: Edições Afrontamento, 1990.

WEFFORT, Francisco W. O Populismo na Política Brasileira. In: FURTADO, C. (org.) *Brasil: tempos modernos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

Apêndice Estatístico: observações sobre o Índice de Gini.

Busca-se neste apêndice fazer algumas observações metodológicas quanto à estimação do índice de Gini para os períodos 1839-1898 e 1872-1939 como é apresentado por Bértola *et.al.* (2007). Com isso pretende-se aclarar os possíveis problemas de interpretação da Figura 1.

A série que compreende o período de 1839-1898 (triângulos em preto na Figura 1) trata-se de uma estimação da distribuição da renda com base no índice de Gini de 1872, período para o qual o Brasil dispõe de um Censo de sua população. A partir do cálculo do índice de Gini para 1872, Bértola *et.al.* (2007) extrapolaram com base em uma estrutura social fixa (estrutura ocupacional) de uma amostra limitada o índice de Gini o mais longe quanto possível, compreendendo o período de 1839 a 1989. Para esta série é preciso apresentar as observações dos autores.

Primeiro, o valor do índice de Gini para o período de 1872 cujo valor encontrado foi 0,398. Para os autores, esperava-se um valor mais alto, entretanto eles apresentam três tipos de explicação para este resultado. A primeira explicação diz respeito aos dados disponíveis: “Os dados disponíveis não cobrem adequadamente a renda das classes mais ricas. A fonte utilizada para estimar a renda destas classes está baseada na declaração de renda dos cidadãos que votavam. (...) A declaração de renda pode estar em parte superestimando a renda das classes baixa e média. Contudo, a baixa renda dos grupos de renda média pode provavelmente reduzir o Gini, em vez de aumentá-lo” (Bértola *et.al.*, 2007, p. 6). A segunda explicação diz respeito à predominância dos grupos de baixa renda. “Como é comumente argumentado, sociedades agrárias com baixo nível de renda per capita pode apresentar baixa desigualdade”. Entretanto, eles discordam deste argumento. “Nós não acreditamos que esta linha de interpretação está correta: i) a maior parte da literatura considera a sociedade escravista brasileira seja muito desigual desde o princípio do período colonial; ii) o Brasil já chegou a um nível de renda per capita acima de outras regiões menos desenvolvidas; iii) se estas figuras baixas estão corretas, um importante crescimento do Gini pode ter assumido algum lugar entre os anos de 1870 e 1940” (Bértola *et.al.*, 2007, p. 6). A terceira explicação está na dificuldade de assinalar renda para escravos. “A renda dos escravos foi estimada de acordo com o custo de alimentação dos escravos nas companhias de mineração em Minas Gerais, mais uma conta similar para cobrir as despesas de vestimenta e moradia” (Bértola *et.al.*, 2007,

p. 7). Neste item, eles também apontam um problema de superestimação devido à forma como foi calculado o custo de reprodução do escravo, e fazem as seguintes observações: “de um lado, os escravos já naquela época trabalhavam por uma renda monetária adicional, que nós não estamos habilitados a computar. De outro lado, muitos proprietários de escravos não transferiam qualquer renda que representasse um ‘poder de compra’ adicional derivado a partir de serviços obtidos a partir do trabalho escravo” (Bértola *et.al.*, 2007, p. 7) Portanto, cabe destacar que, “como foi designado a todos os escravos a mesma renda, nenhuma desigualdade foi assumida entre eles. Então, toda a desigualdade entre grupos é considerada entre as pessoas livres” (Bértola *et.al.*, 2007, p. 7).

O retrato obtido por Bértola *et.al.* para 1872 “... é de uma sociedade agrária predominada por pessoas de baixa-habilidade e um pequeno grupo de alta-habilidade, como uma renda média bastante baixa...”

A partir disto, quatro pontos precisam ser observado para compreende os valores estimando apresentado pela série que compreende o período 1839-1898. Como os próprios autores destacam é uma série bastante limita porque: (i) não induziram uma alteração na estrutura ocupacional tal como se apresentava em 1872; (ii) valeram-se principalmente dos dados de renda da cidade do Rio de Janeiro, baseado sobretudo em informações oficiais; (iii) a maior das informações complementares utilizadas é para a cidade do Rio de Janeiro e outras regiões da “rica” região central e sudeste; (iv) os dados são apenas disponíveis para alguns grupos de renda, porque a estrutura difere a partir do total estimado para o ano de 1872.

A série descontínua (triângulos brancos), que compreende sete períodos, 1872, 1889, 1900, 1913, 1920, 1929 e 1939, foi estimada a partir da distribuição setorial da renda (funcional) com base em Goldsmith (1986). Embora eu tenha cruzado os valores de Gini para estes períodos com índice de comando econômico relativo, esses dados não podem ser comparados diretamente com os outros valores de Gini apresentados na Figura 1 na medida em que não foram calculados a partir da distribuição dos rendimentos entre pessoas, mas sim entre os setores primário, secundário e terciário.

Os dados de Gini apresentados a partir de 1960 são confiáveis, assim que não cabem observações.